

REVISTA **BOLETIM**

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

CULTURA VIVA:

**20 anos de uma
política de base
comunitária**

V. 101, N. 01.2024

Fevereiro - Julho/2024

ISSN 2526-7442

V.101 **Seções**

- A trajetória e o protagonismo do Programa Cultura Viva como política cultural
- Experiências e desafios dos Pontos de Cultura



OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL



Mark Dayves (Massachusetts-EUA)
Acampamento II
Fotografia
Itanagra - Litoral Norte da Bahia, BA, 2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)**

B688 Boletim do Observatório da Diversidade Cultural, v. 101, n. 1 (fev.-jul. 2024) / Coordenação editorial José Márcio Barros... [et al]. – Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2024.

Vol. 1, n. 1 (2014)-

ISSN 2526-7442

Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>

1. Cultura. 2. Cultura Viva. 3. Políticas Culturais. 4. Pontos de Cultura. I. Barros, José Márcio. II. Pinto, Ana Carolina de Lima. III. Val, Ana Paula do. IV. Dupin, Giselle. V. Brizuela, Juan Ignacio. VI. Costa, Kátia. VII. Lolata, Priscila Valente. VIII. Melo, Sharine M. IX. Martins, Sílvia Maria Bahia.

CDD 306.47

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

EXPEDIENTE

O Boletim do Observatório da Diversidade Cultural (ODC) é uma publicação periódica que difunde textos, artigos, entrevistas, relatos de experiências, resenhas, reportagens e trabalhos artísticos (ilustrações, gravuras, fotografias) relacionados à diversidade cultural em suas diferentes perspectivas conceituais, metodológicas e estéticas, na qual pesquisadores envolvidos com a temática refletem sobre sua complexidade em suas variadas vertentes.

BOLETIM OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Equipe Editorial

José Márcio Barros
Ana Carolina de Lima Pinto
Ana Paula do Val
Giselle Dupin
Juan Ignacio Brizuela
Kátia Costa
Priscila Valente Lolata
Sharine M. Melo
Sílvia Maria Bahia Martins

Editoria de Arte

Priscila Lolata
João Victor Guimarães (Colaborador)

Revisão

Ana Carolina de Lima Pinto
Giselle Dupin
Jocasta Holanda
Sharine M. Melo

Projeto Gráfico e Diagramação

Ana Carolina de Lima Pinto

Créditos das Imagens

Alex Oliveira
Ana Fraga
Heloisa Marques
Jessica Lemos
Lucelia Maciel
Luciana Brito
Marcos da Matta
Pedro Marighella
Mark Dayves
Rick Rodrigues
Sandro Ka
Tinha Llanos
Washington da Selva
Zulmi Nascimento

Capa

Lu Brito (Salvador, BA)
Sem título
Fotografia Digital
Ribeira do Pombal, BA, 2018



Acompanhe o ODC

observatoriodiversidade.org.br





Patrocínio



Parceiros



Realização



Incentivo

Projeto
1201/2022



CULTURA

**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**
trabalhoenergiacoração



Lucélia Maciel (Morro do Chapéu, BA)

Tenor

Instalação com vidro, algodão, álcool e metal

Goiânia, GO, 2019

Foto: Paulo Rezende

SUMÁRIO

10 EDITORIAL

**SEÇÃO I - A TRAJETÓRIA E O PROTAGONISMO DO
PROGRAMA CULTURA VIVA COMO POLÍTICA CULTURAL**

17 CULTURA VIVA: 20 ANOS DE UMA TRAJETÓRIA COM
DESAFIOS E CONQUISTAS

Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

31 CULTURA VIVA COMUNITÁRIA E POLÍTICAS CULTURAIS
EMANCIPADORAS NA AMÉRICA LATINA

Alexandre Santini

44 UM CAFUNÉ NO BRASIL: A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA
VIVA

Franklim Drummond de Almeida

57 O ACONTECIMENTO DA/NA CULTURA DIGITAL: OS VINTE
ANOS DO PROGRAMA CULTURA VIVA E OS EFEITOS DE
SENTIDO

Paula Daniele Pavan

71 ENTREVISTA COM ALINE CÂNTIA

José Márcio Barros

79 PACTO PELA GESTÃO COMPARTILHADA DA POLÍTICA
NACIONAL DA CULTURA VIVA

Ministério da Cultura

SEÇÃO II – EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOS PONTOS DE CULTURA

- 89** A ESTADUALIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA EM MINAS GERAIS: UMA RETROSPECTIVA NECESSÁRIA
Cláudia Houara de Castro
- 106** CULTURA VIVA DAS GERAIS: A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA QUE CONSOLIDOU A POLÍTICA MUNICIPAL PARA PONTOS DE CULTURA EM BELO HORIZONTE E ALGUNS DE SEUS DESDOBRAMENTOS
Michelle Cristina Alves Silva e Gustavo Bones
- 118** PROGRAMA CULTURA VIVA: AVANÇOS E LIMITAÇÕES NO DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES
Joelma Cristina Silva Moreira Stella e Ricardo Silva Araujo
- 129** DA RESISTÊNCIA CULTURAL À TRANSFORMAÇÃO COMUNITÁRIA: A JORNADA DO SARAU DA QUEBRADA
Neri Silvestre
- 133** BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA CULTURA VIVA E AS EXPERIÊNCIAS DO PONTO DE CULTURA MOVIMENTO CONDOR NORDESTINO EM CORDEIROS/BA
Alyson Cavalcanti de Oliveira Damasceno e Yan Roberto Santos de Oliveira
- 142** SOBRE A COORDENAÇÃO DO EDITORIAL E EDITORIA DE ARTE
- 146** SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL
- 149** APRESENTAÇÃO DOS ARTISTAS E AUTORES



Jessica Lemos (Cândido Sales, BA)
Quem planta, colhe
Fotografia
Cândido Sales, BA, 2020

EDITORIAL

O Programa Cultura Viva completa 20 anos em 2024. Já a Política Nacional de Cultura Viva celebra 10 anos repletos de desafios e perspectivas de aprofundamento e ampliação, especialmente com os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) que a ela serão destinados.

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), instituída pela Lei nº 13.018/2014 a partir do Programa criado em 2004, permite que sejam reconhecidos e certificados como Pontos e Pontões de Cultura os grupos, coletivos e entidades culturais sem fins lucrativos da sociedade civil, que preservam e promovem as expressões da diversidade cultural brasileira, em toda a sua pluralidade. Essa valorização do trabalho essencial dos fazedores de cultura de todo o país, ampliou a compreensão sobre os direitos culturais e tornou o Programa – e, em seguida, a Política – uma referência internacional, que inspirou sua implementação em muitos países. A participação e o engajamento dos Pontos e Pontões de Cultura nas realidades socioculturais e nas lutas de base territoriais e comunitárias, em especial nos territórios com mais vulnerabilidades, pode ser a chave para compreender sua sobrevivência durante os anos em que não houve nenhum tipo de fomento por parte do governo brasileiro.

Em 2023, com a recriação do Ministério da Cultura, a Política Nacional de Cultura Viva foi retomada e festejada como a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), e articulada a outras políticas públicas nas áreas da educação, saúde, direitos humanos, assistência social, segurança, desenvolvimento rural, meio ambiente etc. Neste movimento de retomada, duas prioridades alimentam o processo. A consolidação dos Pontos de Cultura existentes há duas décadas e que resistiram bravamente aos difíceis tempos de ausência de fomento, e a expansão da certificação na perspectiva de ganho de escala para proporcionar uma maior capilaridade pelos distintos territórios do país. O Cultura Viva, graças aos recursos da Política Nacional Aldir Blanc, é uma das prioridades da política cultural no Brasil.

Organizamos este número da revista em duas partes, com textos enviados por gestores e pesquisadores(as) engajados historicamente com a diversidade cultural e os direitos à cultura.

Na primeira parte, apresentamos os textos que abordam a trajetória e o protagonismo do Programa Cultura Viva como política cultural de base comunitária.

Márcia Rollemberg, assistente social e arte educadora pela UnB e atual Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura do Brasil, reflete em seu texto “Cultura Viva: 20 anos de uma trajetória com desafios e conquistas” sobre a trajetória da Cultura Viva por meio de quatro dimensões de sua existência: poética, estética, métrica e ética.

O texto “Cultura Viva Comunitária e Políticas Culturais emancipatórias na América Latina”, de Alexandre Santini, Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF e Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC), a partir da análise da construção histórica da PNCV, apresenta uma discussão sobre as relações entre Estado, Cultura e Sociedade.

O filósofo e gestor cultural Franklim Drumond de Almeida, analisa no texto “Um cafuné no Brasil: a Política Nacional de Cultura Viva”, a abrangência de princípios e o alcance territorial e temático da PNCV, e propõe que a consideremos, a partir da experiência da Rede Mineira de Pontos de Cultura e, inspirado em Câmara Cascudo, como um cafuné no Brasil.

Aline Cantia, narradora de histórias, Mestre em Estudos Literários pela UFMG e Doutora em Educação Popular e Práticas do Cotidiano pela UFF, presidente do Instituto Cultural AbraPalavra, Pontão Nacional de Livro, Leitura e Literatura, e da ELENA (Escola Livre de Estudos da Narração Artística), em sua entrevista, tece interessantes considerações sobre a importância da Cultura Viva na história contemporânea do Brasil e os atuais desafios que tanto a PNCV quanto os Pontos de Cultura enfrentam na atualidade.

O texto “O acontecimento da/na cultura digital: os 20 anos do PCV e os efeitos de sentido”, de Paula Daniele Pavan, Doutora e Mestre em Letras pela UFRGS, pesquisadora e professora da UNIPAMPA, a partir dos pressupostos da Análise Materialista do Discurso, aborda o acontecimento enunciativo da/na cultura na gestão do ex-ministro Gilberto Gil e busca trabalhar o acontecimento da/na cultura digital através da instituição do Programa Cultura Viva no Ministério da Cultura.

Encerra essa primeira parte o documento intitulado “Pacto pela gestão compartilhada da Política Nacional de Cultura Viva”, produzido por técnicos e gestores do Ministério da Cultura, integrantes da Rede de Pontos e Pontões de Cultura, representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), gestores e gestoras da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), municipais, estaduais e distrital, representantes de universidades e instituições culturais, e demais agentes da PNCV que estiveram reunidos no Encontro Nacional Cultura Viva 20 anos, realizado em Salvador durante os dias 3 a 6 de julho de 2024.

A segunda parte da revista apresenta relatos e análises de experiências, bem como os desafios vividos pelos Pontos de Cultura.

Cláudia Houara, Gestora Cultural com Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Cultural (IHAC-UFBA, 2014), no trabalho intitulado “A estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais: uma retrospectiva necessária”, apresenta o processo de estadualização do Programa em Minas Gerais, no período compreendido entre 2007 e 2014, e atualiza as informações até a atualidade.

Em “Cultura Viva das Gerais: a experiência democrática que consolidou a política municipal para Pontos de Cultura em Belo Horizonte e alguns de seus desdobramentos”, de autoria de Michelle Cristina Alves Silva, Doutora em Ciências da Integração na USP, e de Gustavo Bones, pós-Graduando em Políticas Culturais de Base Comunitária na FLACSO, apresenta um relato do processo de criação e consolidação da Política Municipal de Cultura Viva em Belo Horizonte, a partir da atuação do mandato parlamentar de uma vereadora (fundadora de um Ponto de Cultura), em diálogo com a rede local de iniciativas socioculturais.

Joelma Cristina Silva Moreira Stella, Doutoranda no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade IHAC/UFBA, e Ricardo Silva Araújo, Mestrando no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade IHAC/UFBA, apresentam um relato de experiência no texto “Programa Cultura Viva - avanços e limitações no diálogo com as comunidades” e analisam o diálogo entre agentes culturais e o Ministério da Cultura, a partir do processo de cadastro, no programa Cultura Viva, do Ponto de Cultura Casa Candeeiro do Oeste e da sua participação no edital Prêmio Sérgio Mamberti.

O relato de pesquisa “Cultura Viva: da Resistência Cultural à Transformação Comunitária – Jornada do Sarau na Quebrada”, do produtor e gestor cultural Neri Silvestre, também apresenta um interessante relato de experiência na cidade de Santo André (SP).

Em “Breve histórico do Programa Cultura Viva e as experiências do Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino em Cordeiros/BA”, Alyson Cavalcanti de Oliveira Damasceno, Bacharel em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas pela UFRB e Presidente do Conselho de Política Cultural de Cordeiros/BA, e Yan Roberto Santos de Oliveira Graduando em Licenciatura em História pela UESB e Diretor do Museu Professora Noêmia Lourenço da Silva, apresentam as experiências vivenciadas no Ponto de Cultura, buscando discorrer sobre a atuação do Movimento no sudoeste do estado da Bahia.

Esperamos que esta publicação, além de se somar aos vários outros acontecimentos festivos sobre os 20 anos de Cultura Viva, contribua para a construção da memória e da visão crítica sobre os caminhos dessa importante política pública.

Neste ano, em que o ODC foi certificado como Ponto de Cultura, esperamos que esta publicação, além de se somar aos vários outros acontecimentos festivos sobre os 20 anos de Cultura Viva, contribua para a construção da memória e da visão crítica sobre os caminhos dessa importante política pública.

Boa leitura!

Equipe Editorial

SEÇÃO I

A TRAJETÓRIA E O PROTAGONISMO DO PROGRAMA CULTURA VIVA COMO POLÍTICA CULTURAL



Lu Brito (Salvador, BA)
Sem título
Fotografia Digital
Canudos, BA, 2018



(Detalhe da obra)

Lucélia Maciel (Morro do Chapéu, BA)

Torrão

Instalação/ modelagem com ferro, vidro, couro, argila, terra e linha
Goiânia, GO, 2023

Foto: Paulo Rezende

CULTURA VIVA: 20 ANOS DE UMA TRAJETÓRIA COM DESAFIOS E CONQUISTAS

Márcia Helena Gonçalves Rollemberg¹

RESUMO

Em 2024 são celebrados os 20 anos da Política Nacional de Cultura Viva e os 10 anos do Programa de Cooperação Ibero-americano IberCultura Viva, criado a partir da experiência do Brasil e que reúne atualmente 12 países. A trajetória da Cultura Viva é traçada neste artigo por meio de quatro dimensões de sua existência: poética, estética, métrica e ética. Partindo dos conceitos, definições e instrumentos que estão na base do programa criado em 2004, chega-se até o atual contexto de corresponsabilidades da Política Nacional Aldir Blanc, implementada conjuntamente pelo Sistema MinC e os entes federados que formam o Sistema Nacional de Cultura, e considerando sempre a gestão compartilhada com a sociedade civil, com o objetivo de democratizar o acesso ao fomento, fortalecer a diversidade cultural e o exercício da cidadania, e fazer com que a política de cultura tenha efetividade em seus objetivos de ampliar os direitos culturais.

*

Breve histórico dos 20 anos da Cultura Viva

Em 06 de julho de 2004, foi criado pelo Ministério da Cultura o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania Cultura Viva e, em 22 de julho de 2014, a Lei nº 13.018 instituiu a Política Nacional de Cultura Viva. Portanto, 2024 é ano de celebração dos 20 anos da Cultura Viva, sendo 10 anos como uma política pública nacional, a primeira política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura.

Lembrar, refletir, comemorar e pensar no futuro são ações inerentes

¹ Assistente social e arte educadora pela UnB e especialista em sistemas de saúde pela Unicamp. Atual Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, onde já foi titular da Secretaria nos anos 2011-2014. Foi Diretora de Articulação e Fomento do IPHAN de 2009 a 2011. E-mail: gab.scdc@cultura.gov.br . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0416771531170667>

ao ser humano, que em datas especiais têm sua simbologia fortalecida, nos permitindo vivenciar o tempo decorrido e por vir, entrelaçando passado, presente e futuro, numa estratégia para fortalecer a identidade e a cultura, ativar os vínculos de todos os envolvidos, e ampliar esta Política.

Ela se constitui num marco democrático ao reconhecer os direitos culturais e a relevância para a cultura nacional dos fazedores de cultura, que existem em todos os cantos do país. A Cultura Viva contribui para a resistência e a luta territorial dos povos originários e comunidades tradicionais, viabilizando o acesso ao fomento cultural para os diversos segmentos das culturas populares e periféricas, da diversidade, com a valorização dos saberes ancestrais e da capacidade criativa da juventude.

Abordaremos a trajetória da Política Nacional de Cultura Viva por meio de quatro dimensões de sua existência: poética, estética, métrica e ética.

1. A Dimensão Poética

Ainda hoje somos inspirados pela imagem poética de um “DO-IN antropológico” impulsionando pontos de energia no corpo Brasil, onde a cultura pulsa criativamente, expressa pelo Ministro Gilberto Gil, em seu discurso de posse, em 2003. Primeiro, pela simplicidade inovadora da proposta: ao invés de criar ou fomentar novos grupos ou projetos, o Estado reconhece e fortalece a experiência estética e artística já produzida pelos grupos sociais, entendendo a cultura como processo e não como produto (TURINO, 2010).

De acordo com o ato de criação do Programa, pela Portaria nº 156/2004, seu objetivo era “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural”, e “potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (MINC, 2004, p.1). Podemos dizer: fortalecer e potencializar os valores dessas comunidades e inovar a partir das inéditas conexões, dos encontros de saberes e dos diálogos interculturais, de encantamento e profunda alteridade.

Na época, o Programa era de responsabilidade da Secretaria de Cidadania Cultural do MinC. Registra-se que, desde o início, os pontos de cultura se articulavam em redes colaborativas para efetivar a gestão compartilhada e participativa, um princípio para a implementação do

então Programa Cultura Viva. Assim, ele criava uma porta de acesso ao fomento cultural para comunidades e coletivos, ampliando o exercício da cidadania cultural por meio de projetos culturais apoiados, para fortalecer e valorizar o acesso aos meios de produção e a realização de ações e práticas artístico-culturais.

O significado da inclusão programática, na ação ministerial, das culturas tradicionais e populares, modernas e inovadoras, do interior e das periferias, foi fundamental para fortalecer também o conjunto de iniciativas federais afins, como o Programa 1355 - Identidade e Diversidade Cultural Brasil Plural, da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID - 2005 a 2010), voltado para a promoção e expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia por meio da valorização da diversidade cultural brasileira, e por meio do qual foram realizados 18 editais. Vale também trazer o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e por fim, mencionar o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, estrutura do IPHAN criada há 40 anos, encarregada da pesquisa, documentação, difusão e execução de políticas públicas de preservação e valorização dos mais diversos processos e expressões das culturas populares.

A promoção da autonomia, do protagonismo e do empoderamento dos sujeitos sociais é parte do entendimento de que Estado e sociedade podem manter uma relação de cogestão e compartilhar a responsabilidade de uma política pública, de forma a realimentar permanentemente o aperfeiçoamento de sua implantação.

Trata-se de um campo democrático de acesso aos direitos culturais e aos meios de fazer cultura e que tem a valorização da diversidade cultural como um pilar. Ao garantir o amplo acesso à formação, saberes, memórias, celebrações e fazeres culturais, potencializa o campo simbólico, as narrativas, as práticas locais, fortalece as redes de fazedores de cultura, agentes, entidades e coletivos das culturas tradicionais e populares, afrodescendentes, indígenas, ciganas, das periferias e áreas rurais, de todos os territórios, com todos os segmentos da sociedade, em especial os grupos mais vulnerabilizados e muitas vezes invisibilizados em nossa história e em nosso presente.

O Programa Cultura Viva está na vanguarda das políticas públicas do Estado, ao reconhecer na sociedade e nas diversas expressões regionais e estéticas a força necessária para revelar os “brasis” ocultos ou excluídos. Este programa revela o quanto do que se chama “realidade” é apenas uma versão da história. Há manifestações de resistências, beleza guerreira e afirmação de respeito que não saem nos jornais, revistas, rádios ou tevês. (Gilberto Gil, Teia 2006, apud Rangel, A.M.C. MINC, 2009.)

No atual contexto de corresponsabilidades da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), o Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC), com o apoio do Sistema MinC e com o compromisso dos entes federados do Sistema Nacional de Cultura, tem a responsabilidade, portanto, de promover e fortalecer a gestão compartilhada, democrática e participativa da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). Para isto, um requisito essencial é contar com a sociedade civil e com o poder público, em todos os níveis – distrital, estadual e municipal –, para juntos viabilizar as instâncias, os processos e os instrumentos que vão garantir a efetividade da PNCV.

2. A Dimensão Estética

Para que isso aconteça, bem como o necessário ganho de escala da política e seu fortalecimento, o desenho da Cultura Viva se consolida na Lei nº 13.018/2014, que define conceitos, objetivos, beneficiários, princípios, ações estruturantes – que trazem ricas intersecções da cultura com campos, temas e identidades – e estabelece os seus três principais instrumentos: os Pontos de Cultura, os Pontões de Cultura e o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

Os Pontos de Cultura são definidos na Lei como entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades. Já os Pontões são entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvem, acompanham e articulam atividades culturais em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse

comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas.

No início da Cultura Viva, o fomento federal era realizado de forma direta, principalmente por meio de convênios que reconheciam e permitiam o repasse de recursos mediante um plano de trabalho a ser realizado em três anos. A partir de 2007, o Programa efetivou convênios federais em todos os estados e no Distrito Federal, com exceção do Paraná que desenvolveu a rede local mesmo sem o governo estadual. Alguns municípios também se enquadram nesse contexto, de modo que o fomento, que era realizado só no âmbito federal, passou a ser feito de forma descentralizada pelos 26 entes federados, com contrapartida financeira. Já as parcerias com os municípios foram iniciadas em 2009.

Em seguida, a nova Estrutura Regimental do Ministério da Cultura estabelecida pelo Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2011, trouxe a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, criada a partir da fusão das atribuições da Secretaria de Cidadania Cultural – SCC e da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural – SID. Essa nova configuração impactou enormemente o Programa Cultura Viva, conformando novas e legítimas demandas do campo identitário, suas especificidades de ser, de viver e seus horizontes. E, gradativamente, foi sendo articulada a rede de gestores, no processo de revisão e renovação dos convênios com os estados e os municípios para fomentar as redes de pontos de cultura em âmbito nacional.

Contudo, nessa época, já se acumulava um passivo federal e também estadual e municipal sobre as parcerias realizadas com as entidades da sociedade civil, reconhecidas como pontos e pontões de cultura. Os planos de trabalho plurianuais provocavam uma paralisação das atividades anualmente, para a entrega e análise de prestações de contas parciais, gerando uma crise agravada pelo não pagamento de antigas parcelas dos convênios diretos com a sociedade civil, e havia também uma série de prêmios de editais atrasados e o arrolamento de entidades culturais em tomadas de contas. Isso implicou na necessidade de enfrentar os problemas, a partir da revisão do instrumento prevalente, o “convênio”, que se mostrava inadequado. Esse período foi marcado por pesquisa realizada pelo Ipea, entidade parceira, junto com a Comissão Nacional de Pontos de Cultura, para avaliação e redesenho desse instrumento do Programa.

Neste sentido, uma das conquistas mais importantes da Lei de 2014 é a criação do Termo de Compromisso Cultural (TCC), que permite a transferência de recursos às entidades culturais integrantes do Cadastro Nacional de forma simplificada e com os resultados avaliados prioritariamente por mérito. Trata-se de uma inovação que aperfeiçoa a parceria entre governo e sociedade civil e traz a natureza cultural para a ferramenta pública a ser utilizada. Considerando-se que até então as transferências de recursos eram regidas pela Lei nº 8.666/1993, prevista para licitações e contratos de todo tipo, o que trazia uma série de dificuldades para as entidades culturais, o TCC se configura como um meio de ampliar o acesso da população ao exercício dos direitos culturais, e traz maior viabilidade à consecução da política pública.

O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, terceiro instrumento da Cultura Viva, é o principal indicador da abrangência e aplicação dos seus recursos. Em abril de 2024, o registro no Cadastro ultrapassou a marca de 5.000 Pontos e Pontões de Cultura certificados e georreferenciados em mais de 1.400 municípios, em todas as 27 Unidades Federativas do país, incluindo três Pontos de Cultura no exterior (Rússia, Espanha e Bélgica). Atualmente, essa ferramenta está em processo de revitalização conceitual e operacional, com a recriação da Comissão de Certificação, que conta com a participação da sociedade civil, para atualização tecnológica e também em termos de usabilidade, como instrumento de reconhecimento, registro, acervo, mapeamento, articulação e interação das entidades culturais sem fins lucrativos (com CNPJ), bem como dos coletivos e grupos culturais (sem CNPJ), o que permite ampliar o acesso dos que mais precisam.

Um Cadastro bem-feito e acessível, que seja utilizado e alimentado com frequência pelos agentes e usuários da Política, vai permitir ao MinC dispor de uma boa base de dados capaz de subsidiar suas ações e as de todos os seus parceiros.

Em janeiro de 2024, sob a liderança da SCDC, foi criada a Comissão de Gestão Compartilhada do Cadastro Nacional, com um trabalho permanente para qualificar e integrar a certificação dos Pontos e Pontões de Cultura, o monitoramento das ações de fomento e a avaliação do impacto da Cultura Viva em todo o país e no exterior, consolidando as

evidências da expansão territorial e, principalmente, de sua efetividade como política cultural de base comunitária.

É possível incluir também, nessa dimensão estética da Cultura Viva, os diálogos interculturais que, de acordo com o artigo 6º da Lei de 2014 (inciso I, alínea “f”), é um dos objetivos dos Pontos de Cultura: “promover a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais”. Na prática, a interação dos Pontos e Pontões com outras culturas já ultrapassa há muito tempo as fronteiras do país e inspira a adoção de políticas públicas de cultura viva comunitária por diversos países da América Latina. A partir dessas experiências, foi criado, em 2014, o Programa IberCultura Viva no âmbito da Cooperação da Secretaria Ibero-americana da Organização dos Estados Ibero-americanos – SEGIB OEI.

O IberCultura Viva foi oficialmente implantado no 5º Encontro Nacional dos Pontos de Cultura – TEIA Nacional da Diversidade, realizado de 22 a 24 de maio de 2014, em Natal/RN, com a primeira reunião do Comitê Intergovernamental do Programa. Atualmente, ele funciona com a participação de 12 países membros (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Espanha, México, Paraguai, Peru e Uruguai) e tem alcançado significativo impacto na região, por meio da promoção de ações de intercâmbio e financiamento de iniciativas culturais, concessão de bolsas para cursos de formação e apoio a redes e trabalhos colaborativos.

Um rápido balanço da trajetória do Programa IberCultura Viva inclui dados como: 605 bolsas distribuídas entre 2018 e 2024 para o curso de pós-graduação em Políticas de Base Comunitária da FLACSO – Argentina; 176 organizações culturais comunitárias, povos indígenas e comunidades afrodescendentes contempladas (com mais de 145 mil dólares) nos editais de intercâmbio e apoio a redes e projetos de trabalho colaborativo, desde 2016; 66 prêmios concedidos a histórias de receitas e práticas culinárias de comunidades migrantes da Iberoamérica, desde 2019, num total de US\$178.200; e a realização de seis concursos de vídeo, com temas diversos, desde 2016, com a concessão de 60 prêmios de 500 dólares cada.

Em 2024, ano em que se comemora os 10 anos do Programa IberCultura Viva, o Brasil foi convidado a liderar mais uma vez sua presidência, para o mandato de 2024 a 2027, como reconhecimento do atual protagonismo na política cultural da região.

3. Dimensão da Métrica

Em relação à dimensão da métrica, precisamos lembrar de uma frequência, uma escala macro e de uma medida quantificável essencial, que é o universo a ser atingido em face do financiamento já conquistado. Infelizmente, os Pontos e Pontões de Cultura contaram com pouco ou nenhum financiamento federal no período de 2019 a 2023. E agora estamos vivendo esse novo momento em que foi possível ampliar em 47% o número de certificação de Pontos e Pontões no Mapa da Rede Cultura Viva, de cerca de 3.400 para mais de 5 mil Pontos e Pontões de Cultura georreferenciados.

Em 2023, para a retomada da Cultura Viva, os investimentos do Ministério da Cultura somaram cerca de 62 milhões de reais. A primeira estratégia foi reativar a Rede e lançar os Editais Cultura Viva de premiação “Sérgio Mamberti” e “Construção Nacional do Hip-Hop” que, além de premiar 1.443 iniciativas culturais já realizadas, contribuíram para mapear, certificar e premiar pontos de cultura, e valorizar a contribuição para a diversidade cultural do país de mestras e mestres das culturas tradicionais e populares, das culturas indígenas e de agentes culturais de diversos segmentos e expressões. Ainda tivemos o Edital Cultura Viva “Fomento a Pontões de Cultura”, com a seleção e celebração de Termo de Compromisso Cultural (TCC) com 42 Pontões de Cultura, para realizarem projeto de 12 meses junto ao seu respectivo Comitê Gestor e Agentes Cultura Viva (jovens de 18 a 24 anos) para capacitação, campanha no âmbito dos Direitos Humanos e Cidadania, mapeamento e diagnóstico da Rede. Essas ações trarão uma atualização e nova realidade para a política pública, inclusive para pensarmos juntos na próxima revisão do normativo que regulamenta a Cultura Viva.

Além disso, houve ações transversais do Sistema MinC que envolvem a Cultura Viva, como o Edital para Pontos de Leitura da Secretaria de Formação, Livro e Leitura (SEFLI) e o Edital de Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Outra estratégia é a integração da Cultura Viva com a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Instituída pela Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, trata-se de um marco histórico que vai viabilizar e estruturar o Sistema Nacional de Cultura (SNC) como sistema federativo de financiamento à cultura, com recursos previstos até 2027. A PNAB potencializa a Política Nacional de

Cultura Viva com o maior investimento dos seus 20 anos de existência. São mais de R\$388 milhões por ano de recursos descentralizados e vinculados à Cultura Viva na PNAB, o que compromete todas as 27 UFs e 679 municípios, a princípio, mas o resultado de adesão é mais amplo. E o investimento é ainda maior se pensarmos no compromisso federal, dos governos, prefeituras e das redes colaborativas com a adesão das escolas, institutos e universidades e de outras organizações nacionais e internacionais, parceiros para o fomento das políticas culturais, em conjunto com outras políticas públicas.

Isso vai permitir, portanto, que a PNCV ganhe escala, criando oportunidade para um salto histórico em sua capilaridade territorial e ampliando também o exercício da cidadania cultural. Contribuem para isso as parcerias que a SCDC celebrou com diversas Universidades, Institutos de Ensino de Pesquisa e organismos internacionais para estudos sobre a Cultura Viva, capacitação e desenvolvimento de melhorias no planejamento e na execução da política pública.

4. Dimensão da Ética

Isso nos leva à dimensão da ética, que é a busca da efetividade e do propósito da política pública e o seu impacto na vida das pessoas – como os diversos atores tecem suas redes e empoderam a sociedade civil para acessar a Cultura Viva e o conjunto de políticas culturais. Assim, considera-se o Edital de Pontões – A Cultura Viva do Tamanho do Brasil uma grande parceria com a sociedade civil e a gestão pública. Estão sendo fomentados 42 Pontões, sendo 27 territoriais e 15 temáticos e identitários, em conexão direta com 210 pontos de cultura que formam comitês de gestão compartilhada e que vão realizar um diagnóstico, ampliar e articular a Rede Cultura Viva.

Esses Pontões vão reconectar os Pontos e Pontões de Cultura em novos territórios, de modo a permitir, por exemplo, o fortalecimento da Rede em cada unidade da federação e o fortalecimento da diversidade de expressões e ações nas diversas áreas: Culturas Indígenas e Mãe Terra; Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; Culturas Populares e Tradicionais; Cultura Digital, Comunicação e Mídia Livre; Patrimônio e Memória; Livro, Leitura e Literatura; Gênero, Diversidade e Direitos Humanos;

Acessibilidade Cultural e Equidade; Cultura Infância; Formação e Educação Cultural; Territórios Rurais e Cultura Alimentar; Cultura Urbana, Direito à Cidade e Juventudes; Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana.

Está prevista também a formação de 570 jovens Agentes Cultura Viva, de 18 a 24 anos, que vão contribuir para impulsionar a prática e a difusão das manifestações das culturas tradicionais e populares, das linguagens artísticas de vanguarda e da economia solidária e criativa, numa formação colaborativa que envolve parceiros, mestras e mestres, especialistas e gestores.

Além do trabalho em rede da sociedade civil, a efetividade da política receberá um grande impulso com os recursos da Política Nacional Aldir Blanc vinculados à Cultura Viva. A Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural está empenhada em fazer com que essa vinculação traga resultados, com a ampliação do mapeamento dos Pontos e Pontões de Cultura, potencializando a economia criativa e solidária das entidades e coletivos culturais, e com resultados monitorados e avaliados.

O momento é de maturidade, o que nos leva à terceira estratégia para garantir a poética, a estética, a métrica e a ética da Cultura Viva, que é a pactuação de responsabilidades nos âmbitos federal, estadual e municipal, considerando sempre a gestão compartilhada com a sociedade civil, com o objetivo de democratizar o acesso ao fomento e fazer com que a política de cultura seja uma política efetiva, que modifique a vida das pessoas e que leve também direitos de identidade, de existência e pertencimento, de fazer a diversidade cultural acontecer com força e beleza nos vários cantos desse Brasil e no exterior.

Para fortalecer o Pacto Federativo, uma vez consolidada a Cultura Viva como primeira política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), estamos em comunicação com os secretários, dirigentes e técnicos dos órgãos de cultura estaduais, distrital e municipais, para o intercâmbio de boas práticas, as ações formativas e de assistência e o enfrentamento dos passivos de prestação de contas e, assim, qualificar o processo da Cultura Viva com o financiamento, a adoção dos editais públicos de seleção mais simplificados nas diversas modalidades, a garantia de mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados. Com a participação dos gestores públicos e da sociedade civil, o campo

simbólico, da cidadania e da economia da cultura tem um verdadeiro DNA na Cultura Viva, política que expressa a representação de raiz, dessa poesia plural que é o Brasil. As evidências dos impactos dessa política coletiva são o fortalecimento da democracia brasileira, a promoção da justiça social, a redução da pobreza e das desigualdades em nosso país. E tudo isso só é possível com diversidade e cidadania cultural. Tudo está conectado à nossa ancestralidade e aos sonhos que nutrem e trazem consistência às nossas ações para seguir na caminhada.

Portanto, ao lembrar nosso grande filósofo e líder indígena Ailton Krenak, finalizo afirmando que a Cultura Viva é uma das boas ideias de “Como adiar o Fim do Mundo”. Viva os 20 anos da Cultura Viva!

COMO CITAR ESSE ARTIGO

ROLLEMBERG, M. H. G.. Cultura Viva: 20 anos de uma trajetória com desafios e conquistas. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024. Disponível em:

<https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F.; CALABRE, L. Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. **IPEA**. Brasília, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3167/1/livro_pontosdecultura.pdf. Acesso em 17 jun. 2024.

GIL, Gilberto. **Discurso na solenidade de transmissão do cargo**. Janeiro de 2003. Disponível em: <https://gilbertogil.com.br/conteudo/textos/>. Acesso em 17 jun. 2024

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Edital nº 9/2023 – **Cultura Viva Fomento a Pontões de Cultura**. Disponível em: <https://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/2114/>. Acesso em 17.06.2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Portaria de criação do Programa Cultura Viva** (nº 156). Brasília, julho de 2004. Brasília, DF: MINC, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-secult/2004/portaria-minc-no-156-de-6-de-julho-2004>. Acesso em 17 jun. 2024

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Cultura Viva** – Análises e Observações. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, 18 a 20 de novembro de 2009, Pirenópolis. Disponível em: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/documentos-e-publicacoes/livros-e-revistas/minc-programa-cultura-viva-2013-analises-e-observacoes-seminario-internacional-do-programa-cultura-viva_2009.pdf. Acesso em 17 jun. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014**. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm. Acesso em 17 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.** Institui a Política Nacional Aldir Blanc. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14399.htm. Acesso em 18 jun. 2024.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura: a construção de uma política pública *in* **Cadernos CENPEC**, 2010, nº 7, p. 23. Disponível em: <file:///C:/Users/giselle.dupin/Downloads/61-76-1-PB.pdf>. Acesso em 18 jun. 2024.



(Detalhe da obra)

Tininha Llanos (Cristina, MG)
Sementes Crioulas - Epstemicídios do Sul
Desenho Bordado sobre tecido de algodão
Salvador, Bahia, 2019
Foto: Natália Carneiro

CULTURA VIVA COMUNITÁRIA E POLÍTICAS CULTURAIS EMANCIPADORAS NA AMÉRICA LATINA

Alexandre Santini (FCRB/ UERJ)¹

RESUMO

O artigo propõe analisar como as políticas públicas de cultura implementadas no Brasil a partir do governo Lula e da gestão dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, em particular o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, têm reflexos importantes no desenvolvimento de Políticas Culturais na América Latina. A partir da análise desta construção histórica, é possível empreender uma discussão mais ampla sobre as relações entre Estado, Cultura e Sociedade. A dimensão política deste processo se relaciona com o lugar da cultura na discussão sobre o papel do Estado como promotor de um modelo de desenvolvimento que atue nas questões estruturais, na redução da desigualdade social e em uma perspectiva emancipatória e de transformação social.

*

Introdução

As políticas públicas de cultura e os movimentos socioculturais que se articulam no Brasil, como consequência do conjunto de Políticas Culturais implementadas a partir do governo Lula e da gestão dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, têm reflexos importantes no desenvolvimento de Políticas Culturais na América Latina. Analisar o contexto histórico e político em que se desenvolveu este processo nos permite empreender uma discussão sobre as relações entre Estado, Cultura e Sociedade.

No Brasil, essas Políticas Culturais estão inscritas no bojo de um ambiente de transformações na trajetória política do país. Políticas públicas como o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura contribuíram

¹ Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF; Doutorando em Educação na UERJ. Foi Diretor de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC (2015-2016) e Secretário das Culturas de Niterói (RJ). Atualmente é Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1284037369876578>

para que se estabelecessem novas legitimidades discursivas a partir do posicionamento de atores sociais e discursos identitários de diferentes segmentos da sociedade brasileira. A dimensão política desta operação é de ordem profunda e se relaciona com a discussão sobre o papel do Estado como promotor de um modelo de desenvolvimento que atue nas questões estruturais e na redução efetiva da desigualdade social.

No caso do Brasil, estamos falando de políticas culturais que engendraram processos de participação e articulação da sociedade civil, lançando bases para a articulação de movimentos sociais de novo tipo. Nestas construções, os agentes culturais se articulam em uma perspectiva de reconhecimento, afirmação e legitimação de seus saberes e fazeres culturais, assim como procuram incidir concretamente em processos de implementação de políticas públicas, como Conselhos e Conferências de Cultura.

Essa conjuntura vivida em nosso país chamou a atenção de gestores e agentes culturais de cidades e países da América Latina, que passavam por processos políticos similares, compartilhavam realidades sociais e culturais comuns e, sobretudo, buscavam construir um paradigma de Política Cultural que aproximasse a experiência brasileira de outras iniciativas em países latino-americanos:

Somos experiencias que creemos firmemente en la posibilidad y en la necesidad de reconstruir la acción política y la sociedad en un nuevo paradigma que desde abajo de la sociedad recree el ejercicio de poder tanto del estado, como de la sociedad civil, como de los partidos y movimientos políticos, comprometiéndonos a establecer relaciones más dinámicas, horizontales y democráticas entre todos estos actores. (...) Creemos que estas iniciativas deben estar guiadas por la práctica de la ciudadanía cultural y el fortalecimiento de los derechos culturales en la perspectiva de la democratización cultural. (CULTURA VIVA COMUNITARIA, 2013, p.22).

Contexto social e político

A primeira década do século XXI na América Latina é caracterizada por um ciclo de estabilidade democrática, que, em certa medida, rompeu uma tradição de instabilidade e autoritarismo que marcou a história de boa parte dos países do continente na segunda metade do século XX, notadamente até o final dos anos 80. Esse período também se caracterizou por um alinhamento político mais à esquerda entre os governos

de diferentes países da América Latina, em contraposição ao período imediatamente anterior, na década de 90, quando o receituário econômico neoliberal pautou as diretrizes política e econômica dos governos nacionais dos países latino-americanos.

A ascensão dos governos de Hugo Chavez na Venezuela (1999), Ricardo Lagos no Chile (2000), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2003), Nestor Kirchner na Argentina (2003), Fernando Lugo no Paraguai (2008), Tabaré Vasquez no Uruguai (2005), Evo Morales na Bolívia (2006), Ollanta Humalla no Peru (2011), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Mauricio Funes em El Salvador (2009) e Manuel Zelaya em Honduras (2006) trouxe uma nova configuração ao panorama político latino-americano. Em que pesem as diferentes realidades de cada um destes países, as diferenças de orientação político-ideológica de cada um dos governos e mesmo do rumo tomado por suas respectivas administrações, percebemos, neste panorama, a emergência de setores vinculados a trajetórias políticas e a pautas que reconfiguram a agenda social e política da América Latina, trazendo à tona processos históricos de resistência e afirmação de direitos latentes no tecido social do continente:

Una rápida mirada sobre la realidad actual latinoamericana nos permite establecer un conjunto de elementos comunes y regionales. Por un lado, las últimas décadas han sido el escenario temporal de la irrupción de movimientos populares y democráticos en capacidad de acceder y gestionar el Poder del Estado en algunos lugares, en gran medida en reacción al funesto despliegue de los neoliberalismos ultramontanos em vários de nuestros países durante la década del 90. Esa aparición ha permitido el resurgimiento de núcleos discursivos y acciones institucionales con una resonancia positiva en aquellas organizaciones y referencias ligadas a la tradición de la búsqueda de una Patria Grande latinoamericana, emancipada de los imperialismos y con una justicia social efectiva en la vida cotidiana. En estos últimos quince años abundaron las acciones continentales y nacionales vertebradas en torno de estas grandes y queridas banderas populares, acompañadas de no pocas reformas políticas de importancia (leyes de democratización de los medios de comunicación, reformas constitucionales, programas sociales de mayor cobertura social, visibilización de nuestros pueblos originarios, posturas diferentes frente a los organismos multilaterales de crédito, etc.) (BALÁN, 2015, p.29).

Os países latino-americanos compartilham muitos traços comuns: questões históricas, políticas e culturais, além de unidade linguística que abrange quase a totalidade dos países da região. No entanto, são principalmente as problemáticas econômicas e sociais semelhantes que

incitam a procura por uma visão de conjunto. A unidade latino-americana é, sobretudo, um projeto político, que dá norte e substância a um discurso, a uma construção histórica em processo.

Apesar dos avanços políticos, sociais e econômicos obtidos por esses governos de corte democrático e progressista na América Latina, cabe evidenciar os claros limites dessas experiências em promover reformas estruturais. Isso inclui as dificuldades em realizar uma ruptura com o modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo industrial e financeiro, em efetivamente reduzir a desigualdade social, em constituir instrumentos de democracia direta e participativa, e em ir além da simples promoção e democratização do acesso a bens e serviços nas políticas culturais.

Sin embargo, muy limitada sería nuestra visión si no dijéramos también que esas acciones no han intentado vertebrar otro modelo de Desarrollo Alternativo al presentado por el Capitalismo Global en su fase actual para nuestro continente; mientras el PBI de nuestros países experimentó un crecimiento de 100% en las últimas décadas [...] en el marco de un modelo de desarrollo protagonizado por el capital global y extranjero, que mantiene niveles escandalosos de endeudamiento de nuestros estados, que dilapida nuestros bienes comunes y saquea nuestros recursos. Con desperejos niveles en los distintos países, tampoco se han logrado avances importantes en la transformación de nuestras instituciones; las Consultas Populares y otras herramientas de Democracia Participativa sólo tuvieron una sistematicidad atendible en países como Bolivia y Venezuela, siendo prácticamente inexistentes en el resto del continente. Las prácticas delegativas y de consumo fueron consolidadas como la dinámica fundante por estos gobiernos en el campo cultural y ciudadano, en la economía cotidiana y, por ende, en el terreno del arte y de la comunicación, permitiendo en todo caso una mayor exposición de la narrativa de izquierda pero sin alterar los circuitos de producción y distribución de bienes culturales (BALAN, 2015, p. 29-30).

É nesse contexto complexo e contraditório que devemos analisar o desenvolvimento das Políticas Culturais na América Latina neste período. Ao identificar, no processo histórico recente, o surgimento de experiências de políticas culturais baseadas no conceito de “Cultura Viva Comunitária” em diversos países e cidades latino-americanos, inspiradas pelo Programa Cultura Viva e pelos Pontos de Cultura do Brasil, além de uma construção discursiva e programática desenvolvida por atores socioculturais no continente, analisaremos em que medida tais conceitos e políticas contribuíram para a construção de um repertório comum para se pensar as Políticas Culturais na região, especialmente no que diz respeito à relação da cultura com temas como identidade, território e comunidade.

Definindo cultura comunitária

As organizações e coletivos culturais comunitários fazem parte da realidade social da América Latina. Estima-se que são mais de 120 mil em todo o continente. São rádios comunitárias, grupos de teatro amador, museus de bairro, bibliotecas populares, festas e celebrações de vizinhança, circo social, coletivos urbanos de rap e hip-hop, manifestações da cultura tradicional com forte vínculo comunitário, e toda uma diversidade de expressões, de acordo com a característica e a realidade de cada região ou país. Fato é que, seja nas pequenas cidades e vilas ou nos grandes aglomerados urbanos periféricos, existem estes grupos ativos que, através do jogo, da criação cultural, da comunicação popular e das celebrações comunitárias, buscam sensibilizar o espaço público de seus territórios e convocar a participação coletiva. Mais de 200 milhões de latino-americanos participam dessas atividades culturais comunitárias repetidamente ao longo de cada ano.

Existe, no entanto, uma noção de comunidade mais estrita, que perpassa a construção do conceito de Cultura Viva Comunitária, e que vai além da ideia de habitar e coexistir em um determinado território. Essa concepção atribui um sentido ao termo enquanto espaço de construção de laços de coletividade, pertencimento e solidariedade. Esta noção de comunidade, como poderemos ver mais adiante, está relacionada também às noções de “bem comum” e de “buén vivir”, expressões que remetem a conceitos, práticas e modos de vida adotados pelas comunidades indígenas dos países andinos: Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. O pesquisador e ex-assessor de Políticas Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Jairo Castrillón Roldán, um dos formuladores da política de Cultura Viva Comunitária na cidade de Medellín, Colômbia, oferece uma abordagem sobre o conceito de comunidade que permeia a construção dessa política:

Comunidad es una palabra compuesta entre común y unidad. Se relacionan con ella las palabras comunión y comunicación. Bajo esta perspectiva, no todo poblador de un territorio hace comunidad. Para que se hable de comunidad, en lugar de un aglomerado de pobladores, debe haber una conciencia de unidad e interacción en un grupo humano determinado. La comunidad es un grupo de personas que interactúan y comparten un territorio, una historia y elementos comunes (idioma y modos de hablar, costumbres, valores), unos intereses, unos problemas y necesidades comunes, así como potencialidades. Las comunidades

desarrollan en la convivencia elementos de identidad que la diferencian de otros grupos humanos. Unos símbolos y signos compartidos. Se pueden configurar comunidades por identidad ideológica, edad, vecindad u ubicación geográfica, estatus social, roles, intereses, etc. Pero además de todo esto, y sobre todo, en la comunidad hay relación común, trabajo conjunto en función de proyectos comunes. Hay sentido de colectividad. En la comunidad prima lo común sobre lo particular, el sujeto frente al individuo. En la comunidad hay mutualidad, acompañamiento, solidaridad entre unos y otros. Vivir en comunidad enriquece la vida y da sentido a la existencia. [...] De esta manera, la noción de comunidad no puede estar circunscrita a un estrato socioeconómico o cultural determinado, sino que es posible y necesaria en cualquier ámbito en donde haya seres humanos. Es decir que, si bien es más común en poblaciones de escasos recursos y necesidades comunes, la construcción de comunidad puede [y debiera] darse en cualquier contexto humano (ROLDÁN, 2013, p. 58-59).

Trata-se de uma visão de comunidade enquanto projeto político e social, uma forma de vida em que a dimensão coletiva prepondera sobre o individual, e que abarca não só a coexistência territorial, mas a construção de laços de memória e identidade, de um espaço comum compartilhado. Abrange ainda uma dimensão extraterritorial, na medida em que permite a existência de laços comunitários pautados em identidades geracionais, de gênero, étnicas, de interesses etc. Uma definição, ao mesmo tempo ampla e estrita, que integra o espaço territorial ao espaço simbólico onde se constituem os elementos que dão substância e sentido comum a uma vida comunitária.

Organizações culturais comunitárias são aquelas que desenvolvem processos culturais permanentes em seus territórios e não estão diretamente vinculadas ao âmbito estatal ou ao mercado de bens, produtos e serviços culturais. A autonomia em relação ao Estado, por sua vez, não prescinde de um processo de organização política autônoma entre si e junto a outros setores da sociedade, nem tampouco de uma incidência concreta juntos aos Estados nacionais e governos locais em busca de políticas públicas de reconhecimento e acesso a direitos. Nas múltiplas experiências de Cultura Comunitária na América Latina, cabe destacar a valorização que as organizações envolvidas fazem do papel estratégico do Estado como agente implementador de políticas públicas.

Canclini (2013, p. 270) reconhece que essas organizações culturais comunitárias podem ser identificadas nos países da América Latina, e reconhecidas por alguns traços comuns: realização de ações dedicadas à “comunicação, trabalho artístico, político e de educação alternativa”, que produzem “trabalhos de formação e mobilização de setores populares em

defesa dos seus direitos” e desenvolvem “um conhecimento empírico sobre as culturas subalternas, em alguns países maior que o das instituições acadêmicas”.

Ainda que não existam indicadores estatais ou acadêmicos precisos sobre a quantidade e o alcance dessas experiências em escala continental, esta estimativa surge de um estudo comparado em processo levado adiante pela rede Plataforma Puente Cultura Viva Comunitária. Esse estudo se baseia em diversos registros de ONGs, empreendimentos e redes culturais autônomas, calendários de festividades e celebrações comunitárias e projeções destas ações nos 22 países da América Latina, tomando como base mais específica dados existentes em países como Brasil, Colômbia e Argentina, sobre iniciativas culturais e de comunicação popular existentes em territórios rurais e urbanos.

O que fica claro é que o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura do Brasil inspiraram a construção deste conceito de Política Cultural que hoje reverbera em diversas políticas públicas desenvolvidas em cidades e países latino-americanos. Nesses países, a associação com os conceitos de território e comunidade fica marcadamente definida como o centro da estratégia de ação da política. Essa ênfase na dimensão comunitária irá, ao longo do tempo, influenciar o próprio desenvolvimento do Cultura Viva no Brasil. O *Documento Base do Programa Cultura Viva*, publicado pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC em agosto de 2013, como resultado do processo de redesenho do programa realizado em parceria com o IPEA, passa a definir o Cultura Viva como “a Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura”. Evidentemente, esta formulação sofreu a influência das políticas de Cultura Viva Comunitária na América Latina.

Cabe ainda ressaltar, como aspectos comuns, a abrangência da noção de Cultura, entendida como ampla, alargada e que abarca as diferentes dimensões da vida humana. Uma compreensão da Cultura enquanto fenômeno social e, finalmente, um sentido de construção de uma Cidadania Cultural, de ampliação de direitos, compreendendo que o exercício do fazer cultural pelas comunidades cria condições para a ampliação da participação, da organização e do engajamento em processos emancipatórios e de reconhecimento das identidades sociais e culturais. Neste sentido, a dimensão cultural é o vetor que articula e agrega

as demais dimensões, o que diferenciaria a experiência das organizações culturais comunitárias de outras iniciativas de organização política e social em comunidades e territórios, quer sejam de caráter reivindicativo, assistencial, de economia comunitária etc. Embora estes elementos possam existir nas iniciativas de cultura comunitária, sua especificidade está em ter a ação cultural como o eixo estruturante e agregador das demais dimensões.

Essas definições múltiplas e complexas do que são as organizações culturais comunitárias permitem abarcar um conjunto bastante amplo de experiências existentes em diversos países latino-americanos. Os níveis de desigualdade social, o crescimento de grandes áreas periféricas nos centros urbanos, o êxodo das áreas rurais que cria processos de migração e reinvenção de manifestações culturais tradicionais em outros espaços, a criminalização da juventude e a necessidade de gerar alternativas para a inserção social das novas gerações, o enfrentamento à violência do Estado e/ou a poderes paralelos que controlam territórios através da coerção, são apenas alguns elementos da conformação social de diversos países latino-americanos. Esses elementos constituem contextos sociais e culturais onde surgem iniciativas e organizações que compartilham características comuns dado o contexto semelhante em que estas se constituem e se desenvolvem.

No âmbito da sociedade civil, as relações entre o público e o estatal, entre cultura e política, entre políticas públicas e espaços de organização autônoma da sociedade civil, presentes no Programa Cultura Viva, foram fundamentais para aproximar a experiência brasileira da realidade de outras cidades e países latino-americanos. Enquanto no Brasil este programa surgiu como uma iniciativa governamental, nos outros países latino-americanos percebemos que a Cultura Viva Comunitária surge como uma demanda dos movimentos culturais, tendo sido construída a partir da incidência dessas organizações junto a gestores e a órgãos governamentais. Cabe ressaltar também que, em muitas das experiências de implementação de programas governamentais em cidades e países latino-americanos, há uma participação ativa de agentes oriundos de organizações e movimentos culturais. Esses agentes assumem espaços na gestão pública e trazem a visão adquirida na sociedade civil como orientação programática para a atuação “por dentro” da estrutura do

Estado, defrontando-se com os limites e contradições desta experiência de deslocamento.

O que depreendemos deste processo de desenvolvimento dos conceitos e das políticas públicas de Cultura Viva Comunitária, assim como da articulação continental de agentes culturais latino-americanos em torno do tema, é que este conceito traduz uma visão de Políticas Culturais que considera o direito à cultura como parte de um projeto mais amplo de uma cultura de direitos. O tema da cultura não pode ser pensado em separado de um processo de construção de valores, de uma ética e de um projeto de sociedade. Este projeto compreende um outro modelo de desenvolvimento, alternativo à lógica do individualismo, do consumo e da exploração predatória do meio ambiente.

La Cultura Viva Comunitaria interpela a los postulados del capitalismo moderno, a la idea del consumo como eje del progreso, al mito de los desarrollismos industrialistas ad infinitum y a la democracia burguesa, pero también a las concepciones de las vanguardias partidarias de izquierda, a las perspectivas de transformación instaladas exclusivamente en la órbita de la conducción del estado y de las políticas instituidas, a las miradas que sitúan como problema principal de nuestro tiempo la ausencia de direcciones que orienten a la sociedad en tal o cual sentido, a las practicas centradas en la representación como núcleo fundante de la política (BALÁN, 2015, p. 31).

Por fim, cabe considerar que, para o desenvolvimento de Políticas Culturais de base comunitária, que estimulem o protagonismo social e o reconhecimento dos direitos culturais, é fundamental a existência de um ambiente democrático. Trata-se de experiências que interpelam o papel do Estado, visando a ampliação dos espaços de participação cidadã, diálogo, incidência e organização política. Não estamos falando somente da democracia formal e representativa, embora esta seja condição fundamental, mas também de um Estado democratizador que compreende seu papel na efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais da população.

A instabilidade democrática segue sendo um espectro que ronda a América Latina. Ela não se materializa somente na deposição de governos legitimamente eleitos, mas também na ruptura e na descontinuidade de políticas públicas reconhecidas e aprovadas pela população, quando da chegada ao poder de grupos de orientação política diversa aos governos anteriores. A descontinuidade e a interrupção de políticas públicas afetam

negativamente a sociedade e são nefastas para a democracia. Em diversas experiências das políticas de Cultura Viva Comunitária, o que vemos é que as mudanças de governo em diversos casos produzem interrupções e descontinuidades que configuram retrocessos institucionais.

Podemos considerar que há neste momento, no continente latino-americano, um esgotamento do ciclo de governos progressistas iniciado no final dos anos 90 e no início do século XXI. Esse esgotamento se deve, em grande medida, pela incapacidade ou impossibilidade desses governos de realizar reformas profundas e estruturais no modelo político e económico vigente. Assim, a questão que se coloca neste momento, como desafio, é: em que medida as experiências emancipadoras que determinadas políticas públicas provocaram em setores da sociedade poderão avançar em contextos políticos diferenciados e menos favoráveis a processos desta natureza?

Cabe, neste momento, aos agentes sociais e culturais envolvidos nesses processos, a criação de estratégias de articulação e mecanismos autônomos de organização, com o intuito de garantir as conquistas e os direitos obtidos, mas principalmente, de manter e ampliar os espaços de potência e poder construídos como fruto de um esforço coletivo e continental. Políticas como a Cultura Viva Comunitária e os Pontos de Cultura, onde a participação social é fator preponderante e imperativo, só se realizam em contextos democráticos. Neste sentido, a defesa da democracia segue como agenda fundamental e necessária para gestores culturais, artistas, pesquisadores, ativistas, realizadores, e todos que atuam e militam pelo desenvolvimento de Políticas Culturais na América Latina.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

SANTINI, Alexandre. Cultura Viva Comunitária e políticas culturais emancipadoras na América Latina. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BALÁN, Eduardo. Cultura, Descolonización y Buén Vivir. *In*: ROLDAN, Jairo Castrillón. **La Cultura es Viva y Comunitaria em los barrios e poblados de Nuestra América Latina**. Medellín, Colombia, setembro de 2012.

BALÁN, Eduardo. Camino de Los Futuros – Aportes al Consejo Latinoamericano de Cultura Viva Comunitaria. *In*: MELGUIZO, Jorge (org.). **Cultura Viva Comunitária: Convivência para el Bién Comun**. Red Salvadoreña de Cultura Viva Comunitária: El Salvador, 2015.

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: Identidade e Diversidade sem Diferença. *In*: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia (orgs.). **Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2011.

BARROS, José Márcio e ZIVIANI, Paula. O Programa Cultura Viva e a diversidade cultural. *In*: BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia (orgs.). **Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2011.

BAYARDO, Rubens e RUBIM, Antônio Albino Canelas (orgs.) **Políticas Culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008.

BEZERRA, Jocastra Holanda. **Pontos de Cultura, autodeclaração e identidade**. Observatório da Diversidade Cultural, 1 fev. 2016. Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/pontos-de-cultura-autodeclaracao-e-identidade/>>. Acesso em ago. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania: Cultura Viva**. Brasília: MinC, 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional da Cultura**. Brasília: MinC, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Cultura Viva: análises e observações**. Brasília: MinC, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.018**, de 22 de julho de 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EdUSP, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Las Culturas Populares en el capitalismo**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

CULTURA VIVA COMUNITARIA. **Compilación de Documentos para la Reflexión y la Incidencia Política**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2013.

MELGUIZO, Jorge (org.). **Cultura Viva Comunitária**. Convivencia para el Bien Comun. El Salvador, 2015.

SANTINI, Alexandre. *Cultura Viva Comunitária: Políticas Culturais no Brasil e na América Latina*. Rio de Janeiro, ANF Produções. 2017.



Rick Rodrigues (João Neiva, ES)
Inventar novas formas de afetos
Bordado sobre lenço
João Neiva, ES, 2020
Foto: Junior Luis Paulo

UM CAFUNÉ NO BRASIL: A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA

Franklim Drumond de Almeida¹

RESUMO

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), institucionalizada por meio da Lei Federal nº 13.018 de 22 de julho de 2014, representa um marco na história brasileira das políticas públicas de cultura e na política cultural. Criada como política pública por meio do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA (Portaria/MinC nº 156, de 06 de julho de 2004), a PNCV tornou-se um instrumento de indução para imensa diversidade cultural do país, reconhecendo e fomentando ações culturais em todo o território nacional. Pela sua abrangência de princípios, alcance territorial e temático, a PNCV pode ser considerada um cafuné no Brasil, conforme argumentamos a partir da experiência da Rede Mineira de Pontos de Cultura.

*

Introdução

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), para além de seu alcance em resultados socioeconômicos, promoveu a criação e o fortalecimento de mediações afetivas que sustentam relações de incidência política efetiva no Brasil. Entre essas muitas relações, destaco e agradeço à contribuição incansável da agente cultural Alba Dutra, do Ponto de Cultura Folias da Cultura, de Rubim/MG, que colaborou para a elaboração deste texto e sua apresentação no XIII Seminário Internacional de Políticas Culturais 2024.

Refletir sobre o panorama aberto pela PNCV e discutir os desafios para a pesquisa e a avaliação dessa política pode ser um esforço exaustivo se for tomado o caminho da análise de resultados alcançados. Os impactos da PNCV precisariam ser dimensionados através de pesquisas de campo

¹ Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE/MG), licenciado e mestrando em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), bolsista CAPES/BRASIL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7050742161739828>

nas comunidades beneficiadas pelas ações da política, especialmente nos Pontos de Cultura. Mesmo que se tomem amostras, o tempo necessário de escuta e de levantamento de dados, por si só, seria um trabalho agigantado, considerando a existência de mais de cinco mil pontos de cultura no país.

De nossa parte, não há fôlego para uma tão abrangente abordagem, portanto, destacamos o período especial em que estamos celebrando os dez anos da Lei nº 13.018, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva; os vinte anos desde o lançamento da Portaria/MinC nº 156, de 06 de julho de 2004, que criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA; e os dez anos de implementação do programa de cooperação internacional Ibercultura. Além disso, ressaltamos o período de retomada do Ministério da Cultura, o orçamento garantido pela Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB – Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022), a execução da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022) e a instalação dos Escritórios Estaduais do Ministério da Cultura. Essas são apenas algumas das ações significativas na área da política cultural, marcando um período auspicioso e de grave reflexão sobre modos de forjar um futuro estável para as políticas culturais em nosso país.

Um período desafiador que nos leva a firmar os pés em nossa realidade para projetar um futuro melhor. Assim, este artigo aborda *uma experiência* de mobilização e gestão compartilhada da Rede Mineira de Pontos de Cultura, que realizou um mapeamento e uma pesquisa diagnóstica como autoavaliação. Com isso, esperamos apontar: 1º) em Minas Gerais, a PNCV atingiu o seu fim; 2º) ao atingir seu fim, a PNCV mostra-se como a mais premente das políticas públicas de cultura já implementadas em nosso país e, por isso, capaz de alcançar futuros desejáveis.

Para essa reflexão, valemo-nos da indispensável mente observadora de Luís da Câmara Cascudo (1898-1986). Na década de 1950 e, após sua viagem à África, no início da década de 1960, Cascudo escreveu sobre a prática do Cafuné. Em *Made in África* (1965, pp. 67-72) Cascudo define o cafuné como “ocupação deleitosa de horas de folga, perícia em serviço da preguiça repousada, ávida das pequenas volúpias sem maldade, limpas de intenção erótica prefigurada” (2001, p. 67).

E por que falar em “Cafuné” ao abordar a PNCV? Em certa medida, parece-nos que esta prática que atravessou o Atlântico com os escravizados e se estabeleceu em nosso país, não como o “mata-piolhos” higiênico

praticado em todo o mundo, mas como resquício ancestral de “um ninar de adultos” pode reunir a semântica de ideias relacionadas à PNCV. Assim, a PNCV será tratada aqui como um “Cafuné” no Brasil, que conferiu alguma segurança ao ócio sonhador de agentes culturais, de cidadãos e cidadãs criadores e criadoras.

Desse modo, tentaremos estabelecer conexões entre os princípios que nortearam a experiência do mapeamento e diagnóstico da Rede Mineira de Pontos de Cultura e os princípios da PNCV com a prática do Cafuné. Nosso texto se divide em quatro momentos, combinando expressões relativas ao cafuné e os aspectos do mapeamento e diagnóstico realizado em 2021: 1º Cafuné é prática afetuosa – reconhecimento e protagonismo; 2º Cafuné é prática dialógica e comunitária – mobilização e gestão compartilhada; 3º Cafuné é prática diversa – mapeamento e diagnóstico; 4º Cafuné é iniciação ao sonho – resultados e desdobramentos.

Cafuné é prática afetuosa – reconhecimento e protagonismo

O reconhecimento da alteridade constitui parte do processo de formação da identidade. A experiência de afirmar um “eu” está fundamentada na acolhida em uma comunidade, em um ambiente que ampare e conceda a possibilidade de diferenciação. A dinâmica de compreensão de si mesmo e da alteridade é uma só, em que o duo identidade/diferença polariza momentos inseparáveis.

A prática do cafuné, descrita como experiência deleitosa em que um recebe o afago e a atenção de outro, de modo público ou não, pode ser compreendida como um momento do que chamaríamos de fortalecimento de vínculo. Confiar a cabeça a outrem, para a maioria das tradições antigas, é um alto sinal de confiança, tendo em vista a fragilidade dessa área do corpo.

O cafuné, desse ponto de vista, constituiu uma relação de reconhecimento. Por parte de quem recebe é o reconhecimento da capacidade de quem acaricia, da confiança que merece. Por parte de quem doa é acolhida e estímulo, é reconhecimento de proximidade e de estima.

A Portaria nº 156/2004, primeira relativa à PNCV, previa como objetivo no seu Art. 1º, entre outros, “(...) potencializar energias sociais e culturais,

visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (Brasil, 2004), num aceno claro à compreensão da dinâmica política e cultural como humana, assim, capaz de estimular energias sociais, culturais e solidariedade. Para abordar a dinâmica de reconhecimento e o protagonismo da Rede Mineira, é preciso retomar a constituição da rede estadual de cem pontos a partir de edital de 2008.

Em Minas Gerais, em 2008, foi lançado um edital para conveniamento de 100 Pontos de Cultura como parte do objeto do Convênio 470/2007 entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Governo de Minas Gerais. Esse edital deflagrou o início da estruturação de uma Rede estadual de Pontos de Cultura. Antes disso, em 2007, ocorreu o 1º Fórum Estadual de Pontos de Cultura, como preparação para o Teia Nacional realizado em Brasília. No mesmo ano, também foi realizada a 2ª Teia Nacional, entre os dias 7 e 11 de novembro, em Belo Horizonte, organizada em parceria intergovernamental. A Teia de 2007 teve como tema “Tudo de Todos”. Durante essa Teia, foi realizado o I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (FNPC), que discutiu temas como sustentabilidade, comunicação com os órgãos governamentais e a descentralização das ações do programa. A organização da Teia Nacional em Belo Horizonte evidenciou a articulação dos pontos de cultura do estado de Minas Gerais em nível nacional desde os primeiros anos do programa.

A Rede Mineira, portanto, já contava com forte atuação em nível nacional e, com o edital estadual em 2008, precisou intensificar sua articulação. Durante o ano de 2009, o edital teve seu prazo estendido de inscrições e análise dos projetos. Em 2010, a assinatura dos convênios demandou forte articulação. Após um disparatado ofício do Governo de Minas Gerais ao MinC (OF/SEC/GAB/0475/10²) sugerindo a devolução dos recursos e a suspensão do convênio, em razão das vedações do ano de eleições municipais, algumas instituições se organizaram e, com orientações de advogados do Fórum da Música, pressionaram o Governo do Estado para que efetuasse o pagamento da primeira parcela do Edital.

Em 07 de junho, representantes de instituições que foram aprovadas no edital se reuniram e, no dia 08 de junho, foram à Assembleia Legislativa buscar apoio da Comissão de Cultura. Paralelamente, articularam um diálogo com o MinC. O grupo mobilizou uma campanha intitulada

² Em 08 de junho de 2010, Danilo de Castro, então Secretário de Estado de Governo de Minas Gerais, enviou e-mail aos Pontos de Cultura que haviam sido contemplados pelo Edital 1/2008, informando da decisão da SECULT de devolver os recursos ao MinC, com o referido ofício como anexo.

de “ConveniamentosJÁ”, com o objetivo de garantir que os recursos permanecessem na Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e fossem executados o mais rápido possível. Em 18 de junho, foi realizada uma audiência pública para discutir o tema, na qual a SEC emitiu um comunicado aos Pontos de Cultura informando que os convênios poderiam ser assinados. No entanto, as instituições beneficiadas deveriam oferecer contrapartida de 20% ao valor de apoio, que era de 60 mil reais por ano.

Para garantir a assinatura de todos os convênios, uma “força tarefa” voluntária de pontistas foi formada e instalada na Secretaria de Estado de Cultura, que desde aquela época contava com poucos colaboradores. Graças à articulação e ao empenho, especialmente de Nil César, Alba Dutra, Cristiano Pena, Erika Curtis, Ellen Parrela, Mariana Theodorica, o saudoso Leri Faria, entre outros, a maioria das instituições selecionadas no edital de 2008 conseguiu firmar seus convênios em 2010.

Essa primeira experiência de articulação e protagonismo da Rede, com a mobilização entre pares, marca a identidade de nossa Rede. Tudo isso foi possível porque permitiu que agentes culturais do interior e da capital se conhecessem e reconhecessem na diversidade das Minas e das Gerais. O contato e a solidariedade forjaram afetos que continuam a criar laços e criações conjuntas. A PNCV é como um cafuné no Brasil porque permite o reconhecimento e o protagonismo cidadão fundados em laços afetivos.

Foram esses laços que mantiveram vivos os pontos de cultura articuladas e o sonho de realizar um mapeamento de toda a Rede Mineira. Os membros da Rede que puderam participar de encontros estaduais e nacionais entre os anos de 2011 e 2014 continuaram a se articular e realizaram nove fóruns estaduais, sendo dois fora da capital, inclusive.

A má gestão e a falta de vontade política prejudicaram a Rede Mineira em diversas ocasiões. Com exceção dos editais da LAB (2020) e da LPG (2022), desde 2008 só houve apenas três editais para pontos de cultura em Minas Gerais: o de 2008, que contou com a maior parte dos recursos do Ministério da Cultura, e dois em 2016 e 2017 com recursos do Fundo Estadual de Cultura. Mesmo diante dessas limitações, a Rede se manteve ativa, apesar do grande prejuízo da devolução do saldo de rendimento, que foi de mais de um milhão e meio de reais, do Convênio de 2007. Essa devolução ocorreu em 2018, após um longo processo de análises, o que

impossibilitou, por exemplo, a sonhada realização de fóruns estaduais com recursos públicos, bem como o mapeamento da Rede.

Parte do grupo de ponteiros e ponteiros daquele grande convênio permanece ativa na Rede. Foi esse grupo que se empenhou pela aprovação da Lei Aldir Blanc, por exemplo, e que batalhou por um edital para pontos de cultura no contexto da LAB em Minas Gerais. Com a possibilidade de um edital para os pontos de cultura no âmbito da LAB, surgiram várias dificuldades para a Rede. Essas dificuldades fizeram retornar a necessidade do mapeamento e do diagnóstico da Rede Mineira.

Cafuné é prática dialógica e comunitária – mobilização e gestão compartilhada

Para realizar um edital emergencial para os Pontos de Cultura, no meio da Pandemia, foram realizadas inúmeras tratativas com a SECULT, após um longo processo para apoiar a aprovação da LAB e a extensão do prazo de execução. Como eram tempos de desconstrução das políticas públicas, principalmente as participativas, pelo vergonhoso e infame governo de Jair Bolsonaro; foram realizadas articulações envolvendo a Comissão Estadual de Pontos de Cultura, que havia sido eleita no Fórum Estadual da Rede Mineira realizado em fevereiro de 2019.

Com a mobilização da Rede foram aprovados dois editais para Pontos de Cultura no âmbito da LAB: um para pontos de cultura com personalidade jurídica e outro para pontos de cultura coletivos. Ao todo, 148 pontos foram beneficiados, provenientes de 78 municípios, totalizando um investimento de R\$ 19.184.626,68.

Este resultado significativo só foi possível porque, ao longo de seis meses, a Rede Mineira se articulou em intenso diálogo com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT) para desenvolver instrumentos de gestão, objetivos dos editais e, principalmente, definir a quem ele atenderia, tendo em vista que a Plataforma Cultura Viva, àquela época, contava com cerca de 400 organizações reconhecidas como Ponto de Cultura em Minas Gerais. No entanto, muitas já não estavam ativas, outras eram organizações ligadas ao poder público ou ao Sistema S, o que as impedia de receber recursos da LAB.

A diferença entre os Pontos listados na Plataforma Cultura Viva e os que podem receber recursos públicos no âmbito da Lei Cultura Viva deve-se ao fato de a Lei ter sido estabelecida dez anos após o início da política. Muitos pontos foram reconhecidos antes da promulgação Lei, como algumas universidades e entidades do Sistema S, as quais posteriormente tiveram seu credenciamento vedado.

Coube à Comissão Estadual e a um processo de diagnóstico da rede procurar quais organizações estavam ativas e atualizar os dados. Após mais de seis meses de atuação, com uma equipe de mais de 20 voluntários, em outubro de 2019, conseguimos entregar à SECULT uma lista com pouco mais de 200 organizações em atividade, com contatos atualizados, conferidos um a um.

Esse grande momento de gestão autônoma, compartilhada e comunitária retoma a prática do cafuné, observada como prática comunitária de revigoramento. A Rede Mineira fez um grande cafuné entre si ao garantir sustentabilidade em meio ao momento emergencial da pandemia. Fez mais do que apenas deleitar. Com a sagacidade de alguns membros, aproveitou o momento para articular a realização de sonhos antigos e necessários: ter um site, realizar um mapeamento e diagnóstico, criar uma identidade visual, elaborar um manual de boas práticas e assegurar segurança jurídica com a contratação de profissionais.

Foi assim que, durante o período de inscrição para os editais da LAB, a Comissão Estadual e o Comitê Gestor – proposto pelo Fórum de 2019, conforme previsto no Sistema Estadual de Cultura, Capítulo IV, que trata da Política Estadual de Cultura Viva – propuseram o financiamento dos chamados projetos da Rede, utilizando parte dos recursos da LAB.

Ao relacionarmos os resultados da PNCV em Minas Gerais com o cafuné, podemos concordar com Roger Bastide, para quem a articulação entre agentes culturais deixou de “ser um simples gesto utilitário para se transformar em um cerimonial demorado e complicado, uma lenta carícia da mão hábil entre os cabelos soltos” (2016, p. 194) de um Estado enfrentando dificuldades para gerir o estupor da pandemia.

Uma realização que exigiu habilidades políticas e o fortalecimento da diversidade na Rede, o que nos permite chegar ao terceiro ponto de nossa reflexão.

Cafuné é prática diversa - mapeamento e diagnóstico

Com os recursos da LAB, foram realizadas cinco ações em favor da Rede Mineira:

1. Assessoria jurídico-contábil para contribuir na compreensão dos instrumentos de execução dos recursos da LAB em Minas Gerais;
2. Publicação do manual de boas práticas de gestão;
3. Criação e manutenção do site da rede;
4. Criação da identidade visual da rede;
5. Diagnóstico e mapeamento.

Importante reiterar que o processo de construção do mapeamento e diagnóstico foi participativo e colaborativo, contando com o envolvimento ativo da Comissão Estadual de Pontos de Cultura e de diversos integrantes da Rede em oficinas e reuniões online. Todo o processo foi conduzido de forma colaborativa por uma competente equipe do Observatório da Diversidade Cultural (ODC), que inclui Ana Paula do Val, Luana Vilutis, Richardson Freitas, Taís Rocha, Ana Carolina de Lima Pinto e o prof. José Márcio Barros.

Foram realizados pelo menos onze encontros para alinhamentos conceituais e de conteúdo com a equipe contratada, definição de questionários, metodologia, abordagem, mobilização, extração e tratamento de dados, além da mediação técnica do mapeamento. Também foram organizados mutirões para apoiar o preenchimento de questionários, realizar apresentações e oferecer plantões de dúvidas.

Foi um momento histórico e autônomo que mobilizou o Estado de Minas Gerais e produziu um documento que permitiu não só à própria Rede, mas também aos entes públicos, conhecer quem são, onde estão e o que produzem os 171 Pontos de Cultura que responderam ao mapeamento, em um prazo curtíssimo de cerca de um mês. Por falar em prazo, esse talvez tenha sido o maior vilão no processo, exigindo um esforço redobrado da equipe, principalmente no tratamento dos dados, que estavam quase todos reunidos em planilhas muito básicas do Excel.

A importância de realizar simultaneamente as ações de mapeamento, diagnóstico e publicação em site deu visibilidade à Rede, bem como articulou a gestão de recursos pela própria organização da Rede. Foram investidos pouco mais de 200 mil reais na Rede por meio de mais de 80

contratos de prestação de serviço, com quase 100 pontos de cultura que participaram das ações da Rede.

Câmara Cascudo e outros estudiosos do fenômeno do cafuné insistem em que ele é uma prática diversa, sendo aplicada diferentes em locais, horários e com diversas intencionalidades. Em muitos aspectos, no entanto, há semelhanças entre essas práticas. Da mesma forma, a Rede Mineira é diversa, composta por organizações de diferentes áreas, práticas e abrangências. Esse enorme desafio foi tratado por um extenso questionário, que teve a ousadia de propor 82 questões, muitas delas com várias subdivisões.

Os resultados revelam tantas informações passíveis de análise que não teríamos tempo de tratar aqui, e essas informações concentram-se apenas no período de 2019 até maio de 2021. Destacamos, no entanto, um trecho do diagnóstico referente à quantidade de atividades realizadas com recursos da LAB:

1842 atividades artísticas e/ou culturais foram realizadas com recursos da Lei, envolvendo um público total estimado em mais de 1 milhão de pessoas, entre os participantes presenciais e as visualizações das ações nas plataformas e redes sociais. 4305 pessoas foram remuneradas indiretamente e 2341 foram remuneradas diretamente (Val *et al.*, 2021, p. 57).

Esses resultados demonstram que a PNCV em Minas chegou ao seu fim, isto é, alcançou a finalidade para a qual foi instituída, conforme os incisos I e II do Art. 2º da Lei nº 13.018:

I - garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais; II - estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura.

Entretanto, atingir esse fim é também revela o quanto ainda há a ser feito para atender ao público prioritário da PNCV. É bom lembrar para quem essa política se destina:

Art. 3º (...) prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural.

Com isso, recordamos a população do Rio Grande do Sul que, em razão das cheias nos meses de abril e maio de 2024, tornou-se público prioritário da PNCV, enquanto permanece “em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural”, por isso, merece ser amparada por alguma das ações da PNCV.

Com essa demanda e outras em mente, chegamos ao quarto ponto de nossa exposição, que trata do futuro.

Cafuné é iniciação ao sonho – resultados e desdobramentos

As realizações da Rede Mineira incluem a participação ativa na aprovação da Lei Paulo Gustavo, desde a mobilização e formação dos chamados comitês de cultura até uma reunião com o senador Alexandre Silveira. A mobilização pela LPG foi um segundo demonstrativo da força de articulação da Rede. A manutenção do site, cujo contrato foi renovado em maio de 2024, é outro resultado positivo. Ainda hoje, porém, acompanhamos pontos de cultura enfrentando entraves em prestações de contas da LAB em razão do erro da SECULT que, ao receber os recursos, optou por uma dotação orçamentária de custeio, dificultando bastante a execução dos recursos da LAB em Minas Gerais. Um segundo erro foi o lançamento de editais e a aprovação de planos de trabalho com aquisição de bens, sem informar previamente por meio de um Manual que essa prática de aquisição estava vedada. Essa informação só foi divulgada em 21 de janeiro de 2021, data próxima ao fim do prazo de execução inicial dado aos proponentes, que era de 60 dias e terminava em março de 2021.

Na LPG em Minas Gerais, houve dois editais para inscrição de pontos de cultura. Apesar do conflituoso processo de inscrição e recepção dos recursos, esperamos em breve poder analisar alguns dados resultantes do acesso a esses recursos.

Em agosto, entre os dias 8 e 11, em Itaúna/MG, iremos realizar nosso próximo Fórum da Rede Mineira durante um evento viabilizado com emenda parlamentar da ex-Deputada Federal Áurea Carolina. Assim, caminhamos com afeto, esperança e prontidão.

Todos os esforços realizados pela Rede Mineira em favor da sustentabilidade da PNCV em Minas Gerais foram acompanhados da

firme disposição em realizar o sonho do reconhecimento da diversidade cultural do país como um vetor de desenvolvimento e constituição de uma identidade democrática capaz de superar a desigualdade. Câmara Cascudo, em seu estudo sobre o Cafuné, cita o escritor e etnólogo angolano Óscar Bento Ribas (1909-2004), que identificou três momentos na prática do Cafuné: a preparatória, a entorpecedora e a finalizante. Na etapa entorpecedora, produziam-se estalidos pelo vergar dos polegares “como que matando um piolho” (Câmara Cascudo, 2001, p. 70).

O contato próximo e a extensão do apoio mútuo a diversos grupos em todo o Estado forjaram laços de afeto e amizade que sustentam a Rede Mineira de Pontos de Cultura, pulsando e criando estalidos em todas as regiões. Seus agentes não ignoram, contudo, que a redução de aporte financeiro desde o último governo Dilma Roussef, passando pelo desmonte do MinC pelo governo Bolsonaro e a garantia de recursos apenas por leis de forte apelo popular como a LAB, a LPG e a PNAB, demonstram uma mudança de princípios e abordagem por parte do poder público.

Câmara Cascudo, citando Óscar Ribas, observa a decadência do cafuné, apontando três motivações: a crescente ocupação do tempo pelo trabalho nos grandes centros e no interior do país; a redução da diversidade cultural à medida que os mais diferentes grupos têm acesso às mesmas mediações culturais (televisão e, atualmente, a internet) com costumes e moda hegemônica; e, por fim, a substituição do ócio em família por uma sorte de práticas comunitárias alcançadas por certa ascensão econômica, como “esportes, praia, montanha, passeio, danças, conversa de bodega e bar, cinema, namoro compensador” (Câmara Cascudo, 2001, p. 70).

Esses três fatores podem ser retomados se pensarmos nos esforços, especialmente do Governo Federal, em criar condições menos desiguais para toda a população. Tais esforços, justos e necessários em nosso país, deveriam, entretanto, conviver com forte reconhecimento das diversidades e como incentivo ao tempo para a criação, ao tempo para o sonho, como a PNCV prevê. De nossa parte, continuamos a cooperar para que PNCV seja um cafuné no Brasil, tendo a Rede Mineira como uma artífice desse estímulo.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

SANTINI, Alexandre. Cultura Viva Comunitária e políticas culturais emancipadoras na América Latina. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. Psicanálise do cafuné. **Jornal de Psicanálise 49 (91)**, 189–203. 2016. Disponível em: <https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/jornal-2016-v49-91-18.pdf>. Acesso em: 21 de mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria MinC nº 156, de 6 de julho 2004*. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos-normativos-secult/2004/portaria-minc-no-156-de-6-de-julho-2004>. Acesso em: 21 de mai. 2024.

CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Made in África**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2001.
CASTRO, Danilo de. *Programa Pontos de Cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> Acesso em: 08 jun. 2010.

VAL, Ana Paula do [et al.]. **Mapeamento e diagnóstico dos pontos de cultura de Minas Gerais** [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2021. Disponível em: <https://pontosdeculturamg.org.br/page/details/diagnostico-2019-2021>. Acesso em: 21 de mai. de 2024.



Washington da Selva (Carmo do Paranaíba, MG)

Watches

Ativação de relógio de cordas e recortes de cupons de registro de ponto do trabalhador

Juiz de Fora, MG, 2019

Foto: Washington da Selva

O ACONTECIMENTO DA/NA CULTURA DIGITAL: OS VINTE ANOS DO PROGRAMA CULTURA VIVA E OS EFEITOS DE SENTIDO

Paula Daniele Pavan¹

RESUMO

Este texto, breve recorte de minha tese de doutorado², busca trabalhar o acontecimento da/na cultura digital através da instituição do Programa Cultura Viva no Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil. Para tal, sustentada nos pressupostos da Análise Materialista do Discurso, apresento a divisão de sentidos que marca o acontecimento enunciativo da/na cultura na gestão de Gil.

*

Pela ótica da Análise do Discurso (AD), o acontecimento (Pêcheux, 2008) articula-se com a movimentação na rede dos sentidos através de um processo de ressignificação. Assim, sentidos antes impossíveis passam a ser ditos e a circular, mas esse processo não é pacífico, já dado, ou da ordem da obviedade, pois o discurso é desde sempre lugar de tensão e contradição.

Quando se trata da cultura, enunciada pelo discurso governamental, temos um processo que envolve tomadas de posição e a ocupação de um lugar no interior do que Escobar (1979, p. 187) chama de Aparelho Ideológico Cultural: “A ‘cultura’ é um bem mais que uma noção, ela é, na verdade, um aparelho cultural que disciplina ‘bens culturais’ diversificados em discursos e práticas culturais [...]”. Ou seja, os sentidos para/de cultura não estão dados e nem evidentes, ao contrário, há sempre tomadas de posição, de interpretações sobre a cultura.

Então, o governo, ao ocupar um lugar no Aparelho Ideológico Cultural, atua determinando quais práticas são e/ou passam (ou não) a ser

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Doutora e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Atua como pesquisadora no Grupo de Estudos Pêcheuxianos (UNIPAMPA) e no grupo Discurso, arquivo, autoria e questões de gênero (UFRGS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9882497357887122>

² Tese intitulada “A cultura digital como acontecimento: movimentos na rede dos sentidos”, orientada pela Profa. Dra. Solange Mittmann, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

reconhecidas oficialmente como cultura, o que afeta o modo como são formuladas e discursivizadas as políticas público-culturais, com as quais haverá modos de identificação.

Nesse contexto, o Programa Cultura Viva (PCV) surge, há vinte anos, como uma forma de abarcar não apenas manifestações culturais provenientes dos círculos eruditos, já consagrados, e da classe dominante, mas também manifestações e práticas oriundas de movimentos sociais, de grupos e coletivos culturais, os quais ocupam espaços marginais na formação social contemporânea. E o faz através de diferentes iniciativas e ações materializadas nos *Pontos de Cultura*, *Pontões de Cultura*, *Ação Cultura Digital*, *Pontos de Cultura Digital etc.*

Então, para observar o modo como isso ocorre no discurso governamental, trago recortes de análise, resultado de uma varredura no arquivo de textos “pertinentes e disponíveis” (Pêcheux, 2010), sobre o PCV e que foram agrupados porque materializam um funcionamento linguístico-discursivo que permite observar os traços do deslizamento, conforme afirma Pêcheux (2009). Esses traços, marcas da falha no ritual, aqui se configuram como vestígios do acontecimento. Trata-se de enunciados divididos (Courtine, 2009)³, que se constituem enquanto um observatório da tensão, da contradição, da divisão dos sentidos e, nesta abordagem, do acontecimento enunciativo (Indursky, 1997, 2003, 2008)⁴.

Ao prestarmos atenção nos recortes (R) a seguir, é possível observar que os enunciados divididos encaminham a considerar não a total rejeição de uma outra visão sobre a cultura, mas na existência de um acréscimo, de um complemento àquelas ideias anteriormente seguidas, materializando um acontecimento enunciativo, isto é, o surgimento do que chamamos *posição-sujeito progressista* no âmbito da *Formação Discursiva Governamental (FD-Governamental)*⁵.

3 Courtine (2009, p. 191) propõe o conceito ao observar que, em uma mesma materialidade linguística, linearizada no fio do dizer, podem coexistir enunciados pertencentes a formações discursivas antagônicas, fazendo com que saberes de domínios incompatíveis possam aparecer juntos no fio do dizer, não havendo possibilidade de substituição dos elementos do texto, isto é, “a não comutabilidade dos elementos em posição X e Y”.

4 Indursky aborda as relações de contradição existentes dentro de um mesmo campo de saberes. Assim, passamos a uma relação de diferença e divergência entre posições-sujeito no interior da mesma formação discursiva. Essa ótica é desenvolvida por Indursky (1997, p. 229) ao ocupar-se da negação interna, que “trabalha sobre as diferenças subjetivas de um mesmo domínio de saber” (grifos da autora), a qual incide na FD de três modos: coerência interna através da formação e da reprodução, isto é, da aceitabilidade dos dizeres; reformulação e diferença, trazendo a ambiguidade e a contradição; e, por fim, a possibilidade da transformação (ibid., p. 234). E é pela via da transformação que o acontecimento, discursivo e/ou enunciativo, vem se estabelecer.

5 As formações discursivas atuam regulando “o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2009, p. 147) e também “o que não pode/não deve ser dito” (Courtine, 2009, p. 99), num jogo entre a aceitabilidade e a exclusão. E as posições-sujeito resultam de “relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciativo e o sujeito do saber de uma dada FD” (Courtine, 2009, p. 88). Ou seja, todo dizer é sempre regulado por formações discursivas e posições-sujeito que o enunciativo assume ao tomar a palavra.

R1 – Falo aqui da cultura não apenas como o conjunto das expressões artísticas, mas como todo patrimônio material e simbólico das sociedades, grupos sociais e indivíduos, e suas múltiplas expressões; da cultura como simbologia, como cidadania e como economia. E a cultura digital potencializa tudo isso, apontando para um grau de desenvolvimento inédito para a humanidade. (Gilberto Gil, Aula Magna Cultura Digital e Desenvolvimento, 10 de agosto de 2004. In: Compêndio da Ação Cultural Digital, 2009)

Nesse recorte, materializa-se a necessidade de complementação acerca dos sentidos para cultura através do seguinte confronto: Cultura não apenas como X ... Cultura (também) como Y. A negação, marcada através do “não” e do significante “apenas” em “a cultura não apenas”, aponta a insuficiência de sentidos, presente em X, para a cultura. Já em Y, materializa-se o alargamento da noção para abarcar a universalidade de práticas sociais, sentidos com os quais o sujeito enunciador do discurso institucional se identifica.

Esse alargamento da noção de cultura é uma marca da gestão de Gil no Ministério da Cultura (MinC). Nunca antes na história do Ministério (Rubim, 2008), houve tanta ênfase na cultura pelo seu viés antropológico, pela necessidade de ampliar a cultura (seus sentidos e suas práticas) aos confins do Brasil, não a restringindo, por exemplo, ao eixo Rio-São Paulo. Assim, os sentidos negados e insuficientes são anteriores e provenientes de uma *posição-sujeito conservadora*, sentidos que precisam ser refutados pelo sujeito enunciador, pois as relações com a ideologia são outras.

A negação configura-se, assim, como uma forma de desqualificar o discurso anterior sobre cultura, e a afirmação ocorre no intuito de redirecionar esses sentidos precedentes. A *posição-sujeito progressista* precisa, assim, rejeitar os saberes da *posição-sujeito conservadora* para se estabelecer. Quer dizer, a nova posição precisa acionar os saberes da outra posição para então negá-los, deslegitimá-los e, após, operar no redirecionamento para os saberes que convêm ser ditos. Vejamos o próximo recorte:

R2 – A cultura não pode ficar restrita a quem pode pagar um teatro, a quem pode pagar um cinema... a cultura tem que ser um bem que seja acessível a toda e qualquer pessoa independentemente da origem social (Luiz Inácio Lula da Silva. Remixofagia – Alegorias de uma revolução, 2011)

No recorte 2, apresenta-se o seguinte enfrentamento: Cultura não pode ser X ... Cultura tem que ser Y. Diferentemente do recorte 1, nessa

formulação não há um significante indicativo de exclusão (apenas, só, unicamente etc.) que materialize a insuficiência da visão negada pelo sujeito enunciador, o que intensifica (porém, não antagoniza) o confronto entre uma visão restritiva de cultura (ligada ao pagamento e, portanto, articulada ao mercado) e uma outra ótica com a qual o sujeito enunciador se identifica, que a desvincula do pagamento, tornando-a acessível. Ou seja, de um lado, a ênfase no caráter econômico através da vinculação entre cultura e mercado; de outro, a ênfase no caráter social por meio da articulação entre cultura e acesso.

Essa relação de conflito faz ressoar os sentidos consolidados para cultura durante a gestão de Francisco Weffort no MinC, no mandato de Fernando Henrique Cardoso. Isso na medida em que a cultura, durante essa gestão, foi significada como “um bom negócio” (Rubim, 2008), isto é, geradora de lucro, de mais-valia, portanto, restrita àqueles que tinham condições financeiras para pagar. Já na gestão de Gil no governo Lula, a cultura não deixou de ser um “bom negócio”, como afirmou Gil no II Fórum de Cultura e Cidadania Corporativa (2006), mas passou a ser “um bom negócio para todos”. Essa reformulação, que pressupõe uma visão social democrática e não apenas neoliberal, acaba ressoando nesse recorte, tornando-se marca de que ali ocorreu uma agitação nas fileiras dos sentidos.

Essa agitação assinala a entrada de sentidos e saberes antes impossíveis de ali serem ditos e que estão em constante tensão com os sentidos já estabilizados na FD-Governamental. Sentidos e saberes provenientes, por exemplo, do discurso dos movimentos sociais e da cultura livre, que passam a ganhar visibilidade. Isso na medida em que o discurso dos movimentos sociais materializa a luta de grupos sociais por seus direitos culturais, direito de ter acesso a diferentes manifestações culturais, direito de produzir cultura e de ter essa produção reconhecida; e os defensores da cultura livre atuam no sentido de desvincular a cultura de seu caráter proprietário e mercadológico, exclusiva de alguns poucos sujeitos, indo de encontro às bases capitalistas.

E ainda, conforme o recorte 1, a cultura digital é significada como potencializadora da amplitude dessa cultura, da possibilidade de abarcar o “todo” e as “múltiplas expressões”, mobilizando os sentidos do discurso

da informatização, da possibilidade de ocupar lugares no ciberespaço e fazer desses lugares, lugares de produção de cultura.

O jogo de forças que se materializa entre essas duas concepções de cultura deixa entrever o modo como ela reflete o estado da luta de classes no seio da formação social contemporânea em rede. E ainda os diferentes modos como o MinC pode atuar no interior do AIE-Cultural, dependendo das condições econômicas, sócio-históricas e ideológicas em vigência.

Cuche (1999, p. 143), ao tratar sobre a ligação entre as hierarquias sociais e as hierarquias culturais, nos ajuda a entender esse funcionamento ao afirmar que as culturas “nascem das relações sociais que são sempre desiguais. Desde o início, existe então uma hierarquia de fato entre as culturas que resulta da hierarquia social”. Já Chauí (1986, p. 14) divide essa hierarquização em sentido amplo e sentido restrito de cultura: sob a perspectiva ampla, a cultura “é o campo simbólico e material das atividades humanas”; já sob a ótica restrita, a cultura articula-se “à divisão social do trabalho” e vincula-se “com a posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe”, levando à “distinção entre cultos e incultos de onde partirá a diferença entre a cultura erudita-letrada e a cultura popular”.

Em ambos os recortes, observamos que o sentido negado e interpretado como insuficiente é o sentido restritivo de cultura. Assim, podemos observar que a restrição é tomada como a causa da exclusão cultural, tanto no âmbito simbólico (quando se considera como cultura apenas as expressões artísticas) quanto no econômico (quando se considera o acesso pela via do pagamento). Materializando-se, portanto, o confronto entre a *posição-sujeito conservadora*, que prevê a manutenção do modo como a cultura é significada e da maneira como é acessada pelos sujeitos e, portanto, das relações de produção; e a *posição-sujeito progressista*, que busca transformar o modo como os sujeitos adentram na ordem cultural, apontando para a possibilidade de transformar as relações de produção. Não podemos esquecer, entretanto, as contradições e a opacidade presentes nas formulações e que também aparecem pelo deslizamento de sentidos.

No recorte 1, a amplitude do conceito pode desembocar em uma tentativa tanto de suprimir o caráter conflituoso que a cultura encerra, quanto de produzir uma (ilusão de) completude que a cultura não comporta.

Então, a amplitude também pode gerar efeitos de homogeneidade cultural, como se não houvesse conflito e nem sobreposição de sentidos no seio de uma cultura. Para isso entender, podemos nos valer do que diz Chartier (1995, p. 184) quando discute sobre os conflitos engendrados nas práticas culturais: “tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou, ao contrário, sua desqualificação)”.

Entretanto, há de se considerar também que esse alargamento da cultura faz parte de uma ilusão necessária baseada numa utopia (não-lugar, do grego *óu* (não) e *topos* (lugar)). Título da obra de Thomas More (2013), a utopia é significada como um lugar ideal, onde direitos e deveres são iguais para todos e onde reina a felicidade plena. Parafraseando More, na República da Utopia, os benefícios e a riqueza nacional são distribuídos de forma indistinta entre todas as classes, fazendo com que cada um goze igual e abundantemente de todas as comodidades da vida. Desde essa ótica, torna-se possível presumir que, ao existir, a utopia pode levar a transformações na conjuntura histórico-social, pois atua nutrindo a esperança de um devir diferente do vivido e, assim, sustenta ações que as visem em diferentes ordens, inclusive na da cultura.

E seguindo com o levantamento das contradições, no recorte 2, embora se linearize a necessidade de desfazer a restrição econômica no acesso à cultura, tornando-a acessível a todo e qualquer sujeito, há a significação da cultura como “teatro” e “cinema” – manifestações culturais consagradas nos meios eruditos ligados à ideologia da classe dominante –, enquanto tantas outras manifestações culturais (como, por exemplo, as festas populares, danças e rituais das classes dominadas) são suprimidas. Além disso, não se pode esquecer que, quando se enuncia que a cultura deve ser “acessada”, pressupõe-se a divisão social do trabalho com a cultura, porque acessamos aquilo que outros produzem, o acesso à cultura torna-se, assim, um enunciado perverso, pois traz junto de si a separação entre aqueles que produzem e aqueles que acessam – quando, pela ótica antropológica e discursiva, todos os sujeitos podem produzir cultura, ocupando um lugar de interpretação e produção de sentidos.

Essas contradições se processam no interior mesmo da *posição-sujeito progressista*, pois, embora ela emergja carregando o novo e os sentidos que eram exteriores à FD-Governamental, há nela ainda os

resquícios da ideologia neoliberal e da *posição-sujeito conservadora*, haja vista que não há um rompimento na FD-Governamental, mas um distanciamento, uma dissidência. Ou seja, a *posição-sujeito progressista* também atua na regulação da ordem da cultura e da divisão e luta de classes que nela se processa, porém, de forma diversa da *posição-sujeito conservadora*. E, além disso, conforme afirma Indursky (1997, p. 243), “um discurso que se relaciona com o outro através da negação, recalçando-o constantemente, acaba por ser dominado pelo outro”, pois o outro acaba por determinar “o que deve/pode ser dito, o que deve ser antecipado, o que pode, mas convém ser silenciado, bem como o que deve ser refutado”.

Nesse sentido, a *posição-sujeito progressista* surge já na defensiva, demonstrando como a *posição-sujeito conservadora* está lhe afetando constitutivamente. Vejamos outro recorte:

R3 – [...] a internet e as novas mídias não é só infraestrutura disponível, ela gera também modificação da noção de tempo espaço e a possibilidade de uma nova cultura (Juca Ferreira, *Remixofagia – Alegorias de uma revolução*, 2011)

A relação de oposição entre X e Y, parafraseada como Internet não é só X ... é também Y, indica a significação da internet como um espaço capaz de produzir rupturas e modificações – de gerar uma nova cultura.

Para Castells (2003, p. 7), atualmente, a internet “é o tecido de nossas vidas”, o qual se forma através das redes, definidas como “um conjunto de nós interconectados”. A internet pensada nessa perspectiva deixa de ser apenas uma ferramenta, pois se incorpora às relações sociais – em conformidade com o recorte 3. Assim, torna-se possível falar de uma sociedade em rede, onde as atividades “econômicas, sociais, políticas, e culturais essenciais por todo o planeta” estruturam-se pela e em torno da internet (*ibid.*, p. 8). Já sob a ótica discursiva, a desestruturação desencadeada pela internet está relacionada à produção e à circulação de discursos. São esses sentidos – de transformação da formação social – sobre internet que atravessam o dizer do sujeito enunciativo do discurso institucional, sustentando o surgimento dessa “nova cultura”, a cultura digital.

Esses sentidos são introduzidos na FD-Governamental pela *posição-sujeito progressista*, sentidos constituídos e já-ditos no discurso da informatização e que, ao adentrarem as fronteiras da FD-Governamental,

através do acontecimento enunciativo, são ressignificados. Isso porque estão submetidos a outras relações com a ideologia, não mais com a ideologia neoliberal, mas com a social democrática. Assim, por um lado (em X), há uma visão reducionista da internet, tomada como ferramenta; e, por outro (em Y), uma ótica que a significa a partir das transformações que ela pode desencadear.

O sentido linearizado em X indica, assim, que, a partir da posição ocupada pelo sujeito enunciador, a internet estava direcionada à classe dominante, àqueles que podiam pagar por essa infraestrutura, e às já consagradas práticas e manifestações culturais, não havendo espaço para essa nova cultura, que se lineariza em Y. A mudança na formação social afeta, portanto, as discursividades, trazendo a possibilidade de produção de novos sentidos. No entanto, dizer que a internet promove uma nova cultura não garante que realmente haverá uma transformação das relações de produção, pois nessa nova cultura tem de haver também tomadas de posição que não caiam na repetição do mesmo.

É preciso que ocorra o que o próximo recorte delineia:

R4 - Eu tenho certeza que os Pontos de Cultura, essa rede deve ser ampliada... são mais de 4 mil Pontos de Cultura espalhados por 1200 municípios... são uma das formas mais eficazes de inclusão digital cultural e social... e os membros dessas comunidades não são apenas consumidores, eles passam a ser protagonistas, sujeitos do processo, produtores do processo (Dilma Rousseff, Remixofagia – Alegorias de uma revolução, 2011)

No recorte 4, há uma perspectiva sobre os sujeitos da cultura digital, sobre os membros das comunidades participantes dos Pontos de Cultura. Assim, a relação de divergência entre as posições *conservadora* e *progressista* pode ser observada pelas seguintes estruturas: Membros das Comunidades não são apenas X ... eles passam a ser também Y e Membros das Comunidades não são apenas X ... mas também Y.

Por essa ótica, é possível observar que os dizeres do sujeito enunciador rebatem um dizer de outro lugar, em que os membros das comunidades são tomados como “consumidores”, a negação é uma marca de que em outro lugar existe um dizer afirmativo. Ou seja, rebatem um dizer aceito na *posição-sujeito conservadora* que, afetada e constituída pela ideologia neoliberal, transforma tudo em mercadoria e todos em consumidores – é a lógica do mercado, lógica do capital, do desenvolvimento econômico à

revelia do social. Dizer aceito em uma posição e insuficiente em outra, haja vista que o sentido de “consumidor” é desqualificado pela *posição-sujeito progressista*.

Então, a partir dessa posição-sujeito, os sujeitos da cultura digital são significados como protagonistas, produtores, sujeitos do processo, efeitos da ideologia social democrática na FD-Governamental, a partir da qual se preconiza a ótica do bem-estar social e da oferta de oportunidades iguais para todos, o que enfraquece o caráter mercadológico, que não cessa de se atravessar nas práticas sociais e culturais.

Quanto às contradições suprimidas nesses funcionamentos em análise, entendo que se relacionam ao fato de que se, por um lado, a internet figura como um espaço para o surgimento de novos sentidos e para o protagonismo de sujeitos antes marginalizados; por outro, ela não faz desaparecer as relações de poder e o *establishment*.

É nesse jogo que os sujeitos irão se colocar, conforme traz o próximo recorte:

R5 - A gente vai tá fazendo um mapeamento do Brasil, um retrato do Brasil feito pelos próprios protagonistas... eles não serão filmados por alguém de fora, eles vão se filmar (Célio Turino, Clip Cultura Digital em 5 minutos, 2006. In: Compêndio da Ação Cultura Digital, 2009)

A partir da divisão que se apresenta no recorte é possível observar o confronto entre as posições-sujeito no que tange ao papel do Estado/MinC frente às políticas público-culturais, pois, de um lado, em X, o Estado/MinC relega o retrato e o mapeamento do Brasil a outrem; de outro, em Y, proporciona aos próprios sujeitos a oportunidade de se retratarem e de se representarem. Um confronto que pode assim ser parafraseado: Estado/MinC não faz X ... faz Y; os sujeitos não são X (filmados) ... são Y (filmam); o mapeamento e retrato do Brasil não é X (feito por terceiros) ... é Y (feito pelos próprios sujeitos).

Esse funcionamento não aponta a insuficiência da perspectiva em X, vai além, pois a nega para colocar em cena outra, a Y. A divergência, então, é ainda mais forte entre as duas perspectivas, conservadora e progressista, demonstrando o modo como o MinC tem sua atuação reformulada a partir do governo/gestão de Lula/Gil, pois, se antes, desde sua criação e principalmente no governo/gestão FHC/Francisco Weffort, ele relegava ao mercado e à iniciativa privada o retrato e o mapeamento

do Brasil, conforme as três tristes tradições abordadas por Rubim (2008), agora busca proporcionar aos próprios sujeitos esse afazer, ofertando-lhes equipamentos para que isso possa ocorrer.

Esse funcionamento materializa ainda o modo como a FD-Governamental está numa relação de aliança com o discurso nacionalista e a forma como, ao irromper, a posição-sujeito progressista aciona esses saberes exteriores. A formulação “retrato do Brasil” é o rastro mais visível dessa relação interdiscursiva, pois remete para o que nos representa como brasileiros, para aquilo que nos constitui e define nossa cultura e identidade brasileiras.

Então, o sujeito enunciador, ao dizer que o Estado/MinC não mais fará um retrato do Brasil por outrem (sentidos em X), mas pelos próprios sujeitos retratados (sentidos em Y), permite observar que, na *posição-sujeito progressista*, reverberam saberes de cunho nacionalista, mais precisamente porque, conforme Oliven (2010), saberes nacionais são, geralmente, saberes populares que, num processo de transformação, tornam-se símbolos nacionais. Assim, retratar o Brasil pelos próprios sujeitos relaciona-se à existência de manifestações e práticas culturais-populares ainda adormecidas (conforme afirma Gil em seu discurso de posse), invisíveis e invisibilizadas, as quais são e/ou podem se tornar símbolos nacionais.

O enunciado dividido também permite observar os sentidos provenientes do discurso dos movimentos sociais, haja vista que sua luta é pela oportunidade de se representarem. Trata-se da diferença entre *discurso sobre* e *discurso de*, sendo que é pelo *discurso de* que esses sujeitos lutam, pela oportunidade de tomar a palavra. Então, a partir da *posição-sujeito progressista* (sentidos em Y), esse direito de falar parece ser reconhecido e promovido pelo Estado/MinC, solapando a ideia de que, para alguns, a palavra está garantida e, para outros, está negada. Resta saber, porém, de que forma o “retrato do Brasil” e a oportunidade de tomar a palavra ocorreram e/ou ainda ocorrerão.

*

O funcionamento discursivo analisado indica que a nomeação de Gil para presidir o MinC em 2003 e as políticas público-culturais que a partir

daí foram formuladas não estão desvinculadas do poder estatal, mas há uma mudança, uma transformação no seio da FD-Governamental. Quer dizer, a agitação nas fileiras de sentido não chega a instaurar um novo sítio de saberes. O que há, a partir do acontecimento histórico decorrente da reviravolta político-cultural, é um processo de descontinuidade de sentidos, de rachadura naquilo que já estava tão bem sedimentado, isto é, há um acontecimento enunciativo (Cfe. Indursky, 2003), que é o surgimento no âmbito da FD-Governamental da *posição-sujeito progressista*.

Nesta nova posição-sujeito, delineada pelos saberes em Y nos enunciados analisados, manifesta-se o desejo de mudança, de progresso com relação à maneira como a cultura, os sujeitos, as novas tecnologias e o papel do Estado/MinC estão já significados. E, em contraposição, encontramos a *posição-sujeito conservadora*, que se alinha aos saberes tradicionais, elitizados e oriundos da ideologia dominante, onde não há espaço para a circulação de outros sentidos que não os de cultura como belas artes e letras, restrita àqueles que possuem poder econômico e simbólico, e de sujeitos apenas como receptáculos, espectadores e consumidores de bens culturais.

Eis a relação que, há 20 anos, perpassa as políticas no âmbito do MinC, que, desde 2023, depois de um período em que o conservadorismo imperou, vem renascendo, colocando novamente a cultura, não sem contradições, em movimento.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

PAVAN, Paula Daniele. O acontecimento da/na cultura digital: os vinte anos do Programa Cultura Viva e os efeitos de sentido. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024.

Disponível em:

<https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

ESCOBAR, Carlos Henrique. **Da categoria de cultura**: do Aparelho Cultural do Estado. Encontros com a Civilização Brasileira, v. 16, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

___. Lula Lá: estrutura e acontecimento. **Revista Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.

___. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre, RS: Nova Prova, 2008. p. 09-33.

MORE, Thomas. [1516] **Utopia**. Centaur Editions – e-book Kindle, 2013.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

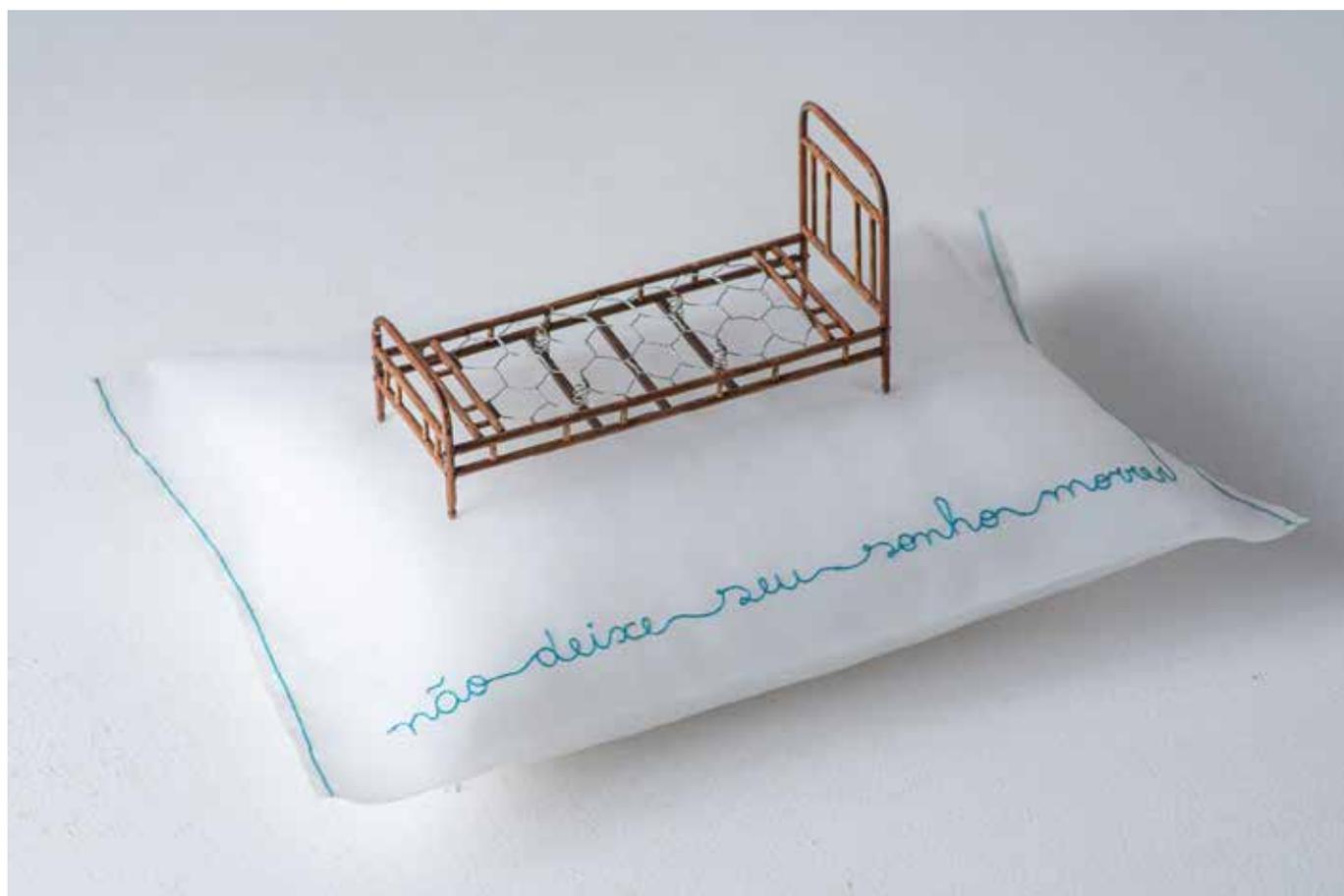
PAVAN, Paula Daniele. A cultura digital como acontecimento: movimentos na rede dos sentidos. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

PÊCHEUX, Michel. [1983] **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

___. [1975] **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

___. [1982] Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. P. *et al.* (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 55-66.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom**. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008.



Rick Rodrigues (João Neiva, ES)
Não deixe seu sonho morrer aqui, da série *Transparências*
Bordado sobre tecido voil branco, almofada e miniatura de cama de madeira
modelo patente
João Neiva, ES, 2017
Foto: Junior Luis Paulo

ENTREVISTA COM ALINE CÂNTIA

Entrevista realizada por José Márcio Barros¹

Aline Cântia² é narradora de histórias. Doutora em Educação Popular e Práticas do Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Graduada em Jornalismo. Todas as suas pesquisas giram em torno da narrativa e da oralidade. É presidente do Instituto Cultural AbraPalavra que ao longo desses anos tornou-se base de sua atuação e formação como artista. Já se apresentou e ministrou oficinas em importantes festivais, além de instituições culturais, sociais e educacionais no Brasil, Cuba, Argentina, França, Portugal, Espanha, Chile, Venezuela, Paraguai, Tunísia, Cabo Verde, entre outros. É coordenadora geral do Pontão Nacional de Livro, Leitura e Literatura, da ELENA (Escola Livre de Estudos da Narração Artística) e da Candeia: Mostra Internacional de Narração Artística, que está na sua sétima edição. Foi aluna dos cursos do Observatório da Diversidade Cultural.

*

Fale um pouco sobre a criação do AbraPalavra e sua transformação em Ponto de Cultura, ou seria melhor falar em Ponto de Memória?

O Instituto Cultural AbraPalavra nasceu em 2011, embora a sua concepção já tenha vindo desde 2006. Naquela época, eu, Aline, e o músico e compositor Chico DoCéu, iniciamos nossos trabalhos artísticos – eu como contadora de histórias e ele como músico. Começamos a combinar literatura com música em projetos de extensão e o Projeto

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1992) e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1980). Professor do Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade do Estado de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Atua nas áreas da Gestão Cultural, Políticas Culturais, Diversidade Cultural, Processos de Mediação e Antropologia e Comunicação. Coordena o Observatório da Diversidade Cultural, integra o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT, o Programa Pensar e Agir com a Cultura e participa da Rede de Pesquisadores em Políticas Culturais. E-mail: josemarcio2013@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1604785658347017>

² Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3606153889313095>

Rondon, enquanto eu era professora e Chicó era aluno de uma faculdade em Belo Horizonte.

A partir de então, começamos a fazer algumas viagens pelo Brasil. Uma dessas viagens, que foi do Pará até Salvador, nos levou a explorar o Brasil profundo. Em uma dessas paradas, em Recife, participamos de uma entrevista coletiva com Gilberto Gil. Durante essa entrevista, conhecemos Guitim de Xambá, que nos falou sobre um Ponto de Cultura. Isso foi em 2007, e na entrevista Gil também falava do então Programa Cultura Viva. Saímos de lá, direto para Piaçabuçu, onde conhecemos o Ponto de Cultura Olha o Chico. Quando voltamos para Belo Horizonte, entendemos mais sobre nosso desejo de criar redes e desenvolver projetos a longo prazo.

A partir daí, passamos a nos aprofundar na narração de histórias e nas políticas públicas culturais, entrando nos primeiros editais e formando parcerias. Em 2010, participei do curso de produção cultural do Observatório da Diversidade Cultural, o que ampliou muito minha visão e abriu caminhos para conhecer mais sobre o Cultura Viva e outros projetos de política pública.

Em 2012, nos formalizamos como um Ponto de Memória por meio de um edital do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), em parceria com o Instituto Imersão Latina. Isso nos inseriu no movimento dos Pontos de Memória, que enfatiza uma abordagem de Museologia Social.

Nos tornamos um Ponto de Cultura por meio da autodeclaração. AbraPalavra sempre teve uma essência voltada para a cultura popular e o trabalho cultural de base comunitária, voltada para formação local de grupos de contadores de histórias, produção de materiais culturais coletivos, formações, criações artísticas, entre outros, que nos alinhava com os objetivos da Cultura Viva.

A transformação para Ponto de Cultura foi um passo natural, dado nosso compromisso com a cultura de base comunitária. Com o tempo, percebemos que também poderíamos atuar politicamente, com significativa participação social. Nos tornamos parte da Comissão Estadual dos Pontos de Cultura, do Comitê Estadual e, mais recentemente, da Comissão Municipal dos Pontos de Cultura de Belo Horizonte.

A Cultura Viva comemora 20 anos. O que temos para celebrar?

A Cultura Viva é uma política que traz como principal ação do Estado a inclusão da diversidade cultural. E ela se destaca por focar não nas dificuldades e lacunas, mas sim na potência e o que impulsiona a cidadania cultural, a economia, a autonomia. É um exemplo inspirador para muitos outros países, e essa ramificação dos Pontos de Cultura pelo mundo é muito importante ser celebrado.

Hoje, celebramos a autonomia que a Cultura Viva nos proporcionou. Os Pontos de Cultura, trabalhando em rede, demonstraram uma resiliência impressionante, especialmente nos últimos anos. Eles já existiam antes do Estado os fomentar, e essa pré-existência foi essencial para sua resistência em tempos difíceis, como durante a pandemia e o último governo.

Os Pontos de Cultura conseguiram verbas emergenciais e continuaram suas atividades graças ao trabalho conjunto. Em Minas Gerais, por exemplo, os fóruns e a comissão continuaram ativos, mostrando a importância do trabalho que realmente se faz em rede.

Temos muito para comemorar: a continuidade, a potência, a resistência que a Cultura Viva promove em seus territórios. A grande celebração de hoje é essa autonomia cultural e a inspiração que ela traz para um futuro mais inclusivo e justo.

Certa vez, Dona Mercês, do Quilombo do Açude, me disse que é na festa que a gente descansa. Acredito que os Pontos de Cultura trazem também esse ensinamento: ainda param para celebrar. E são nesses momentos de celebração que paramos para refletir, descansar e continuar.

Na sua opinião, quais os maiores desafios na atualidade para o fortalecimento da Cultura Viva?

Acredito que um dos maiores desafios na atualidade para o fortalecimento da Cultura Viva é a necessidade constante de atualização. É crucial trazer a geração mais jovem para dentro da Cultura Viva, envolvê-los nas discussões, celebrações e na prática cultural. Esse engajamento é essencial para garantir a continuidade e a renovação da iniciativa. O programa Agente Cultura Viva, por exemplo, é uma excelente forma

de pensar nessa nova geração que nos ajudará a dar continuidade ao trabalho.

Outro desafio é a atualização do sentido de trabalho comunitário e de base comunitária, conceitos que foram iniciados lá atrás e que não podem se perder. É fundamental que esses princípios continuem sendo a base do nosso trabalho.

Além disso, embora tenhamos visto um aumento no número de editais e verbas disponíveis, ainda são insuficientes, e os editais não podem ser apenas o caminho. É importante entender que ser um Ponto de Cultura vai muito além de ganhar um edital. Uma vez que um grupo ou entidade se torna um Ponto de Cultura, ele passa a fazer parte de uma política e de uma rede municipal, estadual e nacional, ganhando representatividade por meio de comissões e comitês.

Portanto, acredito que os desafios principais incluem manter vivos os conceitos de trabalho comunitário, envolver a juventude e promover uma participação que vá além dos editais. Precisamos fortalecer a compreensão de que ser um Ponto de Cultura é integrar-se a uma rede de apoio e representatividade que transcende a simples obtenção de recursos.

A institucionalização por meio da Lei 13.018 faz 10 anos. O que ela contribuiu para o fortalecimento do Programa?

A institucionalização por meio da Lei 13.018, que completou 10 anos em 2024, representou um marco significativo para o fortalecimento da Política Cultura Viva. Antes de se tornar lei, a Cultura Viva funcionava como um programa de governo, que estava muito mais passível de variações e mudanças de prioridades das administrações públicas. Ao ser institucionalizado por uma legislação, a Cultura Viva passa a ter mais segurança jurídica, fazendo com que suas diretrizes e ações tenham respaldo legal. Isso assegura maior estabilidade e resistência a mudanças de governo, como vimos acontecer nos últimos anos. Outra contribuição foi a continuidade das ações, enquanto política de Estado, o Cultura Viva não depende das prioridades de governos específicos, o que garante a continuidade das suas ações e programas, mesmo em transições governamentais. A lei também fortaleceu a participação democrática e

a inclusão social, princípios fundamentais do Cultura Viva. Ela fomenta o fortalecimento da realização de fóruns, comitês e redes, promovendo um diálogo contínuo entre o governo e a sociedade civil. Além disso, com a lei, há um reconhecimento formal das iniciativas culturais locais e dos Pontos de Cultura. Por fim, podemos afirmar que a institucionalização facilita o acesso a recursos financeiros, materiais e humanos, essencial para a sustentação e expansão das atividades culturais. A lei também proporciona mecanismos mais claros e estáveis para o financiamento dessas atividades, o que é fundamental no caso da Cultura Viva.

Vivemos tempos de retomada da política pública para os Pontos de Cultura, mas tempos difíceis foram vividos entre 2016 e 2022. Por que os Pontos de Cultura não se extinguiram?

Os Pontos de Cultura são, em sua essência, iniciativas comunitárias profundamente enraizadas nas realidades locais. A resiliência dessas comunidades e seu compromisso com a preservação e promoção da cultura local foram cruciais para a continuidade dos Pontos de Cultura, mesmo em tempos adversos. São iniciativas que já existiam antes do surgimento da Cultura Viva, justamente por representarem a expressão cultural de suas comunidades, algo que transcende políticas governamentais. Além disso, a Cultura Viva tem bem marcado seu conceito, assim como suas metodologias, o que foi um orientador nestes momentos difíceis. A força da rede foi fundamental para que essas metodologias não se extinguissem, assim como a importância da Comissão Nacional e das Comissões Estaduais que não deixaram de existir, apesar de tudo.

Eu gosto sempre de lembrar do exemplo de Minas Gerais na Lei Aldir Blanc [1], durante a pandemia. Por meio de um trabalho coletivo e minucioso, a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura, conseguiu localizar cada ponto de cultura deste estado, ligando, mandando e-mail, deixando recado com vizinhos. E o resultado foi um edital de credenciamento e não de concorrência, em que todos aqueles que enviaram seus planos de trabalho foram contemplados. O resultado foi uma rede mais fortalecida e atuante. Para os Pontos de Cultura – entidade sem fins lucrativos – propomos um valor voltado para os microprojetos, para que chegassem àqueles que não acessariam a Lei Aldir Blanc.

Qual o papel dos Pontos de Cultura na implementação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)?

Os Pontos de Cultura terão um papel fundamental na implementação e fiscalização da Política Nacional Aldir Blanc. Com a verba que será destinada para o Cultura Viva, os Pontos terão o papel não só de participar ativamente dos editais, mas também para colaborar na sua construção a partir das minutas apresentadas pelo MinC. Eles têm um papel importante na fiscalização, garantindo que os recursos cheguem de forma eficaz na ponta. A participação social desde as primeiras consultas públicas, o acompanhamento sobre os editais, a inscrição e mobilização de outros grupos, para que também se inscrevam, promovendo mutirões e capacitações para que mais entidades possam se tornar Pontos de Cultura.

Ao se envolverem na construção e fiscalização dos editais, eles garantem que os recursos sejam aplicados de maneira justa e eficiente, beneficiando um número maior de projetos e iniciativas culturais, além da garantia de que o recurso continue sendo executado.

Na sua opinião, qual deve ser a relação entre os Pontos de Cultura e os Comitês de Cultura?

A relação entre os Comitês de Cultura e a Política Cultura Viva é fundamental para o fortalecimento da gestão pública da cultura no Brasil. Eu vejo essa relação como uma sinergia potente, onde cada componente complementa o outro ao invés de haver sobreposição. Tanto os Comitês quanto os Pontos têm um papel crucial em difundir informações sobre os programas de governo, especialmente em áreas remotas, facilitando o acesso das comunidades aos editais e recursos. Tornar esses editais mais populares e acessíveis é essencial para garantir uma distribuição mais equitativa de recursos, evitando que apenas alguns grupos disputem entre si. Os Comitês de Cultura atuarão em rede, assim como os Pontos, trabalhando junto com agentes culturais e realizando mapeamentos e formações. Assim, eles complementam o trabalho dos Pontos de Cultura, que são voltados para políticas já estruturadas pelo Cultura Viva, um programa que já tem 20 anos de história. A coexistência dos Pontos e dos Comitês de Cultura representa uma conquista significativa para o setor

cultural. Juntos, eles contribuem para a estruturação do sistema nacional de cultura, fortalecendo a participação social, principalmente. Os Comitês de Cultura e a Cultura Viva, ao trabalharem em conjunto, potencializam o desenvolvimento cultural, ampliam o alcance das políticas públicas e fortalecem a participação social, beneficiando a sociedade como um todo. Por aqui, nosso desejo enquanto Pontão Nacional é dialogar com os Comitês e trabalhar em conjunto.

É visível o conflito entre os objetivos do Ministério da Cultura de expandir o número de Pontos de Cultura certificados e o posicionamento dos Pontos de Cultura mais antigos que acreditam que essa política gera um desvirtuamento conceitual. Qual a sua opinião?

O que não falta no Brasil são iniciativas culturais que sempre existiram e estiveram presentes nas comunidades, e o governo tem o papel de estimular e fomentar essas iniciativas. Por isso, acredito na importância dessa continuidade e ampliação. O fundamental é que o conceito de Ponto de Cultura, focado em ações de base comunitária, não se perca, embora possa ser atualizada e revista periodicamente. É importante entender “quem somos”. Esse autoconhecimento é fundamental para que possamos reconhecer nossa memória e nossos conceitos.

Os Pontos de Cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura, visando a realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades. Manter a lógica de atuação nas comunidades é essencial, garantindo que os projetos estejam alinhados com as necessidades locais e promovam uma verdadeira transformação social.

É importante reconhecer que não há um único modelo de Ponto de Cultura. Eles podem estar instalados em diferentes tipos de locais, desde uma casa até um grande centro cultural, em áreas urbanas ou rurais. O essencial é que sejam pontos de referência cultural dentro de uma comunidade, proporcionando prática, aprendizado e vivência cultural.

Portanto, acredito que a política de expansão deve continuar, mas sempre respeitando e fortalecendo os princípios básicos dos Pontos de Cultura. O financiamento e o apoio devem ser destinados a grupos culturais que trabalham com a cultura, mas promovendo ações que gerem impacto social e cultural nas comunidades.



Sandro Ka (Porto Alegre, RS)
Piscina
Registro de intervenção urbana
Porto Alegre, RS, 2015
Foto: Ariane Laubin

PACTO PELA GESTÃO COMPARTILHADA DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA

Ministério da Cultura¹

RESUMO

O Encontro Nacional Cultura Viva 20 anos, realizado entre os dias 3 e 6 de julho de 2024, em Salvador (BA), resultou na apresentação de uma carta compromisso em que os participantes do evento reafirmaram o Pacto Pela Gestão Compartilhada da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV).

O documento foi construído de forma coletiva pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (MinC), a Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC), os gestores municipais e estaduais, o Consórcio Universitário Cultura Viva (UFBA, UFPR, UFF), além de instituições culturais e demais agentes da PNCV presentes na principal celebração nacional aos 20 anos da Cultura Viva.

Considerando a história da PNCV e os desafios que se apresentam no atual momento, foram propostos 32 compromissos, que envolvem, entre outros pontos, fortalecer a gestão da política de forma compartilhada e participativa entre sociedade civil e poder público.

*

Nós, do Ministério da Cultura, integrantes da Rede de Pontos e Pontões de Cultura, representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), gestores e gestoras da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), municipais, estaduais e distrital, representantes de universidades e instituições culturais, e demais agentes da PNCV reunidas e reunidos no Encontro Nacional Cultura Viva 20 anos, realizado em Salvador, durante os

¹ Reprodução da carta publicada no site do Ministério da Cultura do Brasil (<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/>). Original disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/pacto-pela-gestao-compartilhada-confira-carta-aprovada-no-encontro-nacional-cultura-viva-20-anos-em-salvador/PactopelagestocompartilhadaPoliticaNacionaldeCulturaViva.pdf>

dias 3, 4, 5 e 6 de julho de 2024, apresentamos esta carta compromisso de “Pacto Pela Gestão Compartilhada da Política Nacional de Cultura Viva”.

Há exatos 20 anos, o Brasil deu uma virada paradigmática na história mundial de políticas culturais com a criação do (então) Programa de Cultura, Educação, Cidadania - Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, institucionalizado dez anos depois, por meio da Lei Federal n. 13.018/2014. A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) é a política cultural de base comunitária mais importante do Brasil, sendo referência internacional, e atua na defesa e promoção da cidadania e diversidade cultural, a partir do fortalecimento, articulação, formação, intercâmbio e fomento de ações de entidades, coletivos e agentes culturais, além de apoiar, valorizar e divulgar as culturas e os fazeres culturais em seus diferentes territórios.

Hoje, a rede já alcança aproximadamente 6 mil Pontos e Pontões de Cultura certificados por meio do Cadastro Nacional. A retomada da Política Nacional de Cultura Viva, a partir de 2023, aponta um horizonte absolutamente promissor. Por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), serão investidos, no mínimo, R\$388 milhões só no primeiro ano (2024).

A estimativa é de apoio a cerca de 5 mil Pontos e Pontões de Cultura, em aproximadamente 1.500 municípios brasileiros. Considerando os cinco anos previstos para implementação da PNAB, o Ministério da Cultura deverá destinar, no mínimo, R\$ 1,6 bilhão para a PNCV, o que gerará impactos estruturantes no tecido social e nas configurações simbólicas do Brasil. Sem dúvida, é o maior investimento da história na Cultura Viva.

Considerando os 20 anos da PNCV e os desafios que se apresentam no atual momento da política, propomos e assumimos o compromisso com:

01

Fortalecer, aperfeiçoar, implementar e promover processos democráticos de participação da sociedade civil em todas as dimensões da gestão da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), com o reconhecimento e o estímulo às suas esferas de representação - em especial, as Redes e Comissões Municipais, Estaduais, do DF e Nacional de Pontos de Cultura;

02	Fortalecer a Comissão Nacional de Pontos de Cultura - CNPdC como Instância de Governança e representação da sociedade civil, junto aos Governos Federal, Estaduais e Municipais para a garantia da Gestão Compartilhada de implementação e consolidação da PNCV;
03	Estimular e criar redes e representações nacionais de gestoras e gestores municipais, estaduais e do DF da PNCV, visando à sua participação ativa na gestão compartilhada, participativa e transformadora da política, retomando e atualizando a experiência iniciada em 2013, além da realização de Fóruns Nacionais de Gestoras e Gestores da PNCV, como o realizado em Natal (RN), na Teia Nacional da Diversidade (2014);
04	Criar, implementar e aperfeiçoar espaços de gestão compartilhada entre sociedade civil e Poder Público em todas as esferas do país, contando com o diálogo permanente entre representações da sociedade civil e gestoras/es públicos, envolvendo diferentes instituições, garantida a paridade de representação (ou maioria da sociedade civil);
05	Criar o Comitê Gestor da Política Nacional de Cultura Viva, esfera de gestão compartilhada da PNCV, paritária (ou com maioria da sociedade civil), composta por representação da Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC), Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), Ministério da Cultura (MinC), representantes dos Fóruns e Redes de Gestoras e Gestores Municipais e Estaduais de Cultura, Ministérios afins, Universidades e Câmaras Legislativas Nacionais;
06	Realizar e apoiar as Teias e os Fóruns Estaduais, Municipais e Regionais, como espaços de articulação, organização, formação e fortalecimento da visibilidade dos Pontos de Cultura, garantindo orçamento dos Entes Federativos correspondentes, e como etapas da Teia Nacional 2025, visando estimular e viabilizar a participação da rede dos Pontos e Pontões de cultura;
07	Promover um processo amplo de reflexão, diálogo e construção coletiva sobre o pacto federativo e o papel dos Entes no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva, na perspectiva de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

08	Promover um processo amplo de reflexão, diálogo e construção coletiva que garanta a inclusão de metas específicas da PNCV no Plano Nacional de Cultura;
09	Fortalecer o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura e suas esferas de gestão, como a Comissão de Gestão Compartilhada do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura e a Comissão de Certificação de Pontos e Pontões de Cultura do Cadastro Nacional, além de promover a integração dos diferentes cadastros das políticas de base comunitária (como Pontos de Leitura, Pontos de Memória, quilombos, cineclubes, Casas de Patrimônio etc.) e dos cadastros estaduais e municipais de Pontos de Cultura existentes, promovendo padrões de dados, cultura de dados abertos e ferramentas digitais em softwares livres;
10	Consolidar e alimentar a plataforma digital Cultura Viva, em software livre, que funcione de forma colaborativa e como suporte de gestão, divulgação e acesso das atividades da Rede Cultura Viva;
11	Fomentar a formação das equipes administrativas e técnicas da gestão da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) em especial as ligadas aos Pontos e Pontões de Cultura e aos governos locais, estaduais e do DF;
12	Promover a formação das Comissões de Seleção que serão formadas nos editais de implementação dos recursos da PNCV no âmbito da PNAB;
13	Criar o Observatório Nacional Cultura Viva como repositório de Acervo , Memória e Tecnologias Sociais do Cultura Viva;
14	Propiciar a troca de experiências por meio do desenvolvimento de pesquisas comparadas que integrem os saberes populares e os acadêmicos;

15	Desenvolver espaços de diálogos permanentes que promovam o intercâmbio e acesso às pesquisas e reflexões com foco nas políticas e nas práticas de gestão e produção em cultura de base comunitária;
16	Estimular a criação de ações articuladas em rede com a PNCV em laboratórios e observatórios de pesquisa;
17	Viabilizar publicações e estruturar uma rede de instituições, universidades e agentes culturais que dialoguem por meio de trabalhos de ensino, pesquisa e extensão no campo político-cultural da América Latina e Caribe;
18	Fortalecer a formação da Rede de Agentes de Cultura Viva como garantia da transmissão de tecnologia social do Cultura Viva;
19	Colaborar ativamente na construção e implementação de legislações e políticas públicas em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal, que reconheçam oficialmente e valorizem os mestres e as mestras das culturas populares e tradicionais, guardiãs e transmissoras de conhecimentos que atravessam gerações, com estratégias eficazes de divulgação e promoção das práticas pedagógicas, dentro e fora das comunidades, que contribuam de forma determinante para a valorização das ancestralidades de povos originários e tradicionais, fortalecendo a diversidade cultural de nosso país, em consonância com a LEI 13.018/2014;
20	Ampliar os mecanismos de financiamento para ações estruturantes da Cultura Viva para além os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB);
21	Apoiar, criar, fortalecer políticas públicas estruturantes e permanentes de fomento e financiamento para pontos e pontões de cultura garantindo trabalho, renda, sustentabilidade, seguridade e proteção social;

22	Fomentar o investimento da PNCV mesmo nos municípios sem a obrigatoriedade instituída pela PNAB, ampliando para todo o território nacional;
23	Garantir orçamento contínuo para a Rede de Pontões com ferramentas de Articulação, Formação continuada e implantação da rede;
24	Retomar e ampliar parcerias com veículos de comunicação das TV , Rádios e demais veículos estatais e públicos de comunicação da União, Estados e Municípios para produção e difusão de conteúdos da Rede dos Pontos de Cultura;
25	Aperfeiçoar instrumentos e metodologias garantindo a melhor aplicação de legislação para a promoção da acessibilidade cultural, na perspectiva do direito à fruição cultural das pessoas com deficiência, qualificação, fomento e difusão cultural da produção de artistas e fazedores de cultura com deficiência;
26	Fortalecer e promover as ações estruturantes previstas no art. 5º da Lei 13.018/2014, lei que implementa a Política Nacional de Cultura Viva, como ferramentas essenciais para garantir não apenas a sustentabilidade econômica e social, mas também ações continuadas nos territórios entrelaçando Pontos e Pontões de Cultura com instituições públicas de ensino tendo por referência a Ação Griô, Escola Viva, Cultura Digital, Pontos de Cultura de Salvaguarda de Patrimônio Imaterial, Encontros de Saberes e outros afins. Essa retomada é essencial para revitalizar práticas culturais e fortalecer a relação entre cultura, educação e memória coletiva em nossos territórios, com Mestras e Mestres das Culturas Populares e Tradicionais como protagonistas;
27	Fortalecer e incentivar as criações artísticas que nascem dos coletivos comunitários, identificados com os conceitos da PNCV;
28	Aperfeiçoar, fortalecer e ampliar ações voltadas para a cultura da infância e de ações afirmativas dentro da PNCV;

29	Incentivar ações conjuntas de intercâmbio, cooperação e integração local, nacional, regionais e internacionais;
30	Incentivar ações conjuntas de intercâmbio, cooperação e integração local, nacional, regionais e internacionais;
31	Fortalecer a Cultura Digital, como ação estruturante da PNCV, compreendendo seu potencial de escala e a emergência desse debate, e ainda a oportunidade de promover arranjos intergeracionais;
32	Fomentar o Programa “Nossa sede, nossas vidas” para Pontos e Pontões de Cultura.

Assinam esta carta e se comprometem em sua implementação:

Ministério da Cultura

Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC)

COMO CITAR ESSE TEXTO

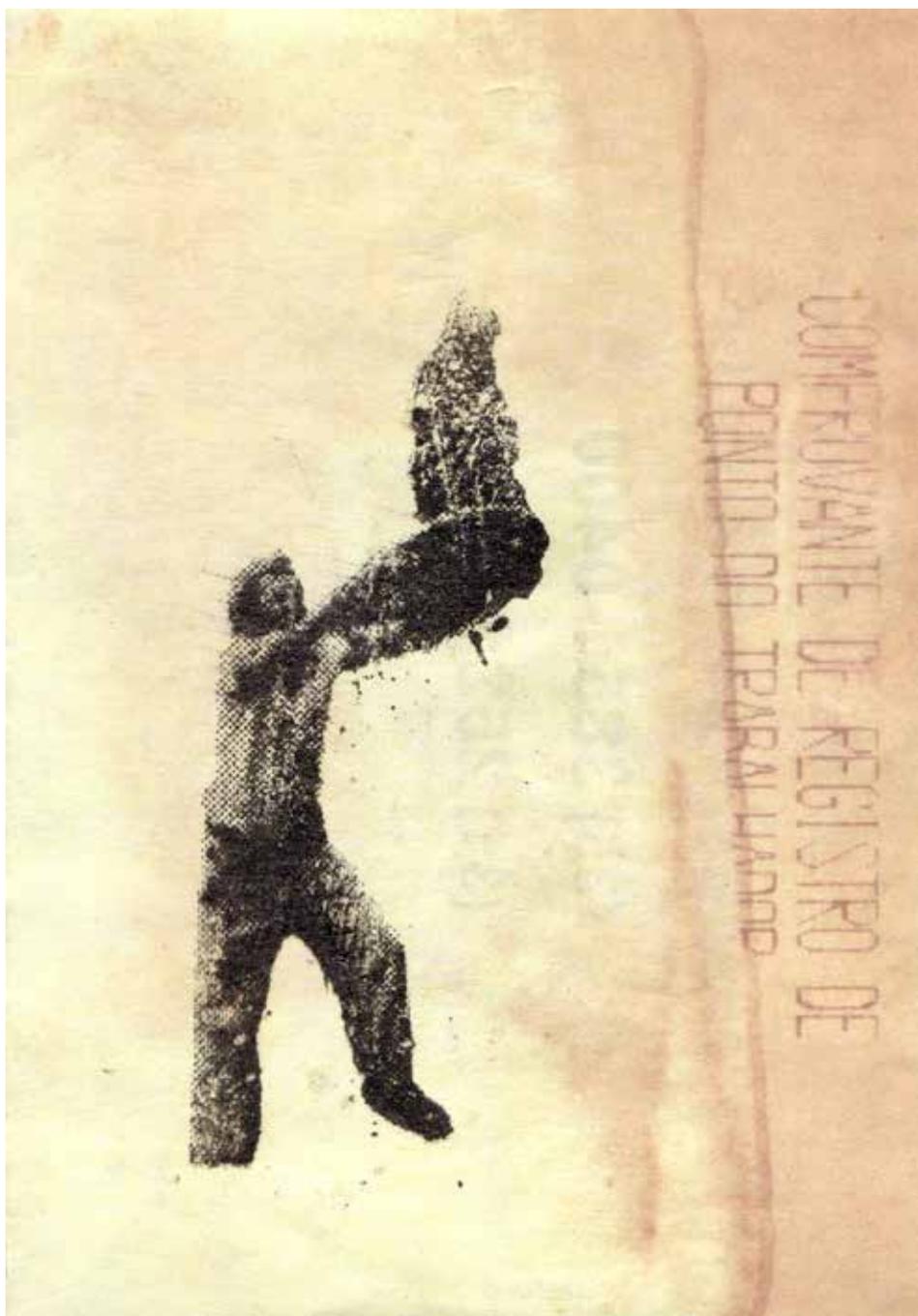
Ministério da Cultura. Pacto pela gestão compartilhada da Política Nacional de Cultura Viva. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

SEÇÃO II

EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOS PONTOS DE CULTURA



Lu Brito (Salvador, BA)
Sem título
Fotografia Digital
Canudos, BA, 2018



Washington da Selva (Carmo do Paranaíba, MG)

Lastro

Foto-transferência em cupom de registro de ponto do trabalhador

Juiz de Fora, MG, 2019

Foto: Washington da Selva

A ESTADUALIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA EM MINAS GERAIS: UMA RETROSPECTIVA NECESSÁRIA

Cláudia Houara de Castro¹

RESUMO

O presente artigo descreve o processo de estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais, entre 2007 e 2014, e relata fatos ocorridos até o ano de 2024.

*

O “**Programa Nacional Cultura Viva, Educação e Cidadania**” foi criado pelo Ministério da Cultura em 2003 com o objetivo de fomentar o protagonismo dos diferentes atores culturais já atuantes no território nacional, em diversas áreas da cultura. A criação do programa foi fundamentada em uma nova visão de como fazer política cultural, a partir de uma forma emergente de aproximação entre o Estado brasileiro e a sociedade civil, visando alcançar melhores resultados e impactos concretos em nível territorial. O principal objetivo era promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, além de fortalecer as energias sociais e culturais para construir novos valores de cooperação e solidariedade. Os principais atores do programa eram os “**Pontos de Cultura**”, entidades ou instituições da sociedade civil reconhecidas por suas atuações em seus territórios e por serem protagonistas em ações culturais de base comunitária.

O programa alcançou grande visibilidade nacional e repercussão significativa, pois foi distribuído por todo o país. Devido à diversidade cultural do Brasil, tornou-se essencial que ele fosse descentralizado. Essa descentralização permitiu que suas potencialidades fossem mais exploradas, principalmente através de parcerias estratégicas com os governos de municípios e estados. Durante sua implementação, o programa

¹ Gestora Cultural, com Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Cultural (IHAC-UFBA, 2014), e Pós-graduação Lato Sensu em Gestão da Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável (Faculdade Milton Campos, 2012). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2650356281861353>

passou por várias fases, entre elas a estadualização, na qual os estados da federação passaram a criar suas próprias redes locais de Pontos de Cultura, tornando-se cogestores federativos desta política pública nacional.

Dessa percepção surgiu o **Programa Mais Cultura**, criado pelo Decreto nº 6.226 de 4 de outubro de 2007, que “marca o reconhecimento da cultura como necessidade básica, direito de todos os brasileiros, tanto quanto a alimentação, a saúde, a moradia, a educação e o voto” (BRASIL, 2008). O Mais Cultura pressupõe algo muito importante: a cultura como pilar do desenvolvimento humano e social. Para estabelecer o programa, o MinC firmou parcerias com organismos internacionais, bancos públicos, governos estaduais e municipais, além de instituições da sociedade civil.

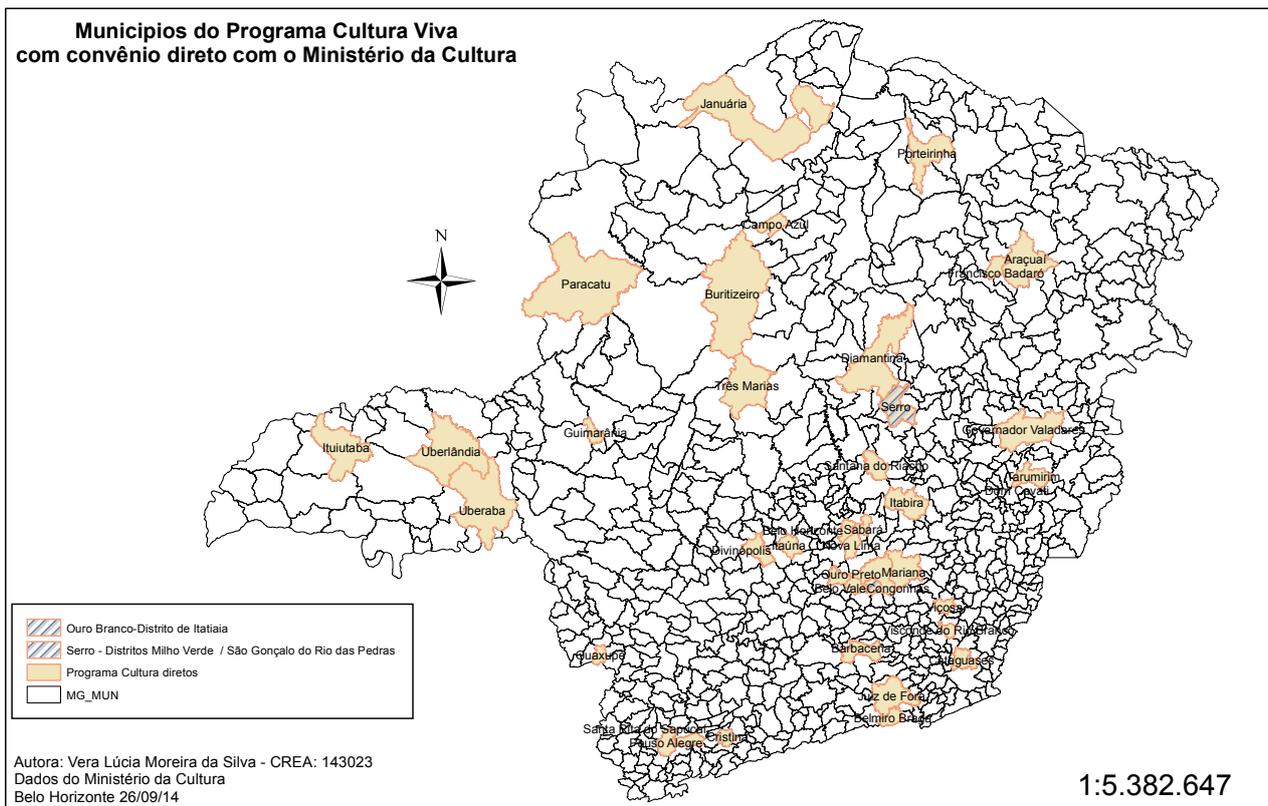
A partir desse lançamento, a maior parte dos acordos firmados ocorreu com os estados, e não com os municípios, seguindo a tendência de políticas sociais com execução descentralizada. Esse processo foi considerado uma ampliação dos Pontos de Cultura, iniciando-se através do lançamento de novos editais em parceria com os estados. Nessa parceria, os governos estaduais eram responsáveis por $\frac{1}{5}$ do valor investido no programa. Os estados foram os primeiros responsáveis pela conexão estabelecida pelo Programa Mais Cultura, e, por meio dessa ação, o MinC fortaleceu seu vínculo com os órgãos estaduais. Embora em menor número, alguns municípios também participaram do Mais Cultura, possibilitando o fortalecimento das políticas locais e uma maior cooperação entre os entes federativos.

O **Programa Mais Cultura** foi apresentado como uma política de fomento ao pacto federativo brasileiro, visando enfrentar as desigualdades sociais e territoriais persistentes de forma histórica em nosso país. Naquele momento, o Programa Cultura Viva era uma das ações do **Programa Mais Cultura** e foi a primeira ação a ser estadualizada. Dessa forma, foi ampliado por todo o território nacional e se tornou o programa do MinC com mais recursos. Embora o Mais Cultura devesse privilegiar o papel dos municípios, foram os estados que mais cooperaram (ROCHA, 2011). O sucesso da descentralização está relacionado à capacidade fiscal e administrativa, pois a habilidade de gerir, tomar decisões, executar diretrizes e alcançar objetivos determina e impacta a execução das políticas e a continuidade do programa (ARRETCHE, 1996, citado por MEDEIROS e LIMA, 2011).

A Estadualização do Programa Cultura Viva

Minas Gerais começou a participar no Programa Cultura Viva por meio de editais diretos lançados à época diretamente pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais do MinC entre 2004 e 2009. Esses editais resultaram em 65 projetos, distribuídos entre 41 municípios, incluindo Pontos de Cultura e Pontões de Cultura, como demonstra Silva (2014) na Figura 1.

Figura 1 - Municípios do Programa Cultura Viva com Convênio direto com o Ministério da Cultura



Foram firmados quatro convênios com a Secretaria de Estado de Cultura, a Fundação Cultural de Uberaba, a Prefeitura Municipal de Governador Valadares e a Prefeitura Municipal de Sabará. A Prefeitura Municipal de Diamantina também assinou um convênio, mas com a mudança de gestão, o novo administrador optou por devolver os recursos, por entender que não havia condições de cumprir a contrapartida exigida.

Seguindo a tendência que ocorria no cenário nacional, Minas valorizou a cultura em sua totalidade, com ênfase principalmente na cultura popular, lançando oportunidades e formas de desenvolvimento e interatividade. O estado reconheceu iniciativas e entidades culturais, fortalecendo processos

sociais e econômicos da cultura mineira, além de ampliar a produção, fruição e difusão culturais.

Na Rede de Pontos de Cultura de Minas Gerais, as instituições selecionadas podiam agir livremente na produção cultural por meio da promoção de encontros, fóruns e intercâmbios estéticos e interculturais. Esses intercâmbios entre pessoas de diferentes lugares foram fundamentais para estimular o fortalecimento das redes estéticas e sociais por todo o território. Além disso, o governo estadual se comprometeu com a qualificação dos agentes culturais mineiros.

O processo de Estadualização

O Governo do Estado de Minas assinou com o MinC um convênio para implantar 100 Pontos de Cultura, com foco no desenvolvimento de atividades de integração, acompanhamento e apoio financeiro. Cada Ponto de Cultura recebeu um valor financeiro de R\$ 180 mil reais por um período de 36 meses, destinado a projetos originários de entidades da sociedade de caráter cultural e sem fins lucrativos. Todos os projetos foram selecionados por meio de edital público (MINAS GERAIS, 2009).

O edital lançado em dezembro de 2007 pela Secretaria de Estado de Cultura de MG – SEC-MG, criou uma Comissão Tripartite de Avaliação, constituída por representantes selecionados pelo MinC, por meio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais, pelo Secretário de Estado de Cultura, e por representantes da sociedade, também selecionados através de edital. Os representantes da sociedade civil deveriam *ser atuantes no âmbito sociocultural ou integrantes da classe artística, além de serem idôneos e qualificados para a tarefa.*

Os convênios do Programa Mais Cultura ficaram divididos entre Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, que conveniou 100 Pontos de Cultura, e três municípios, sendo eles:

- Rede de Pontos de Cultura do Município de Uberaba, com 8 Pontos de Cultura;
- Rede de Pontos de Cultura do Município de Governador Valadares, com 5 Pontos de Cultura;
- Rede de Pontos de Cultura do Município de Sabará, com 5 Pontos de Cultura.

Os recursos eram recebidos a partir de diferentes fontes: 2/3 provenientes do Ministério da Cultura e 1/3 referente à contrapartida dos municípios e do estado. Todos os Pontos de Cultura foram selecionados por meio de Edital publicado pelo Estado e pelos municípios.

Os elaboradores do Programa definiram quatro diretrizes principais que nortearam suas ações. Essas ações reforçam o compromisso firmado pelo MinC de atuar no desenvolvimento social, assegurando o pleno exercício da cidadania. Isso se daria a partir da garantia de acesso a bens e serviços culturais, da qualificação do ambiente social das cidades e do campo, da geração de oportunidades de ocupação, emprego, renda e negócios, além da promoção da diversidade cultural.

Esse trabalho, desenvolvido por meio da articulação entre Unidades Federativas - UFs, foi importante para a garantia da participação da sociedade civil e dos órgãos públicos. Após essa articulação, as UFs e o Programa Mais Cultura assinaram um Acordo de Cooperação com o MinC e com o Estado de Minas Gerais, em 9 de julho de 2008. Esse acordo definiu as regras da implantação do Programa e algumas ações coordenadas entre os diferentes agentes envolvidos nesse processo. O Convênio nº 470/2007 foi celebrado entre a União (R\$ 12 milhões de reais) e o Governo de Minas Gerais (R\$ 6 milhões de reais), recurso que foi ampliado pela parceria firmada com o Ministério da Justiça, através do projeto-parceiro Programa Pronasci.

Para selecionar os 100 Pontos de Cultura, a SEC-MG lançou um edital acompanhado de um "manual do proponente", que continha informações para orientar as instituições sobre como preencher os formulários do próprio edital. A Secretaria também ofereceu suporte por meio do atendimento digital e presencial, através de oficinas em todas as regiões do Estado de Minas Gerais. O processo de implantação da Rede de Pontos de Cultura foi acompanhado pelo MinC, responsável pela gestão do Programa Cultura Viva na época, e pela própria Rede de Pontos de Cultura. A Representação Regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais – RRMG-MinC participou ativamente desse processo.

Uma vez selecionada para se tornar um Ponto de Cultura, a instituição passava à próxima etapa de formalização do convênio. A Superintendência de Interiorização da SEC-MG contactava as instituições selecionadas para que providenciassem a documentação exigida e adequassem

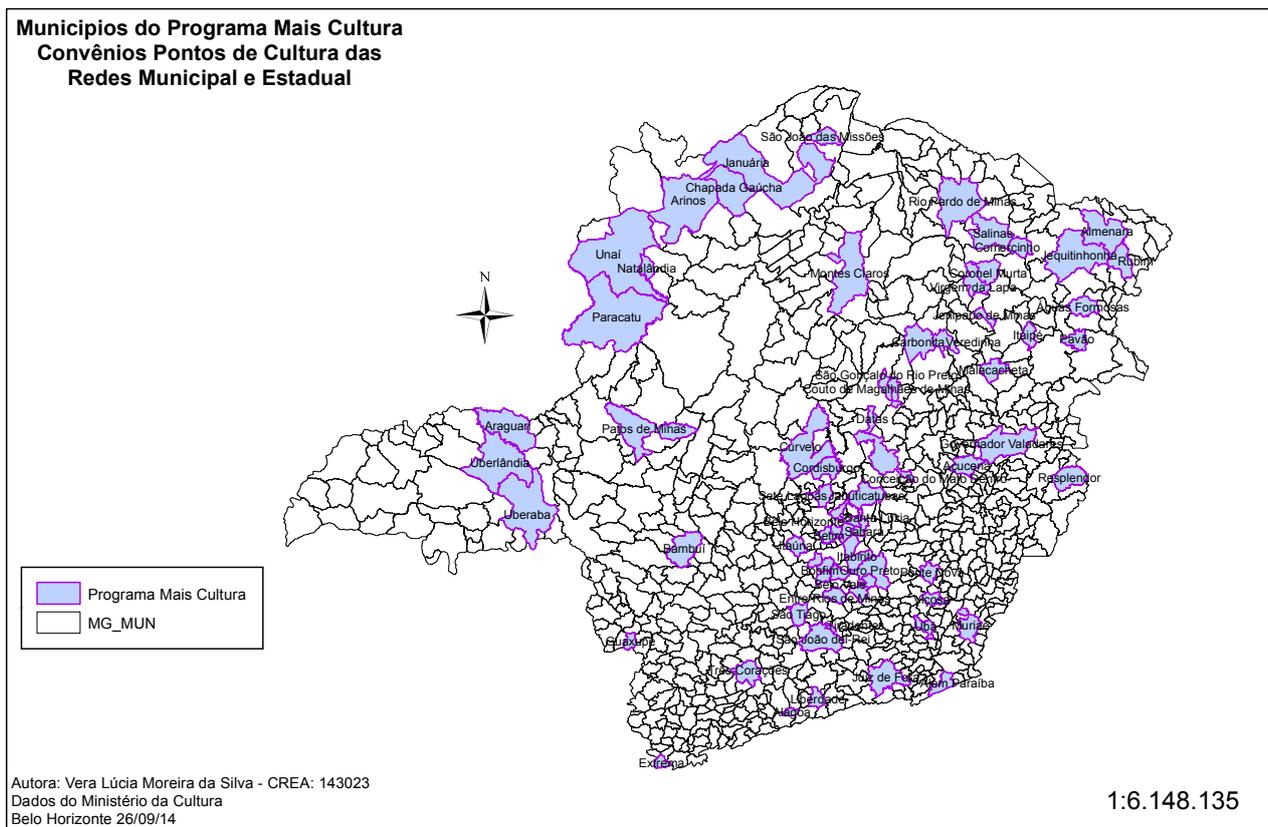
seus Planos de Trabalho e Planilhas Financeiras. Esses documentos eram muito importantes para uma constante avaliação e acompanhamento dos projetos, identificando se cumpriam seus objetivos e como poderiam ser fortalecidos. Em alguns casos, algumas instituições desistiram de apresentar a documentação por não quererem submeter-se às exigências dos convênios. Todo o processo de acompanhamento de readequação da documentação foi supervisionado pela Superintendência de Interiorização da SEC-MG.

Constava no Convênio que a SEC-MG poderia realizar assistência técnica e promover a capacitação dos gestores dos Pontos de Cultura. Essa assistência foi concretizada quando a Secretaria publicou um novo edital de licitação para que pessoas jurídicas apresentassem propostas técnicas e orçamentárias, promovendo-se, assim, a capacitação das instituições proponentes da Rede de Pontos de Cultura de MG. No edital, era possível encontrar três eixos de capacitação: Oficinas de Capacitação em gestão de projeto, com um Sistema de Orientação Permanente; Atendimento individualizado sobre o *kit* multimídia – composto por equipamentos de cultura digital, como computador, software livre, microfones, amplificador para gravação musical e câmera digital, entre outros. Para equipar o Ponto de Cultura com o *kit*, era necessário que o próprio ponto arcasse com uma porcentagem do recurso. Além disso, havia a capacitação em Software Livre. A liberação desse recurso enfrentou algumas dificuldades, e nem todas as atividades foram realizadas conforme o previsto, resultando na implementação de apenas três Oficinas de Capacitação dos Gestores dos Pontos de Cultura.

Os Pontos de Cultura não foram conveniados imediatamente após sua seleção devido à falta de infraestrutura com a qual conviviam. Além disso, a vedação do momento eleitoral que aconteceria naquele ano de 2010 foi outro motivo apontado para atraso no convênio. Nesse mesmo ano, os Pontos de Cultura já existentes e aqueles selecionados pelo Edital do Estado realizaram diversas manifestações e se reuniram com as autoridades de Minas Gerais para buscar soluções para os problemas enfrentados. Os Pontos de Cultura selecionados, que ainda não estavam conveniados, readequaram suas Planilhas, que estavam defasadas em relação aos recursos e precisavam incluir a contrapartida exigida. Após todo esse processo, apenas 89 Pontos de Cultura finalizaram o ciclo de procedimentos para a formalização do convênio. Em janeiro do ano

seguinte, os restantes foram convocados para completar os 100 Pontos de Cultura acordados no convênio com o MinC, conforme mostra a Figura 2 (SILVA, 2014). Esse período evidencia o crescimento do Programa Cultura Viva e a expansão do número de municípios beneficiados pelo convênio realizado entre o Governo do Estado e o Programa Mais Cultura entre 2010 e 2014.

Figura 2: Mapa dos municípios do Programa Mais Cultura – Convênios Pontos de Cultura



Municípios do Programa Mais Cultura e Pontos de Cultura das Redes Municipal e Estadual

De 2011 a 2014, foi assinado somente o convênio entre o MinC e a Prefeitura Municipal de Sabará, criando a Rede de Pontos de Cultura de Sabará. Em 2013, a Prefeitura lançou um edital e selecionou cinco Pontos de Cultura para integrar sua Rede.

A SEC-MG, em parceria com a Comissão dos Pontos de Cultura de MG e a RRMG-MinC, promoveu a TEIA Estadual – Encontro dos Pontos de Cultura de MG, em outubro de 2011, e um Fórum dos Pontos de Cultura, em setembro de 2013, realizado em Belo Horizonte. Esses eventos proporcionaram

visibilidade para as atividades promovidas pelos Pontos de Cultura de MG e discutiram as próximas etapas do Programa Cultura Viva. A realização da TEIA teve como objetivo criar um espaço para a difusão e a reflexão sobre o Programa, além de atividades de formação para aprimorar as ações do Programa Cultura Viva. Durante a programação, também ocorreram a Mostra Artística dos Pontos de Cultura e o Fórum dos Pontos de Cultura. A pesquisa citada por Castro (2014) menciona que, ao longo desse período, os parceiros institucionais realizaram cinco Teias Nacionais.

Em dezembro de 2013, a SEC-MG assinou o Termo de Cooperação para adesão ao Sistema Nacional de Cultura - SNC, iniciando a construção do Plano Estadual de Cultura e reconhecendo a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura de MG por meio na concessão de um assento no Conselho Estadual de Cultura de MG - CONSEC. Em 23 de julho, foi promulgada a Lei nº 13.018 – Lei Cultura Viva, que transformou o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva em Política Nacional do Estado Brasileiro, garantindo a continuidade das ações.

No segundo semestre de 2014, os Pontos de Cultura da Rede de MG estavam executando a última parcela do convênio e preparando a prestação de contas para o órgão responsável pela gestão. Nas Redes Municipais de Uberaba e de Governador Valadares, alguns Pontos de Cultura já estavam realizando a prestação de contas, iniciando ou finalizando a terceira e última etapa do convênio. Por outro lado, na Rede de Pontos de Cultura de Sabará, os Pontos de Cultura estavam iniciando o convênio. A SEC-MG já havia apresentado uma proposta ao Ministério da Cultura para renovar o convênio e estabelecer uma nova Rede para o ano de 2015.

Complementarmente de 2015 a 2024

Após a realização da pesquisa e publicação da monografia “A Estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais: um estudo de caso” (CASTRO, 2014), a luta da Rede de Pontos de Cultura de MG continuou enfrentando a burocracia dos convênios, buscando mais recursos e participando de importantes decisões junto ao Estado, entre os anos de 2015 a 2024.

Ainda em 2014, entre os dias 19 e 24 de maio, o MinC realizou na cidade de Natal a 6ª Teia Nacional, intitulada “Teia da Diversidade”. O evento reuniu

Pontos de Cultura de todo o Brasil, além de articuladores do setor cultural, e serviu como um Encontro da Diversidade Cultural. Entre as atividades, ocorreu-se o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura do Brasil, que discutiu a ampliação e a importância do Programa em seus territórios, incluindo a potencialização econômica das instituições e das atividades artísticas. Na ocasião, o Grupo de Representantes de MG decidiu elaborar a “Carta dos Pontos de Cultura de MG”, contribuindo assim para o crescimento e a defesa do Programa Cultura Viva.

Em 2015, a Rede de Pontos de Cultura de MG realizou de forma independente o VI Fórum Mineiro dos Pontos de Cultura na Associação Querubins, em Belo Horizonte. O evento contou com a presença do Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, Ângelo Oswaldo, e da Secretária da Cidadania e Diversidade Cultural do MinC, Ivana Bentes. O encontro contou com a seguinte programação:

- Reflexão para a construção da Lei Cultura Viva no Estado;
- Discussão com a Secretaria de Estado de Cultura e com o MinC, através da SCDC, sobre o Plano de Trabalho da Rede para a construção da Lei Cultura Viva no Estado;
- Eleição da nova Comissão Estadual dos Pontos de Cultura.

Durante 2015, a Rede não recebeu nenhum recurso, nem informações sobre o saldo dos recursos aplicados. Em agosto deste mesmo ano, a Rede é comunicada por e-mail pela SEC-MG, que o MinC solicitava que fossem realizadas as Teias Estaduais, pois estava prevista a realização de uma Teia Nacional em 2016. No mesmo comunicado, a Secretaria sugeriu a distribuição do saldo remanescente por meio de um Edital para os Pontos de Cultura selecionados em 2008.

Em agosto de 2015, a Comissão dos Pontos de Cultura, o MinC e a SEC-MG se reuniram para informar que o TCU estava em diligência questionando a prestação de contas do Programa, solicitando novos documentos. Como resultado, o Programa Cultura Viva não recebeu nenhum recurso para seu crescimento e desenvolvimento em MG naquele ano, e o Fórum Independente também não. Esse cenário evidenciou a fragilidade das políticas públicas e o excesso de burocracia dos órgãos de controle para Programas Socioculturais como este.

Apesar das dificuldades, a Rede de Pontos de Cultura, sempre

empoderada, aguerrida e resistente, organizou mais uma vez o “Fórum Independente dos Pontos de Cultura” no município de Paracatu, em novembro. Com recursos limitados do Estado e uma pequena parceria do município, o evento contou com a presença de 30 representantes de Pontos e promoveu um grande debate sobre o Programa em MG, com a participação do Sr. Alexandre Santini, do MinC. As decisões tomadas por este Fórum foram as seguintes: a participação de um Ponto de Cultura do Estado no Congresso Latino-Americano de Cultura Viva Comunitária; a realização de uma pesquisa de acessibilidade nos Pontos; a criação de um GT para organizar a Teia 2016; e a realização de um diagnóstico para identificar quais Pontos de Cultura estavam com suas atividades em funcionamento.

No início de 2016, a SEC-MG e a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura retomaram o diálogo a respeito do uso do saldo residual do Convênio. Durante esse Encontro, foram deliberadas as seguintes ações: realização de um Fórum no município de Itabirito; lançamento de um Edital de Intercâmbio entre os Pontos de Cultura; e continuidade ao debate entre a SEC e a Comissão sobre a Lei Cultura Viva.

O Conselho Estadual de Política Cultural de MG reconheceu a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura de MG, concedendo-lhe um assento no Conselho. No dia 10 de março de 2016, o representante da Comissão comunicou ao Conselho que prestação de contas do Convênio nº 470/07, celebrado entre o MinC e a SEC-MG, seria analisada pela Representação Regional do MinC (RRMG-MinC) para agilizar a liberação do uso do saldo e permitir que a Rede realizasse as propostas apresentadas pela Comissão. Ainda em 2016, no mês de maio, a Instrução Normativa da Lei Cultura Viva foi publicada após vários encontros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Além disso, a SEC/MG publicou um Edital do Fundo Estadual de Cultura-FEC para Pontos e Pontões de Cultura, conquista resultante de várias reuniões e debates da Rede com a SEC, conforme Drumond, 2021:

Foram aprovados 49 projetos de 16 dos 17 territórios de desenvolvimento do Estado, ampliando a Rede com a inserção de Projetos que não haviam recebido incentivo financeiro Ponto de Cultura. O Edital permitiu um novo horizonte para muitos Pontos de Cultura e respondeu à proposta de fortalecimento e ampliação da Rede de Minas Gerais em discussão desde 2013 (DRUMOND, 2021).

Em abril de 2016, ocorreu a destituição da Presidenta Dilma, e um dos Ministérios mais afetados foi o MinC, que perdeu importância, recursos, políticas públicas, até se tornar uma Secretaria Especial em 2019.

Em 2017, diversos projetos de lei (PLs) foram apresentadas na Câmara Federal com o objetivo de melhorar os investimentos, emendas e direitos para o setor cultural. Em Minas Gerais, no dia 31 de julho de 2017, foi assinada a Lei Estadual nº 22.627, que instituiu o Plano Estadual de Cultura, com a participação dos Pontos de Cultura na sua construção.

O ano de 2018 ficou marcado por sucessos e perdas para a Rede Mineira de Pontos de Cultura. O Governador do Estado, Fernando Pimentel, assinou a Lei nº 22.944, de 15 de janeiro de 2018, que instituiu o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva, com destaque para os artigos 41 e 43. Essa conquista é o resultado de vários anos de reuniões, reflexões junto à SEC-MG e à Rede. No entanto, a grande decepção da Rede foi o pedido de devolução dos recursos do saldo de rendimentos do Convênio 470/07 para a conta da União. Foi um momento frustrante, pois todas as reuniões e reflexões foram estagnadas e a Rede ficou sem perspectivas.

Em 2019, houve mudança de mandato estadual e troca de gestores. O Ponto de Cultura Adolescer com Arte teve um projeto aprovado no Edital do FEC para a realização do VII Fórum Mineiro dos Pontos de Cultura em seu município, Itabirito. Na mesma época, o Estado enfrentava a tristeza do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, da Mineradora Vale, em Brumadinho.

Apesar da proximidade do município com o local do desastre, o Fórum foi realizado. O evento contou com a presença de 80 representantes de Pontos de Cultura e teve a seguinte programação:

- Várias apresentações artísticas e cortejos pela cidade, visitas a Pontos históricos da cidade e mais três temas discutidos:
- Apresentação do Sistema Municipal de Cultura do município de Itabirito;
- Como os Pontos de Cultura vêm trabalhando com a sustentabilidade;
- Eleição da Comissão Estadual de Pontos de Cultura, com representantes de nove regiões de MG;
- Eleição do Comitê Gestor da Política Estadual de Cultura Viva.

Em 2020, ano da Pandemia de Covid-19, a Rede de Pontos de Cultura realizou várias ações significativas: foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para a regulamentação da Política Estadual de Cultura Viva; o GT conduziu um levantamento por meio da busca ativa para verificar o funcionamento dos Pontos de Cultura, trabalho que identificou 220 Pontos com atividades em funcionamento; as reuniões continuaram para discutir sobre a regulamentação da Lei e a participação dos Pontos de Cultura nos recursos da Lei Aldir Blanc, que disponibilizou R\$ 140 mil reais para manutenção durante a pandemia.

Os Pontos de Cultura cadastrados na Plataforma Cultura Viva tiveram acesso a esses recursos. A Comissão Estadual fez um grande esforço para garantir uma grande adesão à Plataforma. A articulação entre a Rede, os membros do Comitê Gestor e a SEC-MG resultou na criação de um projeto em que cada Ponto colaborou com R\$ 3 mil reais para construção de: um site da Rede; uma marca visual; a contratação de consultoria jurídica para acompanhar o processo da regulamentação; um levantamento institucional da Rede de Pontos de Cultura; e o conhecimento da trajetória do setor audiovisual da Rede.

Em 2022, enquanto a Rede Estadual se organizava para receber e executar o recurso da Lei Aldir Blanc, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, lançou em 13 setembro de 2022, o 1º Edital para a construção da Rede Municipal de Pontos de Cultura de BH. Esse edital foi financiado com recursos oriundos de emendas parlamentares federais e municipais, bem como de fontes próprias da Prefeitura. Conforme Portal da Secretaria Municipal de Cultura da PBH:

Além do apoio financeiro aos Projetos Selecionados, o Edital possibilitará a Certificação como Ponto de Cultura de todas as instituições que obtiveram, na fase de seleção, nota final mínima de 60 (sessenta) pontos, independente de terem seus Projetos selecionados ou não. (BELO HORIZONTE, 2022)

A Comissão Estadual dos Pontos de Cultura, o Comitê Gestor e a SEC-MG mantêm um contato constante, realizando reuniões e debates com foco no crescimento, formação e desenvolvimento da Rede. Entre 2007 e 2022, a Rede de Pontos de Cultura de MG organizou oito Fóruns Estaduais nos municípios de Belo Horizonte, Paracatu e Itabirito. Em 2023, a Rede Municipal de Belo Horizonte realizou seu primeiro Fórum.

Em 2024, a Rede de Pontos de Cultura de MG se prepara para realizar a participação nas articulações para a produção dos Editais da Lei Aldir Blanc 2 e na produção do IX Fórum Estadual dos Pontos de Cultura de MG, que será realizado no município de Itaúna.

Conclusão – O futuro do Programa Cultura Viva em Minas Gerais

Considerando que o Programa teve como princípio fomentar o protagonismo dos diferentes atores culturais que participam das ações dos Pontos de Cultura, possibilitando o encontro da diversidade cultural brasileira, observa-se que ele resultou na multiplicação das manifestações culturais e artísticas do País. Avaliado por gestores e pesquisadores como uma das ações mais importantes do Ministério da Cultura, o Programa se destacou não apenas pela sua abrangência e reconhecimento dos valores culturais, mas também pela ampliação do acesso à cultura por meio do envolvimento de diversos grupos e indivíduos nas atividades culturais organizadas, reconhecendo ainda diferentes lugares e contextos como espaços de expressão e produção cultural, estimulando as manifestações e multiplicando os territórios culturais conhecidos.

Em Minas Gerais, o Programa encontrou um cenário cultural rico e diversificado, que resultou em bons frutos para o Brasil e beneficiou milhares de pessoas. Contribuiu para a superação de dificuldades financeiras e sociais e, sobretudo, para a realização pessoal dos sujeitos envolvidos. Em um primeiro momento, conforme o segundo Relatório Técnico de Cumprimento do Objeto do Convênio do Estado com o MinC (período de 30/03/2010 a 30/06/2011), cem (100) Pontos de Cultura em Minas Gerais iniciaram suas atividades após a celebração do convênio com o Estado e o recebimento dos recursos. Assim, o Programa Cultura Viva colaborou para a melhoria das prestações de serviços, pois os atores envolvidos viam seus projetos reconhecidos e seu acesso ao público efetivamente ampliado. Para isso, os projetos passaram por processo de seleção conforme modelo adotado pelo Programa, e os participantes tiveram acesso a benefícios como capacitação de recursos, gestão de projetos, oficinas de capacitação, orientação e atendimento em grupo ou individual.

Considerado por muitos como a mais importante iniciativa de ordem social e cultural inserida no Brasil e aprovado por organizadores,

participantes e pela sociedade, por tudo que se falou, a continuidade do Programa é essencial para o reconhecimento e valorização da diversidade artística e cultural existente no país.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

CASTRO, C. H.. A estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais: uma retrospectiva necessária. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M.T.S. Mitos da Descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 11, nº31, jun. 1996.

BELO HORIZONTE. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-lanca-primeiro-edital-de-pontos-de-cultura-do-programa-cultura-viva>> criado em 03 set. 2022. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. **Cultura Viva: Autonomia, Protagonismo e Fortalecimento Sociocultural para o Brasil**. Cultura Viva – Ponto de Cultura Pulsando o Brasil. Brasília: Ministério da Cultura, 2008.

BRASIL. **Teia Tambores Digitais**. Fortaleza, 2010.

CASTRO, Claudia Houara. A Estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais: um estudo de caso. **Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos**, Salvador, 2014. Disponível em <<https://www.borrachaloteca.com.br/cultura-viva-monografia-cl%C3%A9udia-houara>>. Acesso em: 10 jun. 2024

DRUMOND, Franklim. **Pontos de Cultura em Minas Gerais**. Pesquisa premiada pelo Edital 23/2020 da LAB em Minas Gerais. 2021.

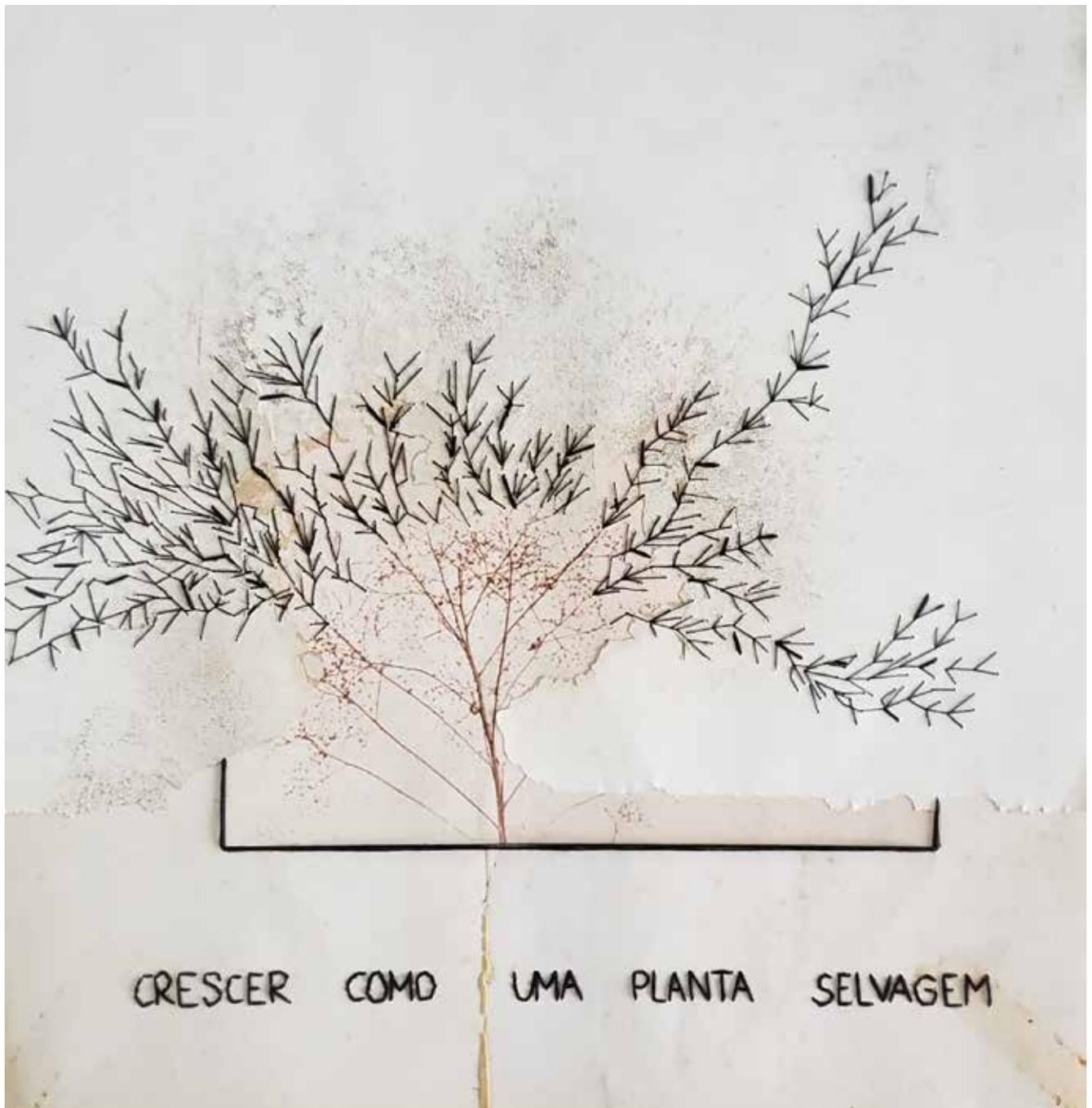
MEDEIROS, Anny Karine de e FARAH, Marta Ferreira Santos. Implementação e reformulação de políticas públicas: o caso do programa Cultura Viva. **Revista do Serviço Público Brasília** 65 (1): 07-24 jan/mar 2014.

MEIRA, Márcio. Uma política republicana de cultura. **Teoria e Debate**. N. 58. 2005. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/2004/06/01/uma-politica-republicana/> Acesso em: 12 ago. 2014.

MINAS GERAIS. Convênio 470/2007. **Programa Mais Cultura: Projeto Piloto de Pontos de Cultura**. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2009.

ROCHA, Sophia Cardoso. **Programa Cultura Viva e seu Processo de Estadualização na Bahia**. Universidade Federal da Bahia: Faculdade de Comunicação, 2011.

SILVA, Vera Lucia Moreira da. **Notação cartográfica a partir dos dados do MinC para MG**. 2014.



Heloísa Marques (Itapetim, PE)

Planta selvagem

Bordado s/ colagem em papel

30 cm x 30 cm

Salvador, BA, 2020

CULTURA VIVA DAS GERAIS: A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA QUE CONSOLIDOU A POLÍTICA MUNICIPAL PARA PONTOS DE CULTURA EM BELO HORIZONTE E ALGUNS DE SEUS DESDOBRAMENTOS

Michelle Cristina Alves Silva¹

Gustavo Bones²

RESUMO

Este artigo apresenta um relato do processo de criação e consolidação da Política Municipal de Cultura Viva em Belo Horizonte a partir da atuação do mandato parlamentar de uma vereadora (fundadora de um Ponto de Cultura) em diálogo com a rede local de iniciativas socioculturais. Essa experiência democrática influenciou outras cidades e se desdobrou em diversas Leis que ampliam os direitos culturais.

*

A Cultura Viva é notabilizada por ser uma política de base territorial e por dialogar estreitamente com outras áreas das políticas públicas, sempre na perspectiva da intersectorialidade e da transversalidade de saberes.

A atuação do Ponto de Cultura extrapola a localização geográfica de um espaço cultural em uma determinada comunidade, irradiando-se pelo seu entorno, bairro e território, alcançando seus pares. Com isso, ganha uma dimensão que ultrapassa o fazer artístico-cultural, tornando-se uma referência significativa para determinada comunidade, tanto no processo de formação e fruição artística, mas, também, de formação cidadã nesses territórios. Assim, citando Turino (2020, p.77), um dos principais agentes responsáveis pelo impulsionamento e pela consolidação da Política Nacional Cultura Viva no Brasil:

1 Doutora em Ciências da Integração pelo Programa em Integração Latino-Americana (Prolam) da Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Produção e Crítica Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Licenciada em Artes Cênicas pela UFMG. E-mail: floresdejorge@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0180762579107331>.

2 Pós-Graduando em Políticas Culturais de Base Comunitária na *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), do Programa IberCulturaViva. Licenciado em Teatro pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: gustavobones@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4188441865369935>

O ponto de cultura é uma microrrede, atuando no território (físico ou virtual) junto às comunidades e nas diferentes formas de expressão, linguagens artísticas ou grupos identitários. A busca e o fortalecimento da peculiaridade, da singularidade. Com a intervenção no território, e no campo da memória comunitária, o ponto de cultura vai se empoderando de processos de construção narrativa, com autonomia e protagonismo, bem como desencadeando processos formativos e de criação. Como macrorrede, a cultura viva, interligando pontos, ampliando sua sustentabilidade e dando sentido às ações comunitárias, antes circunscritas às comunidades. Com isso, outras comunidades são afetadas, formando novos conjuntos de comunidades da vida.

Nesse sentido, os pontos de cultura funcionam como um espaço, físico ou não, que irradiam ações que impactam positivamente a comunidade, fortalecendo o próprio ponto como um espaço criativo, convivência e de fortalecimento dos laços comunitários. Além disso, asseguram-se outros direitos a partir da ação cultural e coletiva. Ou seja, não se trata de mais uma política de fomento à cultura ou às artes, mas compreende uma política de base territorial e comunitária, que visa tecer, criar e ampliar as redes entre os agentes políticos e as iniciativas cidadãs, sem competição por recursos, mas com uma acepção fraternal, de realizar um trabalho com e para a coletividade e o bem viver.

As políticas públicas para a cultura viva e comunitária são estratégicas para o desenvolvimento social dos países Ibero-americanos, pois os resultados de suas ações estão sempre ligados à cultura de paz, à interculturalidade e à convivência com as diferenças, garantindo autonomia e protagonismo aos agentes locais. No caso do Brasil, onde esses conceitos começaram a ser formulados, a Política Nacional para os Pontos de Cultura existe há vinte anos e está assegurada em lei desde 2014. Ampliando a experiência nacional, estados e municípios brasileiros também criaram suas políticas locais, fortalecendo ainda mais os vínculos territoriais e as redes formadas pelos agentes da Cultura Viva.

No entanto, esses processos nem sempre ocorrem de forma participativa. É o caso do Estado de Minas Gerais, que prevê a Política Estadual Cultura Viva em Lei desde 2018, por meio da já extinta Lei 22.944/2018³, substituída pela Lei 24462/2023⁴. Contudo, a proposta nunca se efetivou, mesmo com a forte articulação da Rede Mineira de Pontos de Cultura. Isso indica que a implementação de políticas públicas estruturantes requer

³ Para mais informações sobre a extinta lei do Sistema Estadual de Cultura acesse: https://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2018/122944_2018.html#:~:text=Institui%20o%20Sistema%20Estadual%20de,Viva%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.. Acesso em: 23 jun. 2024

⁴ Para acessar a informação na íntegra do Descentra Cultura acesse: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/24462/2023/>. Acesso em: 23 jun. 2024

a intencionalidade dos governos, a articulação política entre os diversos atores, gestores comprometidos com seus princípios e da mobilização da sociedade.

Nesse sentido, o presente artigo pretende trazer um relato sobre o processo de criação da Política Municipal Cultura Viva na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, que se concretizou com a aprovação da Lei nº11.561/2023⁵, atrelada à garantia de recursos para a sua implementação e continuidade, culminando na realização do primeiro encontro da rede de Pontos de Cultura local, um ambiente de debate político e de intercâmbio artístico-cultural.

Conforme o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, Belo Horizonte tem uma população residente de 2.315.560 habitantes⁶ e é a primeira capital brasileira a garantir em lei uma política pública de fomento aos Pontos de Cultura, experimentada em âmbito federal nos últimos 20 anos. A municipalização da política Cultura Viva foi assegurada após sete anos de trabalho da equipe dos mandatos da vereadora Cida Falabella⁷, em diálogo com os diversos atores políticos e, principalmente, a partir da mobilização dos agentes da Cultura Viva da cidade.

Cida Falabella é atriz e diretora teatral, professora e arte-educadora, fundadora do Ponto de Cultura “ZAP 18 – Zona de Arte da Periferia”. Liderança política de referência do teatro de grupo mineiro, foi eleita vereadora em 2016, por meio de uma campanha coletiva que marcou a cidade intitulada “Muitas⁸ pela cidade que queremos”, defendendo as pautas da cultura, da educação e do bem viver. Na Câmara Municipal de Belo Horizonte, fundou a “Gabinetona”, uma experiência de compartilhamento de poder com outras parlamentares, que é coletiva, cidadã, feminista, antirracista e que inovou a cena política local.

Partindo de seu compromisso histórico, uma das primeiras ações do mandato da vereadora foi abrir o debate na cidade sobre a Cultura Viva e seus desdobramentos efetivos e permanentes nas comunidades. Em 2017, a equipe do mandato foi à Campinas (SP), a primeira cidade brasileira

5 Para acessar a legislação na íntegra acesse: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2023/1157/11561/lei-ordinaria-n-11561-2023-institui-a-politica-municipal-cultura-viva>. Acesso em: 31 mai. 2024.

6 Mais informações acesse: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/belo-horizonte.html>. Acesso em: 23 jun. 2024.

7 Informações sobre a vereadora Cida Falabella: <https://www.google.com/url?q=https://www.cmbh.mg.gov.br/vereadores/cida-falabella&sa=D&source=docs&ust=1719158401242847&usg=AOvVaw0EFptIZewPhwknohg5NhuU3>. Acesso em: 23 jun. 2024.

8 Acesso ao vídeo institucional da campanha das “Muitas pela cidade que queremos”: https://www.youtube.com/watch?v=klOoH_9ppsY&t=2s. Acesso em: 23 jun. 2024.

a aprovar uma Lei Municipal Cultura Viva, onde participou do encontro “Cultura Viva Comunitária nas Cidades da América Latina” e acompanhou a cerimônia de assinatura do Decreto de Regulamentação da Lei nº 15.089/2015⁹.

Ainda no primeiro ano de trabalho do mandato, foram realizados encontros públicos em três Pontos de Cultura localizados nas periferias da cidade (Casa do Beco, Grupo Luna de Capoeira Angola e Associação Querubins), para debater a municipalização da política Cultura Viva em Belo Horizonte e os problemas enfrentados pela rede na época, como a criminalização das prestações de contas e a precarização da política nacional após o golpe jurídico-parlamentar contra a Presidenta Dilma Rousseff. Embora interessados na discussão, os agentes locais estavam desarticulados e pareciam desmotivados a se engajar naquele momento. Além da aprovação de uma Lei, era preciso garantir recursos e mobilizar a rede.

No ano seguinte, a “Gabinetona” lançou uma chamada pública simplificada com o intuito de mapear iniciativas socioculturais da cidade alinhadas aos princípios da Cultura Viva. Assim, foram mapeadas 313 (trezentas e treze) iniciativas, das quais 18 (dezoito) receberam um recurso no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), originário de doações diretas das parlamentares, cumprindo uma promessa de campanha.

Ao longo de 2018, a equipe do mandato visitou todas as iniciativas contempladas e realizou um diagnóstico sobre elas em parceria com o Ponto de Cultura “Favela é Isso Aí”. O estudo revelou uma rede pulsante, comunitária, mas ainda invisibilizada pelas políticas públicas e com grandes dificuldades de acesso aos recursos públicos. No final do ano, Jair Bolsonaro foi eleito presidente e iniciou um ciclo de enormes retrocessos que afetariam as políticas culturais no país.

Após ouvir a Rede Cultura Viva existente na cidade, mapear outras iniciativas que poderiam integrar essa rede e realizar um diagnóstico sobre elas, a equipe da vereadora começou, em 2019, uma pesquisa sobre as legislações vigentes relacionadas à Cultura Viva. Além da Lei Federal nº 13.018/2014¹⁰, foram analisadas as legislações estaduais e municipais, que

9 Para acesso à íntegra da referida legislação acesse: <https://www.google.com/url?q=https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2015/1509/15089/lei-ordinaria-n-15089-2015-institui-a-politica-municipal-de-cultura-viva-destinada-a-promover-a&sa=D&source=docs&ust=1719158401244174&usq=AOvVaw3o-Z3v9x0GQqs-8QCze53iE>. Acesso em; 23 jun. 2024.

10 Para acesso à íntegra da legislação nacional acesse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm. Acesso em: 23 jun. 2024.

não apenas espelhavam a política nacional, mas também avançavam em pontos importantes em suas localidades, como, por exemplo, a Política Estadual de Cultura Viva do Ceará (Lei Estadual 16.602/2018¹¹) e da cidade de Niterói, no Rio de Janeiro (Lei Municipal 3347/2018¹²).

A partir de então, o mandato desenvolveu a minuta de um Projeto de Lei para fomentar a Cultura Viva em Belo Horizonte e iniciou um diálogo amplo, tanto para sensibilizar os demais parlamentares sobre a importância da implementação dessa política no Município, quanto para engajar o Poder Executivo e os grupos prioritários que seriam beneficiados. Nesses encontros abertos com os gestores municipais e com os agentes que teriam forte incidência na política (iniciativas socioculturais, comunidades tradicionais, juventudes, artistas e produtores), o texto do Projeto de Lei foi sendo aprimorado a partir de uma escuta ativa, ganhando legitimidade entre os agentes culturais locais.

Enquanto discutia publicamente o texto, a “Gabinetona” realizou uma segunda chamada que mapeou mais 198 (cento e noventa e oito) iniciativas e destinou o recurso de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a 15 (quinze) delas, totalizando mais de 500 (quinhentas) iniciativas culturais, sociais, ambientais e comunitárias mapeadas em Belo Horizonte em apenas dois anos.

Finalmente, o Projeto de Lei foi protocolado em julho de 2019 e tramitou pelas Comissões Temáticas da Câmara Municipal ao longo de um semestre, sendo aprovado em 1º turno, em março de 2020 – uma semana antes da pandemia de Covid-19 ser decretada oficialmente na cidade. A partir de então, todos os esforços se voltaram para o enfrentamento da crise sanitária, para garantir a segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais, incluir trabalhadores da cultura nos programas de renda básica, até a definição de parâmetros seguros para a retomada das atividades presenciais.

Tal excepcionalidade prejudicou a discussão do Projeto de Lei durante sua tramitação em 2º turno e comprometeu a mobilização que havia

11 Para acesso à íntegra da referida legislação acesse: <https://bel.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/6357-lei-n-16-602-de-05-07-18-d-o-05-07-18>. Acesso em: 30 mai. 2024.

12 Para acesso à íntegra da referida legislação, acesse: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2018/335/3347/lei-ordinaria-n-3347-2018-institui-a-politica-municipal-de-cultura-viva-destinada-a-promover-a-producao-e-a-difusao-da-cultura-e-o-acesso-aos-direitos-culturais-dos-diferentes-grupos-e-coletivos-e-da-outras-providencias#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Municipal%20de,coletivos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 30 mai. 2024.

em torno dele, pois o setor cultural do país estava se mobilizando pela aprovação das Leis Emergenciais da Cultura - “Lei Aldir Blanc”, “Lei Paulo Gustavo” e “Lei Aldir Blanc 2”.

É preciso reiterar que a pandemia comprometeu a tramitação da Lei Cultura Viva em Belo Horizonte, mas o mandato da vereadora Cida Falabella também articulou recursos públicos via emendas parlamentares de diversas origens, que garantiram o início da Política na cidade. Todas essas ações ocorreram durante o governo federal de Jair Bolsonaro, contando com a ajuda de servidores e técnicos federais dedicados a manter as políticas estruturantes conquistadas com empenho pelo setor cultural.

Em 2022 e 2023, recursos federais e municipais de três mandatos parlamentares somaram R\$1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), que foram destinados à Prefeitura de Belo Horizonte. A Prefeitura, por sua vez, selecionou 16 (dezesesseis) Pontos de Cultura por meio de um edital específico e repassou R\$103.585,00 (cento e três mil e quinhentos e oitenta e cinco reais) a cada um deles, para viabilizar o plano de trabalho apresentado.

Essa ação ajudou a retomar a mobilização pela aprovação do Projeto de Lei após a pandemia, quando a equipe do mandato retomou a estratégia de visitar iniciativas socioculturais de base comunitária. Em 2023, os assessores e assessoras estiveram em mais de 25 (vinte e cinco) Pontos de Cultura, o que contribuiu para uma compreensão maior da atuação destes Pontos, suas frentes de trabalho e para mapear essa teia de importantes ações consolidadas no território da cidade. A injeção dos recursos garantidos pela articulação da vereadora Cida Falabella, aliada ao trabalho de mobilização do mandato sobre a Política Cultura Viva nos anos anteriores e à articulação da própria rede no período da emergência cultural, criou um ambiente propício para a aprovação da Lei que Instituiu a Política Municipal Cultura Viva em Belo Horizonte, em junho de 2023. O projeto contou com amplo apoio dos Pontos de Cultura da cidade, com o aval do Governo e da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura, além de receber votos dos mais diversos campos ideológicos na Câmara Municipal.

Apenas quatro meses após a aprovação da Lei, Belo Horizonte realizou o primeiro Fórum e a primeira Teia da Rede de Pontos de Cultura da cidade. O encontro de três dias, realizado em um teatro municipal localizado dentro de um parque no centro da cidade, mesclou reflexões coletivas, debates

políticos, participação democrática e programação artístico-cultural. Durante o evento, foram eleitos os membros da Comissão Municipal Cultura Viva, que representa as iniciativas culturais na construção da política. Também foi discutido o desenho da regulamentação da Política que, neste momento, está em processo de análise junto à Procuradoria do Município. Até o momento de escrita do presente artigo, a Rede Cultura Viva de Belo Horizonte conta com 135 (cento e trinta e cinco) Pontos de Cultura e está em constante expansão e forte articulação.

Belo Horizonte é, portanto, a primeira capital no país a possuir uma Lei que institui a Política Municipal Cultura Viva. Todo o acúmulo desse processo, pautado em colaboração com a sociedade civil, subsidiou também a discussão em outros municípios e estados brasileiros, a exemplo da vizinha cidade de Contagem. Conforme o censo do IBGE de 2022, a cidade de Contagem possui uma população residente de 621.863 (seiscentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e três) pessoas e está localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em 2022, tornou-se a primeira cidade do Estado de Minas Gerais a instituir a Política Municipal de Cultura Viva por meio da Lei 5.244/2022¹³. Em Contagem, a autoria da Lei é do Poder Executivo, e coube à Secretaria Municipal de Cultura a articulação deste processo. A partir do acúmulo do trabalho conduzido pela equipe do mandato da vereadora Cida Falabella na capital, a Prefeitura aportou contribuições locais por meio da participação de seus agentes culturais, destacando-se os povos de terreiros, as irmandades do congado, as juventudes e os gestores dos cinco pontos de cultura reconhecidos na cidade à época.

O processo de aprovação da Lei Cultura Viva em Belo Horizonte e de implementação da Política Municipal Cultura Viva na cidade também teve desdobramentos na continuidade do trabalho do mandato da vereadora Cida Falabella. Em 2023, foi aprovada a Lei nº 11.616¹⁴, que institui o “Programa de Incentivo à Batalha de Rimas e MCs, ao Sarau e ao Slam” na cidade de Belo Horizonte. Construída em diálogo com coletivos culturais e juntamente com mandatos de outros vereadores, a referida Lei liga os princípios da Política Cultura Viva à cultura hip hop.

Em 2024, o programa “Arte da Saúde - Ateliê da Cidadania” também

13 Para acessar a legislação na íntegra acesse: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/contagem/lei-ordinaria/2022/525/5244/lei-ordinaria-n-5244-2022-estabelece-a-politica-municipal-cultura-viva-de-contagem>. Acesso em: 31 mai. 2024.

14 A legislação está disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2023/1162/11616/lei-ordinaria-n-11616-2023-institui-o-programa-municipal-de-incentivo-a-batalha-de-rimas-e-de-mcs-ao-sarau-e-ao-slam>. Acesso em: 23 jun. 2024.

se tornou Lei, garantindo o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial por meio de oficinas artísticas nos territórios. O programa age nas interfaces da cultura com a saúde mental há 30 anos e foi transformado em política pública permanente por meio da Lei nº 11.704/2024.¹⁵

Outro fator relevante para aprovação da Lei Cultura Viva em Belo Horizonte, sem dúvidas, foi a mudança positiva no cenário político do país, com a nova eleição do Presidente Lula, criador da Política Nacional Cultura Viva, que está sendo retomada agora pelo Ministério da Cultura do Brasil. O governo federal também garantiu recursos para a rede Cultura Viva da ordem de R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) nos próximos cinco anos, por meio da Política Nacional Aldir Blanc.

Nesse sentido, a experiência no Poder Legislativo vivida pelos autores deste artigo enquanto integrantes da equipe da vereadora Cida Falabella na Câmara Municipal de Belo Horizonte, amparada pelo setor cultural, pelos Pontos de Cultura e seus agentes, em interface e diálogo permanente com coletivos das comunidades tradicionais, do hip hop, da capoeira, do carnaval e da saúde mental, e em parceria constante com o Poder Executivo, contribui para vislumbrar a criação de uma política pública estruturante para a cultura da cidade, que seja capaz de assegurar diversos direitos culturais e sociais.

Cultura Viva se traduz, portanto, em uma política atenta e sensível aos segmentos da sociedade que são responsáveis pelo bem viver nas mais diferentes comunidades. Uma Política Pública Viva, como o seu próprio nome. O cenário para o seu florescimento no Brasil, em especial na capital de Minas Gerais, é muito promissor.

¹⁵ Lei que Institui o Programa Arte da Saúde disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/442257>. Acesso em: 23 jun. 2024.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

SILVA, M. C. A; TEIXEIRA, G. B. B. Cultura Viva das Gerais: a experiência democrática que consolidou a política municipal para Pontos de Cultura em Belo Horizonte e alguns de seus desdobramentos. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024.

Disponível em:

<https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. **Lei 11.561, de 03 de agosto 2023**. Institui a Política Municipal Cultura Viva. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2023/1157/11561/lei-ordinaria-n-11561-2023-institui-a-politica-municipal-cultura-viva>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

___. **Lei 11.616/2023**. Institui o Programa Municipal de Incentivo à Batalha de Rimas e de MCs, ao Sarau e ao Slam. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2023/1162/11616/lei-ordinaria-n-11616-2023-institui-o-programa-municipal-de-incentivo-a-batalha-de-rimas-e-de-mcs-ao-sarau-e-ao-slam>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

___. **Lei 11.704/2024**. Institui o Programa Arte da Saúde – Ateliê da Cidadania. Disponível em: <<https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/442257>>. Acesso: em 23 jun. 2024.

___. **Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Vereadora Cida Falabella. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://www.cmbh.mg.gov.br/vereadores/cida-falabella&sa=D&source=docs&ust=1719158401242847&usg=AOvVaw0EFptIZewPhwknohg5NhU3>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

___. **Muitas pela cidade que queremos** [vídeo institucional]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=klOoH_9ppsY&t=2s>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. **Lei Federal 13.018/2014**. Institui a Política Nacional de Cultura Viva

e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CENSO IBGE2022, Base de Dados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/belo-horizonte.html>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CAMPINAS. **Lei 15.089/2015**. Institui a política municipal de Cultura Viva. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2015/1509/15089/lei-ordinaria-n-15089-2015-institui-a-politica-municipal-de-cultura-viva-destinada-a-promover-a&sa=D&source=docs&ust=1719158401244174&usg=AOvVaw3-o-Z3v9x0GQqs8QCze53iE>>. Acesso em: 23. jun. 2024.

CEARÁ. **Lei 16.602, de 05 de julho de 2018**. Institui a Política Estadual Cultura Viva do Estado do Ceará. Disponível em: <<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/6357-lei-n-16-602-de-05-07-18-d-o-05-07-18>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

CONTAGEM. **Lei 5.244, de 31 de maio de 2022**. Estabelece a Política Municipal Cultura Viva de Contagem. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/contagem/lei-ordinaria/2022/525/5244/lei-ordinaria-n-5244-2022-estabelece-a-politica-municipal-cultura-viva-de-contagem>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

IBERCULTURA VIVA. **Programa IberCultura Viva**. Disponível em: <<https://iberculturaviva.org/o-programa/>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

MINASGERAIS. **Lei 22.944/2018**. Institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: <https://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2018/l22944_2018.html#:~:text=Institui%20o%20Sistema%20Estadual%20de,Viva%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 23 jun. 2024.

___ **Lei 24462/2023.** Dispõe sobre o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura – Descentra Cultura Minas Gerais e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/24462/2023/>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

NITERÓI. **Lei 3.347, de 25 de junho de 2018.** Institui a Política Municipal de Cultura Viva destinada a promover a produção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes grupos e coletivos, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2018/335/3347/lei-ordinaria-n-3347-2018-institui-a-politica-municipal-de-cultura-viva-destinada-a-promover-a-producao-e-a-difusao-da-cultura-e-o-acesso-aos-direitos-culturais-dos-diferentes-grupos-e-coletivos-e-da-outras-providencias#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Municipal%20de,coletivos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

TURINO, Célio. **Por todos os caminhos:** pontos de cultura na América Latina. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.



Ana Fraga (São Félix, BA)
Pátria Amada I
Performance e Instalação
São Félix, 2020
Foto: Walter Neto

RELATO DE EXPERIÊNCIA

PROGRAMA CULTURA VIVA: AVANÇOS E LIMITAÇÕES NO DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES

Joelma Cristina Silva Moreira Stella¹
Ricardo Silva Araujo²

RESUMO

Este artigo é um relato de experiência, e observa o diálogo entre agentes culturais e o Ministério da Cultura a partir do processo de cadastro do Ponto de Cultura Casa Candeeiro do Oeste no Programa Cultura Viva e de sua participação no edital Prêmio Sérgio Mamberti, premiação vinculada ao referido programa. Buscamos também observar a refundação do Ministério da Cultura, em 2023, e as ações retomadas direcionadas à política Cultura Viva.

*

Surgimento e interrupção do Programa Cultura Viva

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva foi criado pelo Ministério da Cultura (MinC) em julho de 2004, durante o primeiro mandato do presidente Lula no país (2002–2006). Na ocasião, o Ministério estava sob a gestão do então Ministro da Cultura Gilberto Gil. O programa surge para estimular e fortalecer as redes culturais do país, fomentando a sua estruturação e dando visibilidade para agentes culturais periféricos e dos interiores do Brasil. Entre outras ações, o programa institui a certificação de espaços culturais como Pontos e Pontões de Cultura, e dos sujeitos que mantêm essa rede ativa como Agentes Culturais.

O Programa Cultura Viva nasce como política inovadora, diante de um cenário político que até então privilegiava apenas o empresariado cultural. Ele inova ao inserir no debate cultural outras dimensões além da econômica: a representação simbólica e a participação e cidadania

¹ Doutoranda no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade IHAC/UFBA. Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: jcsmstella@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0346306060659424>

² Mestrando no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade IHAC/UFBA. Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal da Bahia (2021). E-mail: araujo.ricardo@ufba.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7112859737902568>

(Santos, 2011, p. 167). O Programa abre espaço para que iniciativas culturais comunitárias recebam melhorias estruturais e formativas que contribuem para a formação cidadã e política dos sujeitos.

[...] um movimento estratégico de interação e repactuação social e política. O programa promove e possibilita, em larga escala, o encontro entre a população de baixa renda e outra parcela que, acuada pela insegurança, filha da enorme desigualdade social, tem hoje mais acesso à universidade, a serviços e bens culturais. (Brasil, 2004, p. 11)

A nova perspectiva de política cultural apresentada pelo Programa Cultura Viva nos permite ultrapassar o que estava até então posto como cultura e arte, e que era majoritariamente representado nas galerias, nos teatros e nos demais espaços culturais. Não por acaso, esses espaços tradicionais se concentram nos centros e nos ditos “bairros nobres” das metrópoles. Partindo de uma perspectiva idealizada do que seria o programa, o Cultura Viva pode ser compreendido como uma política que reivindica o direito das populações postas à margem de ter os seus direitos culturais reconhecidos e validados.

Nesse contexto, uma política cultural que seja realmente pública cumpre o papel fundamental de frear a ideologia dominante, promovendo alternativas de apresentação e representação dos grupos renegados pelo Estado e pelo mercado [...]. (Santos, 2011, p.157)

Quando o Programa Cultura Viva foi instituído foram elaboradas normativas que estabeleciam quais organizações poderiam se cadastrar para fazer parte das suas ações. Elas servem tanto para realizar o mapeamento dos Pontos de Cultura no território nacional quanto para que esses espaços possam receber a certificação, que pode ocorrer em nível federal, estadual e municipal.

Para ser proponente do projeto, de acordo com o edital publicado pelo MinC em julho de 2004, devem ser consideradas organizações e/ou instituições que desenvolvam ações de caráter social e cultural, sem fins lucrativos e legalmente constituídas. A abrangência de organizações favorecidas pelo edital nos parece ser mais um dos diferenciais desse programa, na medida em que não restringe o acesso a algumas poucas fundações e institutos com estruturas burocratizadas que levam imensas vantagens na submissão de projetos a outros programas do Ministério. (Santos, 2011, p.169)

Essas normas e sua aplicabilidade, bem como demais aspectos, têm passado por transformações e revisões ao longo desses vinte anos de Programa Cultura Viva celebrados em julho de 2024. Seria utópico pensar que uma política que surge para mapear redes culturais em um país continental e diverso como o Brasil, e com um histórico político complexo, não viesse a enfrentar desafios igualmente grandiosos. Mas a sua permanência ao longo de duas décadas, em meio a grandes turbulências na política nacional, demonstra a potência do programa e das redes comunitárias de cultura.

Retomada do MinC

Criado em março de 1985, durante a presidência de José Sarney (1985-1990), o Ministério da Cultura foi parte fundamental do processo de transição democrática pós-ditadura militar. Até o ano de 2019, trinta pessoas ocuparam o cargo máximo de ministro, dentre eles 25 homens e cinco mulheres (Moreira; Spalda, 2022, p. 34). Durante os quatro anos do governo Bolsonaro (2019-2022), o Ministério da Cultura foi extinto. A pasta da cultura foi reduzida a uma secretaria, vinculada inicialmente ao Ministério da Cidadania, e sendo posteriormente remanejada para o Ministério do Turismo. Com a eleição do presidente Lula em 2022 para o seu terceiro mandato, o Ministério da Cultura foi restituído, e a pasta foi assumida pela atual Ministra da Cultura Margareth Menezes. A restauração do Ministério abre um cenário de esperança e retomada, que promete movimentar a economia da cultura após a gestão de extrema direita ultraconservadora, que não mediu esforços para dificultar a geração de emprego e renda para os trabalhadores da cultura. É nesse contexto que surgem os editais vinculados ao Programa Cultura Viva lançados ainda em 2023 pelo MinC.

O Prêmio Sérgio Mamberti de Cultura Viva foi publicado no dia 31 de agosto de 2023, dividido entre as seguintes categorias: Prêmio Culturas Populares e Tradicionais Mestre Lucindo, Prêmio Culturas Indígenas – Vovó Bernardina, Prêmio Diversidade Cultural e Prêmio Pontos de Cultura Viva. Ao todo, eles previam a seleção de 117 propostas culturais. Além dessas premiações agrupadas pelo edital, também foram lançados no mesmo período o Prêmio de Fomento a Pontos de Cultura e o Prêmio Cultura Viva Construção Nacional do Hip Hop.

Os prêmios contemplaram iniciativas de todas as regiões do país, tendo ocorrido inclusive a prorrogação de prazos no edital de Pontões, para que houvesse de fato uma distribuição equitativa dos prêmios. Esse processo de retomada do Cultura Viva a partir das premiações e a implementação de editais direcionados para campos específicos, como o Hip Hop, é um respiro bem-vindo para um segmento de trabalhadores da cultura que faz um trabalho de base e transversal. Além do aspecto cultural, os Pontos e Pontões de Cultura, bem como os agentes que atuam nesses espaços, são fundamentais para a educação e para o cuidado comunitário e coletivo.

Sabemos que, em momentos sombrios e de ausência do poder público, são os movimentos sociais coletivos, dos quais consideramos parte os Pontos de Cultura, os responsáveis pelo cuidado com os sujeitos e seus territórios. São também os trabalhadores da cultura que atuam em territórios comunitários, possivelmente, os primeiros a perderem renda se dependerem economicamente apenas do trabalho que desenvolvem nesses espaços.

Porém, apesar da bem-vinda retomada das ações de fomento aos Pontos de Cultura do país, os processos burocráticos fundamentais para a implementação e fiscalização da lei poderiam ser melhorados. Tratando especificamente do processo interno de cadastro da Casa Candeeiro do Oeste para obtenção do certificado nacional de Ponto de Cultura, e da sua participação no Prêmio Sérgio Mamberti, as idas e vindas burocráticas foram um grande entrave no caminho. A falta de comunicação efetiva e simplificada por parte do setor do MinC responsável pelo Cultura Viva também atrapalhou significativamente o processo interno do grupo para a certificação.

Entre a certificação e a documentação para o edital Sérgio Mamberti havia muitas repetições. O envio de documentos similares, tanto na plataforma oficial de cadastro de Pontos de Cultura, quanto para o edital, por exemplo, gerou confusão no diálogo e organização dos documentos junto ao coletivo gestor da Casa Candeeiro do Oeste. Algumas integrantes desconfiam e ficam receosas de assinar muitas declarações e documentos para órgãos governamentais. Há uma falta de fé no poder público, baseada na cultura de corrupção, e o medo de perder benefícios como o Bolsa Família, que garantem parte significativa do sustento de muitas mulheres que organizam as atividades do Ponto de Cultura. Acaba sendo necessário

realizar um trabalho educacional de base através de assembleias e debates, para conseguir conscientizar o coletivo da necessidade de assinar tantos documentos, e acalmar os ânimos e os medos de quem está habituado a ser privado do básico. Desse modo, mesmo havendo hoje integrantes capacitadas para lidar com burocracias e políticas públicas, os trâmites longos e o pouco diálogo com as instituições atrapalham o trabalho dessas agentes junto às comunidades em que estão inseridas.

Não é aceitável, por exemplo, que, após a sinalização da ausência de um documento por e-mail, o MinC demore dois meses para responder o que deve ser feito para sanar a questão. Nem que se use a justificativa de que toda a equipe estava ocupada na tratativa do Prêmio Sérgio Mamberti, como aconteceu no diálogo da Casa Candeeiro com o Ministério. Não consideramos que o nosso seja um caso isolado. Basta observar os comentários nas publicações do MinC sobre ações do Programa Cultura Viva em redes sociais como o Instagram. Na publicação do dia 19 de junho de 2024, que informa sobre as inscrições para participar do encontro Cultura Viva 20 anos, ainda é possível encontrar comentários de agentes culturais questionando sobre a falta de comunicação e a demora no pagamento do prêmio Sérgio Mamberti. O resultado final do prêmio foi publicado no Diário Oficial da União em abril de 2024. Ao todo, foram habilitadas 1.030 iniciativas para receber os R\$ 30 mil de prêmio previstos.

Para sanar esses ruídos e otimizar os processos, é necessário estabelecer meios de comunicação realmente efetivos, que deem conta de dialogar com a população e dar retorno eficiente às suas demandas. Até mesmo aquelas criadas pelo próprio programa Cultura Viva, em que as comunidades se organizam para responder satisfatoriamente, o que muitas vezes exige movimentos de articulação em rede que demandam esforços que não parecem ser considerados. Isso se observarmos a aparente falta de atenção e cuidado por parte das instâncias governamentais no diálogo com a comunidade.

A única peça de comunicação que parece não ser negligenciada são as publicações em redes sociais. Sabemos que elas são um mecanismo eficiente para entrega de informações importantes para a população e, também, para a construção do *marketing* institucional do Ministério, mas não deveriam ser o centro do diálogo com os fazedores de cultura. Um diálogo que até ali acaba sendo falho, primeiro porque certamente é inviável

responder a todas as cobranças que chegam através de comentários e mensagens, segundo porque se adota a postura de evitar assuntos difíceis na hora de responder publicamente em rede à população.

O plano de comunicação aplicado pelo MinC parece mais preocupado em vender uma imagem midiática positiva nas redes sociais do que em estabelecer mecanismos de comunicação eficazes entre poder público e trabalhadores da cultura, o que deveria ser realmente a prioridade nesse processo de retomada. *Marketing* digital é importante e necessário, mas não deveria se sobrepor às demandas reais atreladas ao diálogo e à aplicação de políticas públicas. Especialmente quando se trata de se comunicar com agentes culturais que atuam na linha de frente da cultura popular e comunitária, essencial para a formação de bases educacionais, culturais e políticas no país.

A certificação da Casa Candeeiro do Oeste como Ponto de Cultura

A Casa Candeeiro do Oeste é um Ponto de Cultura que realiza atividades integradas nas áreas de memória e cultura popular, patrimônio, leitura e economia solidária. A Casa fica localizada no município de Sítio do Mato, Bahia.

Sítio do Mato é uma cidade ribeirinha margeada por dois rios: o Corrente e o São Francisco. Segundo o IBGE, a população estimada para o município em 2021 é de 13.104 mil habitantes, com densidade demográfica de 6,88 habitantes por km² e com renda per capita média de 1,4 salários-mínimos por habitante, ocupando o 381º lugar entre os 417 municípios da Bahia, em distribuição de renda. (Stella, 2023, p. 20)

Consideramos 1999 como ano de fundação da Casa Candeeiro do Oeste, mesmo que ela só tenha recebido esse nome em 2019, vinte anos depois, e que tenha sido compreendida como Ponto de Cultura pelas suas gestoras no mesmo período.

A Casa Candeeiro do Oeste é um espaço cultural que fica na sede urbana do município [...]. O espaço foi certificado pelo Estado da Bahia como Ponto de Cultura no ano de 2020, e é resultado de um movimento iniciado vinte anos antes, em 1999, encabeçado por um grupo de mulheres artesãs, engajadas na busca por direitos sociais e culturais para a comunidade. (Severino *et al*, 2023, p. 95)

As atividades da Casa, assim como de tantos outros espaços de cultura pelo país, começaram a partir da iniciativa de um grupo de pessoas, que buscava suprir lacunas transversais na luta por direito à qualidade coletiva de vida que passa por educação, cultura, saúde e renda. A partir da movimentação político-social do grupo, e também do acesso a políticas públicas de fomento à igualdade social, foi possível que pessoas que cresceram frequentando a Casa Candeeiro chegassem a espaços de poder como a universidade. A partir desses lugares, adquiriram o conhecimento necessário para a regulamentação e busca pela certificação do espaço como Ponto de Cultura.

Um fator importante para a consolidação do Ponto de Cultura como espaço de mediação e gestão do patrimônio cultural no município foi o ingresso de algumas das integrantes da segunda geração do coletivo de mulheres na universidade [...]. O ingresso das integrantes do coletivo na universidade foi possível graças à ampliação do acesso ao ensino superior realizada por políticas públicas do Ministério da Educação, como o Programa Universidade para Todos (ProUni/2004), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies/1999) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni/2007). (Severino *et al*, 2023, p. 100-101)

Em 2020, em decorrência da pandemia da SARS-CoV-2, popularmente conhecida como Coronavírus ou Covid-19, foi implementada a Lei Federal nº 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc (LAB). De autoria da deputada federal Benedita da Silva (PT), ela estabeleceu uma série de medidas emergenciais para o setor cultural e criativo, que já vinha sofrendo com o desmonte do MinC pelo governo Bolsonaro, e que foi fortemente impactado pela pandemia. A partir da implementação dos recursos da Lei Aldir Blanc na Bahia, a Secretaria de Cultura do Estado abriu um processo de certificação simplificada para Pontos e Pontões de Cultura baianos.

A Lei nº 14.017, conhecida como Lei Aldir Blanc, promulgada em 29 de junho de 2020, “dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”, com a finalidade de prestar auxílio emergencial à classe artística brasileira diante do cenário pandêmico ocasionado pelo COVID-19. A partir da Lei, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, lançou sete editais ligados às suas unidades vinculadas [...]. A Casa Candeeiro foi contemplada com cinco projetos nos editais Aldir Blanc Bahia. (Stella, 2021, p. 67)

A Casa Candeeiro do Oeste foi reconhecida como Ponto de Cultura na primeira chamada do processo de certificação, e foi um dos seis Pontos de Cultura premiados pelo Prêmio Cultura Viva no território do Velho Chico. O processo de certificação simplificada implementado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, em decorrência do contexto pandêmico, facilitou o envio da documentação necessária para obtenção do certificado na época. Mas não só isso, também facilitou o entendimento das integrantes mais velhas, fundadoras do coletivo gestor do Ponto de Cultura, dos trâmites burocráticos necessários para a certificação e da importância da realização do cadastro junto à Secretaria. Finalmente, em 24 de junho de 2024, noite de São João, e após quase um ano do início do processo, a Casa Candeeiro finalmente recebeu o certificado nacional como Ponto de Cultura pelo MinC.

Considerações finais

É redundante, porém necessário, dizer que, mesmo com todo o avanço alcançado no campo das políticas culturais com a criação do programa Cultura Viva, ainda há bastante trabalho a se fazer. Principalmente para garantir os direitos daqueles que trabalham com cultura comunitária. Os processos ainda parecem ser mais burocráticos e desgastantes do que deveriam, e o acompanhamento e suporte dado aos Pontos de Cultura e seus gestores também têm sido instáveis ao longo dos anos. Sabemos que houve períodos nefastos na política nacional recente, e que é preciso um trabalho árduo e constante para recuperar o que se perdeu. Avançar nas políticas culturais, que já necessitavam de melhorias mesmo antes do governo Bolsonaro, é um grande desafio.

Porém, parece não haver investimento em ampliação de equipe, quando se trata do setor responsável pelo Programa Cultura Viva no MinC, o que resulta em editais confusos e demorados, má comunicação e longa espera para recebimento dos prêmios e respostas de e-mails. Não deveria ser admissível que um agente cultural, vinculado a um Ponto de Cultura, precisasse aguardar meses para obter uma informação pelo canal oficial de comunicação do Ministério com o segmento.

É preciso investir mais em pessoal e otimizar os processos de comunicação que seguem desgastados e, por vezes, confusos. Canais

efêmeros como as redes sociais funcionam bem para comunicar fatos, prazos e datas, além de noticiar ações e divulgar informações. Mas não ajudam a fortalecer o diálogo com os Pontos de Cultura ou com os agentes culturais que os representam.

É possível que a chamada para Agentes Culturais Territoriais lançada pelo MinC, bem como o Concurso Nacional Unificado (CNU), somados aos encontros promovidos pelo Ministério com representantes de Pontos e Pontões e às atividades em comemoração aos vinte anos do Programa Cultura Viva, contribuam para a aproximação do setor com o poder público. Isso traria melhorias no diálogo e na elaboração de ações em rede.

Também compreendemos a dificuldade de restabelecer um Ministério extinto e de colocar em prática múltiplas iniciativas de retomada das políticas culturais no país. Por isso, é aceitável toda e qualquer dificuldade que surja ao longo do processo. Porém, não podemos deixar de manifestar um certo incômodo ao observar que ações que priorizam outros segmentos da cultura parecem caminhar com mais segurança. É o caso, por exemplo, das atualizações na Lei Rouanet e das normativas da Ancine, que têm sido revisadas e fortalecidas desde a retomada do Ministério. São políticas que atendem ao fundamental mercado da cultura, mas que ainda passam distante da maioria dos espaços culturais em comunidades. Esperamos que, nos próximos anos, os múltiplos campos da cultura vinculados ao MinC recebam investimentos, tratativa e diálogo equitativos. E que o Programa Cultura Viva, as culturas comunitárias, os pequenos produtores e a educação de base coletiva que se dá nesses espaços sejam valorizados e respeitados para que possamos celebrar 40 anos e mais de construção de redes e de pequenas grandes revoluções sociais.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

STELLA, Joelma; ARAÚJO, Ricardo Silva. Programa Cultura Viva: avanços e limitações no diálogo com as comunidades. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024.

Disponível em:

<https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

MOREIRA, Rafael; SPALDA, Lincoln. **O Fim do Ministério da Cultura**: Reflexões sobre as Políticas Culturais na Era Pós-MinC. Santos: Editora Imaginário Coletivo, 2022.

SANTOS, Eduardo G. dos. **Formulação de Políticas Culturais**: As leis de incentivo e Programa Cultura Viva. In: **Pontos de cultura**: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011. p. 155-178.

SEVERINO, José Roberto; PESSOA, Nara; STELLA, Joelma. Gestão em patrimônio cultural. A experiência da Casa Candeeiro do Oeste. In: **PragMATIZES**. Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura. Niterói/RJ, ano 13, n. 25, 2023, p. 80-106. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/issue/view/2862/880>. Acesso em 22 jun. 2024.

STELLA, Joelma. Memória Coletiva - Um relato sobre a aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc no Ponto de Cultura Casa Candeeiro do Oeste. In: **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**. Vol. 94, n. 02. 2021, p. 64-75. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2021/11/BoletimV94N02Nov2021.pdf> Acesso em 22 jun. 2024.

STELLA, Joelma. **Meu Avô Imaginou uma Festa**: O surgimento de uma tradição e suas transformações no tempo [dissertação]. Pós Cultura, Repositório UFBA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37962>. Acesso em 22 jun. 2024.



Pedro Marighella (Salvador, BA)

Templo

Acrílico sobre tela

Pintura realizada a partir de coreografia da música "Fique Fraca" de Malafaia (esq.)

Pintura realizada a partir do vídeo "Eu acredito em fadas, vocês acreditam" de Gislaine (dir.)

Salvador, BA, 2021

Foto: Ilan Iglesias

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA RESISTÊNCIA CULTURAL À TRANSFORMAÇÃO COMUNITÁRIA: A JORNADA DO SARAU DA QUEBRADA

Neri Silvestre¹

Em 1995, regressei à escola aos 28 anos de idade depois de muitos anos da evasão, para cursar o primeiro ano do supletivo do Segundo Grau na EEPG Generoso Alves de Siqueira, em Santo André, SP. Junto com outros colegas, criamos a chapa União e Força e chegamos à presidência do Grêmio da Escola, onde organizamos o primeiro fanzine da escola, chamado Macunaímico. A publicação contava com diversos colunistas dos corpos docente e discente e durou exatos três anos. Promovemos campeonatos de futebol masculino e feminino dentro da escola e criamos a Rádio Macunaímico, que tinha programação nos três períodos. Organizamos ainda uma série de encontros para defender o petróleo, na campanha “O Petróleo é Nosso”, atuamos contra a municipalização da educação e defendemos o passe livre. Assim começou a minha saga na luta pelas políticas públicas.

Em julho de 2009, uma simples plaquinha em um espaço da prefeitura de São Caetano despertou um interesse ardente em mim, ao anunciar dois encontros para debater os editais do programa Cultura Viva. Aquilo foi o ponto de partida para uma jornada extraordinária que moldaria não apenas minha vida, mas também a comunidade em que vivo.

Residindo no conjunto habitacional do CDHU, testemunhei de perto as árduas lutas por moradia que marcaram o ABC. Nomes como Seu Francisco, Dona Luzia, Maria, Nunuca, Seu Benjamim, Rose e tantos outros se destacaram nessa batalha. Era uma época de resistência, paralisações e reivindicações, mas também de solidariedade e determinação.

Compartilhei a notícia dos encontros com minha companheira e decidimos buscar orientação junto à presidenta da associação de moradores do Jardim Santo André, Maria, e à nossa amiga pedagoga, Carla. Unidos, iniciamos uma jornada de descoberta que nos levou aos

¹ Produtor cultural, articulador e gestor cultural, guia de turismo, cozinheiro e poeta. E-mail: npolitical@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7470543068712101>

encontros em São Caetano do Sul, onde fomos apresentados ao vasto universo dos pontos de cultura e da cultura viva.

De volta ao Jardim Santo André, reunimos forças e fundamos o Ponto de Cultura Mistura e Gingada, uma fusão entre capoeira e hip-hop, enraizada nas tradições culturais do nosso bairro. O anúncio de que fomos contemplados pelo edital de pontos de cultura foi um marco, lançando-nos em uma jornada repleta de desafios e conquistas.

Assumimos diferentes papéis, desde a gestão até a educação, e passamos a articular redes, promover atividades culturais e estabelecer diálogos com a comunidade local, com o Sesc e a Prefeitura. A participação em eventos, como a Teia de Guarulhos e a Teia Nacional em Fortaleza, Cultura Viva Comunitária na Bolívia e a Terceira Conferência Nacional de Cultura, em 2013, expandiu nossos horizontes e fortaleceu nossa atuação.

O Ponto de Cultura Mistura e Gingada tornou-se um símbolo de resistência e transformação em nossa comunidade, impulsionando iniciativas como o Sarau na Quebrada, um evento que ocorre até os dias atuais, necessariamente toda última sexta-feira do mês. Localizado na região do Jardim Santo André, em Santo André, o sarau tem sido um espaço de resistência e celebração da diversidade cultural das periferias do ABC. Desde o seu surgimento, no ano de 2011, buscamos desmistificar as questões que permeiam nossas comunidades, ao mesmo tempo em que buscamos melhorar nossa renda e destacar as potencialidades das quebradas locais.

Em 2014, ao sermos contemplados com vagas nos cursos de Gestão Cultural do Sesc SP, alcançamos um novo patamar de desenvolvimento. Em 2023, em parceria com o Sesc Santo André e a Secretaria de Cultura de Santo André, inauguramos oficialmente o Turismo de Base Comunitária. Esta ideia nasceu da colaboração entre o Coletivo Sarau na Quebrada, a Bateria Ritimonstro (que anima os jogos do time de futebol de várzea Vila Suíça), a diretoria da associação dos moradores do conjunto habitacional do Jardim Santo André e os diretores da Sociedade Esportiva Vila Suíça. Além disso, outras articulações pela cidade e pelo território foram realizadas para promover ações de turismo.

Essa iniciativa não apenas fortaleceu nossos laços comunitários, mas também proporcionou uma oportunidade para gerar renda e trabalho localmente, enquanto fomenta a diversidade cultural da região.

Os moradores e moradoras assumiram papéis de destaque, realizando oficinas culinárias, compartilhando relatos de suas experiências locais e promovendo atividades artísticas.

O turismo de base comunitária não é apenas uma forma de atrair visitantes para nossas quebradas; é também uma oportunidade de mostrar ao mundo as riquezas e os talentos que residem em nossas comunidades. Nossa jornada no Sarau na Quebrada tem sido marcada por desafios e conquistas e é um legado do Cultura Viva.

Continuamos comprometidos em fortalecer os laços comunitários, celebrar nossa diversidade cultural e abrir portas para novas possibilidades. O Sarau na Quebrada é mais do que um evento mensal; é um espaço de criatividade, resistência e esperança em meio às adversidades. Esperamos que nossa experiência inspire outros a transformar suas comunidades e a si mesmos, porque é somente por meio da luta coletiva que podemos construir um mundo justo e mais igual.

O meu relato dos 20 anos da Política Nacional de Cultura Viva busca não apenas celebrar, mas também fortalecer a rede de Cultura Viva aqui no meu bairro e no Brasil. Por meio de diálogos e de interações estéticas, espero promover uma cultura sustentável, inclusiva e que valorize a diversidade cultural no meu território e em todo o país.

COMO CITAR ESSE RELATO

SILVESTRI, Neri. Da resistência cultural à transformação comunitária: a jornada do Sarau na Quebrada. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].



Alex Oliveira (Jequié, BA)
Fotoperformance Popular
Fotoperformance e Intervenção Urbana
Uberlândia, MG, 2019
Fotos: Alex Oliveira (esq. e dir.) e Mariana Guerron (centro)

BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA CULTURA VIVA E AS EXPERIÊNCIAS DO PONTO DE CULTURA MOVIMENTO CONDOR NORDESTINO EM CORDEIROS/BA

Alyson Cavalcanti de Oliveira Damasceno¹

Yan Roberto Santos de Oliveira²

RESUMO

O presente trabalho é fruto das experiências do Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino em Cordeiros/BA, nas quais buscamos discorrer sobre a atuação do Movimento no sudoeste do Estado da Bahia, bem como analisar a conjuntura de implementação do Programa Cultura Viva no país.

Introdução

Em seus quase 20 anos de existência, o Programa Cultura Viva tem sido um marco de avanços significativos no campo cultural brasileiro, tornando-se uma referência e modelo de política cultural em escala internacional, especialmente na América Latina. Instituído pelo então ministro da Cultura, Gilberto Gil, e seu sucessor Juca Ferreira, o Cultura Viva foi implementado em um contexto de profundas mudanças políticas, sociais e econômicas durante o primeiro mandato do governo Lula. O MinC buscava uma política cultural sólida e multifacetada, que abandonasse as tristes tradições (RUBIM, 2011) e fosse capaz de estimular e fomentar as mais variadas linguagens, expressões e manifestações culturais do país, por meio de um “do-in antropológico”.

O objetivo do Cultura Viva, através desse “do-in”, era promover a diversidade cultural brasileira a partir de iniciativas culturais comunitárias, focando especialmente nas comunidades marginalizadas, periféricas e rurais. A estratégia envolvia a criação de Pontos de Cultura, que seriam

¹ Especialista em Políticas e Gestão Cultural, CECULT, UFRB. Bacharel em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Presidente do Conselho de Política Cultural de Cordeiros/BA. Membro do Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino. E-mail: aldamasceno02@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3340489551677088>

² Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduando em Bacharelado em Direito pela Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). Diretor do Museu Professora Noêmia Lourenço da Silva (Itinerante e Virtual). Coordenador Geral do Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino. E-mail: historyan.roberto@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0470259417248740>

núcleos de produção, articulação e disseminação de atividades culturais, promovendo a inclusão social e a cidadania cultural em todo o Brasil. Os Pontos de Cultura desempenham um papel crucial na luta pelos direitos culturais, sendo essenciais para o fortalecimento das culturas locais. A ideia central é que esses pontos articulem uma rede com grande número de agentes culturais em um município ou território, estimulando a participação comunitária e a valorização das tradições populares, ao mesmo tempo em que promovem a inovação e a experimentação artística.

20 anos do Programa Cultura Viva

Durante esses 20 anos, houve numerosos avanços na luta pelos direitos culturais, pelo acesso à cultura e pelas inovações artísticas em todo o país. Os Pontos de Cultura se tornaram referências sólidas de democratização cultural, capazes de alcançar amplamente um grande público em locais historicamente desprovidos de políticas culturais. Embora o Programa Cultura Viva tenha obtido sucesso através dos seus Pontos de Cultura, foi necessário realizar aperfeiçoamentos e adaptações ao longo dos anos para criar processos mais simplificados e menos burocráticos, tanto na implementação de novos Pontos, quanto na gestão dos Pontos já existentes, especialmente na prestação de contas dos projetos apoiados. Dessa forma, em 2014, durante o governo Dilma, o Programa Cultura Viva, em busca dessa simplificação e da longevidade das ações, tornou-se uma Política de Estado, passando a ser conhecido como Política Nacional Cultura Viva.

Com maior capilaridade e estabilidade garantidas, a Política Nacional Cultura Viva passou a integrar cada vez mais a vida da população brasileira, com mais ações e mais Pontos de Cultura instalados ao longo dos anos. Apesar das inúmeras instabilidades políticas que se seguiram em 2016 e 2018, com o impeachment da então Presidente Dilma e a eleição de Bolsonaro, que sucateou os avanços no campo cultural, e da pandemia de Covid-19, as ações culturais continuaram. Isso se deve ao esforço da população, dos fazedores de cultura, artistas e servidores de carreira, além da certificação de novos Pontos de Cultura garantida pela transformação do Cultura Viva em uma Política de Estado, e pelas leis emergenciais de apoio à cultura (Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo).

Em 2024, em um cenário político mais promissor para o campo da cultura e com a retomada do Ministério da Cultura em um novo Governo Lula, o Cultura Viva completa duas décadas de avanços significativos. Atualmente, a Política Nacional de Cultura Viva conta com mais de 5 mil Pontos de Cultura certificados em mais de 1.400 municípios brasileiros. Com essa retomada, novos editais foram lançados, destacando-se o Edital Cultura Viva Sérgio Mamberti, que em 2023 selecionou 1.117 iniciativas culturais, totalizando um investimento de 33 milhões de reais em projetos de valorização das culturas populares e indígenas, dentre outros. Além disso, os editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) destinarão R\$1,6 bilhões para a Política Nacional Cultura Viva pelos próximos cinco anos.

Essas novas possibilidades para o Cultura Viva irão potencializar ainda mais a sua capilaridade e fortalecerão novas e atuais atividades promovidas pelos Pontos de Cultura, em especial aqueles que estão localizados no Brasil profundo, como o Ponto de Cultura Movimento Condor Nordeste, certificado em 2020.

Breve histórico da atuação do Ponto de Cultura Movimento Condor Nordeste em Cordeiros/BA

A cidade de Cordeiros está situada no território de identidade do sudoeste baiano, no estado da Bahia. Possui cerca de 7.546 habitantes e uma área de 523,640 km², segundo dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade está localizada a aproximadamente 662 km de distância da capital do estado, Salvador.

O município é marcado por uma rica diversidade cultural expressa em diversas linguagens, como música, artes visuais, artesanato, literatura, cultura popular e saberes tradicionais. Nesse contexto cultural vibrante, nasceu em 6 de janeiro de 2020 o Movimento Condor Nordeste, idealizado por Ângela Dias e Yan Roberto. Este coletivo visa reunir, valorizar, difundir e promover as artes locais. O Movimento atua em diversas áreas ligadas à cultura nordestina, promovendo a conscientização ambiental, cultural, artística, educacional e social na região.

A escolha desse nome faz alusão ao Condoreirismo Romântico do século XVIII e está metaforicamente relacionada à liberdade da ave condor, símbolo da Cordilheira dos Andes. O condoreirismo representou um

período histórico na Literatura, quando os escritores libertários se livraram de um estigma melancólico e passaram a uma posição denunciatória. Suas principais características foram a liberdade poética, busca da justiça e da identidade nacional, temas abolicionistas e republicanos, libertação do egocentrismo e poesia social.

O movimento possui oito eixos, intitulados núcleos temáticos, sendo estes os seguintes: a) Núcleo 01 - Literatura Nordestina e Brasileira; b) Núcleo 02 - Artes Visuais; c) Núcleo 03 - Música; d) Núcleo 04 - Teatro e Dança; e) Núcleo 05 - Educação; f) Núcleo 06 - Diversidade e Inclusão; g) Núcleo 07 - Meio Ambiente; e h) Núcleo 08 - Comunicação.

Atualmente, o movimento é composto por 24 (vinte e quatro) membros, incluindo pessoas negras e pardas, com deficiência e LGBTQIA+. Em 16 de novembro de 2020, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT/BA), por meio da Diretoria de Cidadania Cultural (DCC) da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (SUDECULT), certificou o coletivo como Ponto de Cultura. Em 21 de agosto de 2023, o Ministério da Cultura (MINC), por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), reconheceu o Movimento Condor Nordestino como Ponto de Cultura, via plataforma da Rede Cultura Viva, conforme a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 (Política Nacional de Cultura Viva), e a Instrução Normativa do MinC nº 08, de 11 de maio de 2016.

O Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino desenvolve ações culturais e educativas, como feiras culturais, cine-debates, encontros literários e poéticos, mesas redondas temáticas, oficinas de teatro e dança, projeto Juventude Conectada, oficinas de elaboração de projetos culturais, reforço para o ENEM, dentre outras atividades.

Diante da ativa atuação do coletivo cultural, em 26 de abril de 2024, o Ponto de Cultura recebeu Moção de Aplausos e Reconhecimento pelo trabalho cultural desenvolvido no município de Cordeiros/BA, do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, em plenária itinerante realizada na cidade de Vitória da Conquista/BA. No mesmo ano e mês, no dia 6, o Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino foi condecorado pela administração municipal pelo Projeto Cordeirense Destaque em Cidadania, homenagem realizada como parte da programação do aniversário de 63 anos de emancipação política da cidade de Cordeiros/BA.

As figuras 01 e 02 (dispostas abaixo) retratam momentos do I

Encontro da Geração Condoreira, que ocorreu em 24 de janeiro de 2020, na Biblioteca Municipal de Cordeiros/BA. Foi uma atividade riquíssima que contou com exposição, palco aberto para os cantores locais e debates culturais. Cabe destacar também uma das principais ações realizadas pelo Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino, os cine-debates (figuras 03 e 04), que são organizados mensalmente pela coordenação e visam promover o debate cultural-social. As sessões de exibição são realizadas em associações comunitárias e em escolas do campo de Cordeiros/BA, possibilitando o diálogo envolvendo cinema e a reflexão sobre questões sociais como saúde mental, fome, pobreza, democracia, racismo, machismo, feminismo, diversidade, pessoas com deficiência, dentre outras pautas que são abordadas com o público dessa ação, que contempla desde as crianças aos adultos.

Imagens 1 e 2 - Encontro da Geração Condoreira (2020)



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Imagens 3 e 4 - Encontro da Geração Condoreira (2020)

Fonte: Acervo dos autores (2022)

Como uma iniciativa do Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino, o Projeto Juventude Conectada se destacou durante a pandemia, convidando artistas e profissionais locais de diversas áreas para apresentarem lives temáticas. Essas lives promoveram debates sobre arte, cultura e saúde para os cordeirenses e seguidores através da fanpage do Ponto no Facebook. O objetivo da atividade foi arrecadar agasalhos para adultos e crianças, beneficiando a Sociedade São Vicente de Paulo em Cordeiros/BA e o Lar da Misericórdia em Vitória da Conquista/BA, resultando em uma arrecadação expressiva.

Ademais, o Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino, em parceria com o Ponto de Memória Museu Virtual Professora Noêmia Lourenço, realizou nos dias 08 e 14 de outubro de 2024 o Curso de Elaboração de Projetos Culturais em formato online, com enfoque na Lei Paulo Gustavo. O curso contou com mais de 50 participantes de diversos territórios de identidade da Bahia. Ministrado por Thaís Pimenta, da SECULT/BA, e Yan Roberto, coordenador do Ponto de Cultura Condor Nordestino.

Considerações finais

Assim, o Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino tem um impacto expressivo no município de Cordeiros/BA e na região do sudoeste baiano. Através de suas diversas iniciativas culturais, educativas e sociais, o coletivo promove a valorização e preservação das tradições nordestinas, ao mesmo tempo que incentiva a diversidade e a inclusão social. Dessa forma, contribui para a criação de uma sociedade mais inclusiva e participativa. Em 2024, a comemoração dos 20 anos da Lei da Cultura Viva celebra as conquistas culturais dessas organizações, que demonstram o poder da cultura em transformar vidas e comunidades.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

DAMASCENO, A. C. O., OLIVEIRA, Y. R. S. Breve histórico do Programa Cultura Viva e as experiências do Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino em Cordeiros/BA. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. **Cultura Viva na PNAB**. Disponível em: <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/rede-cultura-viva/cultura-viva-na-pnab>. Acesso em: 18 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Brasil alcança a marca de 5 mil Pontos de Cultura**. Agência Gov, 14 abr. 2024. [S. l.]: Ministério da Cultura Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/brasil-alcanca-a-marca-de-5-mil-pontos-de-cultura-1>. Acesso em: 2 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Brasil chega a 2500 Pontos de Cultura e inspira outros países**. Sind-Saúde/MG. Disponível em: <https://sindsaudemg.org.br/brasil-chega-a-2500-pontos-de-cultura-e-inspira-outros-paises/>. Acesso em: 18 de junho de 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cordeiros - BA**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/cordeiros.html>. Acesso em: 13 jul. 2024.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA, 2007, p.11-36.

SANTINI, A. **Cultura Viva e a construção de um repertório comum para as políticas culturais na América Latina**. [S. l.]: Ministério da Cultura. Disponível em: <http://culturaviva.gov.br/cultura-viva-e-a-construcao-de-um-repertorio-comum-para-as-politicas-culturais-na-america-latina/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

TURINO, C. "A volta do Cultura Viva, vista por quem o pensou." Outras Palavras. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/a-volta-do-cultura-viva-vista-por-quem-o-pensou/>. Acesso em: 15 jun. 2024.



Marcos da Matta (Conceição do Almeida, BA)

Algodão doce

Acrílica sobre tela
Cachoeira, BA, 2024

Foto: Ilan Iglesias

SOBRE A COORDENAÇÃO EDITORIAL E EDITORIA DE ARTE

José Márcio Barros

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor e pesquisador do PPG Artes/UEMG e do Pós-Cultura/UFBA. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1604785658347017>

Ana Carolina de Lima Pinto

Mestra em Comunicação Social e graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS). Em pesquisa, volta-se principalmente para o tema “cultura, comunicação e consumo”. Atua como Assessora de Comunicação desde 2008, e tem experiência no desenvolvimento de campanhas e projetos corporativos e para instituições culturais. Atualmente é Coordenadora de Comunicação e Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8023395436245840>

Ana Paula do Val

Mestra em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Políticas Públicas para América Latina *Clacso* e em Cultura e Comunicação pela Universidade Paris VIII. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Fundação Armando Álvares Penteado e em Artes Plásticas pela *Schule Belletristik*. Atua como gestora cultural, professora, pesquisadora, artista, arquiteta e urbanista e integra os grupos de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural e do Maloca.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6494884930253814>

Giselle Dupin

Graduada em Comunicação/Jornalismo (UFMG), com especialização em Relações Internacionais (PUCMINAS) e Gestão Cultural (Paris Dauphine). É pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural desde sua criação. Atua como ponto de contato da UNESCO para a Convenção sobre a

Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Desde 2006, é servidora do Ministério da Cultura.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2675191520238904>

Juan Ignacio Brizuela

Doutor em Cultura e Sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos – IHAC, UFBA. Posdoc (CAPES/Brasil) do Programa Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da UNILA. Colíder do grupo Observatório da Diversidade Cultural – ODC, junto ao prof. José Márcio Barros (UEMG/PósCultura). Idealizador do @recantolatino.rl – produtora cultural. Pesquisador da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência (IEA/USP), selecionado na titularidade do prof. Néstor García Canclini (2020/2022).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6362525134331343>

Kátia Costa

Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialista em Gestão Cultural pelo Itaú Cultural e Universidade de Girona. É aluna do curso de Gestão Social e Políticas para o Patrimônio Cultural pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integra o Observatório da Diversidade Cultural e o Observatório da Economia Criativa/UFBA. É produtora e gestora cultural. Atua na área de gestão e políticas culturais. Tem experiência no assessoramento de projetos sociais e culturais, formação de gestores e conselheiros de cultura.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0678094063211133>

Priscila Valente Lolata

Mestra em História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia e doutoranda em Cultura e Sociedade no Pós-Cultura/UFBA. Professora de História da Arte na Escola de Belas Artes da UFBA e membro do Grupo de Pesquisa Observatório da Diversidade Cultural. Atua também como curadora e crítica de arte independente.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8092851472158617>

Sharine Melo

Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, com período de bolsa sanduíche na Universidade de Leeds (Inglaterra). Mestra em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Graduada em Comunicação

Social (habilitação em Publicidade e Propaganda) pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM. . Atualmente, é Administradora Cultural na Funarte SP e pós-doutoranda na Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência (Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo), onde pesquisa “A Institucionalidade da Cultura no Contexto Atual de Mudanças Socioculturais”, sob coordenação do Prof. Dr. Néstor García Canclini. Entre 2016 e 2017, concebeu o Site Vozes da Funarte SP (<http://sites.funarte.gov.br/vozessp/>), tendo participado também de todo o processo de pesquisa de conteúdo e imagens, entrevistas, redação e design. Colaborou em ações do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP Paulista Luz) e participou da articulação entre instituições culturais da região dos Campos Elíseos. É integrante do Grupo de Pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural e dedica-se à pesquisa sobre as políticas culturais no Brasil.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7125028570736485>

Sílvia Maria Bahia Martins

Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (2011). Especialista em Gestão de Cooperativas pela Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – Escoop em parceria com o Sescop Bahia (2022); em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes; em Psicologia Social de Fundamentação Pichoniana pelo CIEG e em Processo Criativo e Facilitação de Grupos – Abordagem Junguiana, cursos com chancela da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Graduada em Comunicação Social – habilitação Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (2007). Atuou na Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia entre 2009 e 2023. Foi integrante da Rede de Instrutores do Governo da Bahia por meio da Secretaria de Administração do Estado da Bahia nos campos da gestão e da aprendizagem organizacional entre 2011 e 2023. Atua como tutora de EAD desde 2007, especialmente, nos campos de gênero, gestão social, políticas públicas. Atualmente é estudante da *Especialización en Métodos y Técnicas de Investigación Social*, pela Clacso Argentina.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0684274543712447>



Mark Dayves (Massachusetts-EUA)
Reunião
Fotografia
Itanagra - Litoral Norte da Bahia, 2022

SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Observatório da Diversidade Cultural (ODC) é uma organização social **certificada como Ponto de Cultura pelo MINC e SMC de BH**, integrado a um grupo de pesquisa, que desenvolve projetos e ações de formação, investigação, difusão de informações e consultoria..

Os objetivos centrais são produzir e difundir informação qualificada, desenvolver pesquisas que gerem conhecimento crítico, realizar processos de formação e prestar consultoria no campo interdisciplinar da proteção e promoção da diversidade cultural e suas interfaces com as políticas culturais, gestão cultural, processos de mediação, memória e patrimônio, educação, saúde, meio ambiente etc.

Com sede em Belo Horizonte (MG), a ONG atua de forma presencial e virtual em diversos territórios do estado de Minas Gerais e de outros estados brasileiros. O grupo de pesquisa é integrado por pesquisadores de diferentes instituições como UEMG, PUC Minas, UFBA e UFC, que atuam nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Ceará.

Coordenado pelo Prof. Dr José Márcio Barros desde sua fundação, em 2010, o ODC foi reconhecido internacionalmente como uma das melhores práticas em promoção da diversidade cultural pela comissão alemã da UNESCO.

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

Formação

Realização de seminários, oficinas e cursos de curta e média duração integrados ao Programa Pensar e Agir com a Cultura, com o objetivo de formar e capacitar gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes e lideranças culturais, pesquisadores, comunicadores e interessados em geral por meio de metodologias reflexivas e participativas.

Pesquisa

Desenvolvimento de pesquisas e realização de diagnósticos e mapeamentos utilizando-se de metodologias qualitativas e quantitativas referentes a processos de gestão cultural, construção de políticas culturais, práticas culturais etc.

Informação

Produção e disponibilização de informações focadas na diversidade cultural e seu amplo espectro de existência e diálogo, por meio da publicação de livros, edição de boletins e revista, manutenção de um portal informativo e de uma política de difusão nas redes sociais.

Consultoria

Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não governamentais, no que se refere às áreas da Cultura, Diversidade e Gestão Cultural.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Programa Pensar e Agir com a Cultura / Curso Desenvolvimento e Gestão Cultural – 2003 a 2024 responsável pela formação e capacitação de mais de 5.000 pessoas;
- Portal Observatório da Diversidade Cultural (www.observatoriodadiversidade.org.br);
- Revista Boletim ODC com 100 edições lançadas;
- Pesquisa “Mapeamento da Diversidade Cultural em Belo Horizonte” (2011-2013);
- Pesquisa “Arte, gestão cultural e território: desafios para a promoção da diversidade em equipamentos culturais públicos em Minas Gerais e Bahia” (2018-2020);
- Pesquisa A LAB 1 e a diversidade cultural em MG (2023-2024);
- Seminário Diversidade Cultural – 07 edições entre 2005 e 2014 e uma em 2020;
- Participação na Comissão de elaboração do relatório quadrienal do Brasil de monitoramento da Convenção da diversidade para a UNESCO;
- Publicação de 9 livros e inúmeros artigos.



Zulmí Nascimento (Marabá, PA)
Ela Quem Leva [Fragmento do filme 'Meça Três vezes Antes de Cortar']
Salvador, 2023
Foto: João Rafael
Dançarina: Cássia Santos

APRESENTAÇÃO DOS ARTISTAS E AUTORES

ARTISTAS

Alex Oliveira (Jequié, BA)

Fotógrafo, artista visual e filmmaker. Desenvolve pesquisas artísticas que buscam relacionar fotografia, performance e intervenção urbana. Em 2019, foi selecionado na Bolsa Pampulha, em Belo Horizonte (MG), dando início ao Fotoperformance Popular. No mesmo ano, o projeto seguiu para Uberlândia (MG). Em 2021, aconteceu em Senhor do Bonfim (BA) e Jequié (BA). Em 2023, em Salvador, e em 2024 em Santa Luzia (BA).

Instagram: [@presente.vivo](#) | [@fotoperformancepopular](#)

Ana Fraga (São Félix, BA)

Artista nascida em São Félix, no Recôncavo Baiano, é Mestre e Doutoranda em Artes Visuais pelo PPGAV/UFBA. Seus trabalhos participaram de diversas exposições coletivas e individuais e, desde 2008, é contemplada com prêmios e menção honrosa. Sua produção está ligada a diversas questões contemporâneas. O eixo dos seus trabalhos têm as linguagens da performance, da instalação, do desenho, de vídeo e fotografia. A artista é Benzedeira não de nascimento, mas aprofundando os estudos com D. Bernadeth. Faz parte do Grupo de Estudos PEPA, da UFRB, sobre arte e processos criativos. É membro titular do Conselho Municipal de Cultura de São Félix, representando artistas plásticos e visuais da cidade, sendo a fundadora do conselho e atuando com o patrimônio material e imaterial da cidade, sendo a principal criadora do Tombamento Municipal. Também é membro e fundadora do *Coletivo de Mulheres Catarinas*, coordenando projetos. Atualmente está em pesquisa do Doutorado e atuando em projetos de criação.

Web: <https://anafraga.blog/>

Heloisa Marques (Itapetim, PE)

Arquiteta e artista visual pernambucana radicada em Salvador (BA). Usa o têxtil para criar histórias que resgatam a memória tátil em meio ao digital:

tempo e palavra são suas principais matérias. Seus temas de interesse orbitam entre literatura, questões de gênero e os espaços público e privado enquanto espaços de disputas territoriais que abarcam desejos coletivos.

Instagram: [@heloisamarques](#)

Jessica Lemos (Cândido Sales, BA)

Doutoranda em Artes Visuais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trabalha principalmente com fotografia, vídeo, performance e intervenção urbana. Realizou em 2023 a exposição individual “Como pisar suavemente na terra”, na Casa Fiat de Cultura (MG). Já participou de coletivas no BDMG Cultural (MG), Diário Contemporâneo de Fotografia (PA) e no Valongo Festival (SP). Seu trabalho fala principalmente sobre as relações políticas e sociais na vida de mulheres negras a partir da afro diáspora.

Instagram: [@__jessicalemos/](#)

Lucelia Maciel (Morro do Chapéu, BA)

Baiana, mora e trabalha em Goiânia (GO). Bacharela em Artes Visuais pela Universidade Federal da Goiás (UFG). Desenvolve sua pesquisa e produção artística a partir de memórias da infância vividas no interior da Bahia, pensando desigualdades étnicas raciais, sociais e de gênero.

Instagram: [@lucelia__maciel](#)

Luciana Brito (Salvador, BA)

Autodidata, começou a fotografar em 2005. Viajante e amante da vida, já visitou mais de 40 países e quase todos os estados brasileiros. Segue registrando com diversas técnicas o sertão da Bahia, tema sobre o qual tem dois livros: Bacurau no Mapa (Artisan Raw Books, 2020) e Sertão (Origem, 2021), o primeiro em homenagem ao filme homônimo. Seus trabalhos buscam induzir o leitor/observador a exercitar a contemplação, a repousar o olhar na perspectiva territorial e cultural para perceber as sutilezas da paisagem, em contraponto à prática acelerada e desatenta dos tempos atuais.

Instagram: [@lubritofotografia](#)

Web: <https://www.lubrito.com.br/>

Marcos da Matta (Conceição do Almeida, BA)

Natural de Conceição do Almeida (BA), vive em Cachoeira (BA). É bacharel em Artes Visuais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Integra o grupo de artistas *Práticas Desobedientes*. Suas obras têm influência do cotidiano no Recôncavo, religiões, trabalhos de rua e como essas questões compõem sua identidades e a dos outros sujeitos.

Instagram: [@marcos.damatta](https://www.instagram.com/marcos.damatta)

Web: <https://rvculturaearte.com/artista-marcos-da-matta>

Mark Dayves (Massachusetts-EUA)

Nasceu em Massachusetts (EUA) no ano de 1980. Ainda criança mudou-se com a família para o Brasil, estabelecendo-se na cidade de Salvador (BA). Estudou na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), concluindo o curso em 2006. Integrante do coletivo *Gia* e fundador do *Clube da Seri*. Ministra aulas de artes para crianças no *Ateliê das Candeias*.

Instagram: [@mark_dayves](https://www.instagram.com/mark_dayves)

Pedro Marighella (Salvador, BA)

Tem como interesse o olhar sobre processos culturais, sociais e históricos, com destaque para o potencial crítico da diversão. Atualmente, participa da exposição "FUNK! Um Grito de Ousadia e Liberdade" no Museu de Arte do Rio (MAR) e "Iniciadas" no Museu de Arte Contemporânea da Bahia (MAC).

Web: <https://www.pedromarighella.com.br/>

Instagram: [@pedromarighella](https://www.instagram.com/pedromarighella)

Rick Rodrigues (João Neiva, ES)

Cria do CB, o bairro Crubixá, em João Neiva (ES), Rick Rodrigues (1988) é artista plástico e Mestre em Artes pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Trabalha com séries de desenhos, gravuras, bordados, objetos e instalações. Também integra o *Coletivo Almofadinhas*, formado por três artistas que utilizam o bordado para elaborar suas obras, enfatizando memória, gênero, afetividade e sexualidade. O artista apresentou 11 exposições individuais, participou de mais de 50 exposições coletivas, ministra oficinas de desenho e bordado experimental e vivencia residências artísticas com frequência.

Instagram: [@rickrodrigues](https://www.instagram.com/rickrodrigues)

Web: <https://www.rickrodrigues.com/>

Sandro Ka (Porto Alegre, RS)

Artista visual, professor e pesquisador nas Artes Visuais Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor e Mestre em Artes Visuais (PPGAV/UFRGS). Desde 2003, realiza exposições individuais e participa de mostras coletivas em diversas cidades no Brasil e no exterior, desenvolvendo produções nas linguagens de desenho, objeto, instalação e intervenção urbana.

Instagram: [@sandro.ka.atelier](https://www.instagram.com/sandro.ka.atelier)

Web: www.sandroka.com.br | www.galeriamamute.com.br/sandroka

Tininha Llanos (Cristina, MG)

Artista e diretora da residência artística CAPIVARA na Serra da Capivara (PI). *Epistemicídios do sul* é uma série de cartografias em bordados sobre “apagamentos” geopolíticos históricos. “Sementes Crioulas” destaca mulheres importantes da luta camponesa da América no sul global.

Instagram: [@logoaliemfrente](https://www.instagram.com/logoaliemfrente) | [@la_tina_atelier](https://www.instagram.com/la_tina_atelier)

Washington da Selva (Carmo do Paranaíba, MG)

Artista visual e pesquisador, Mestre em Artes pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Filho de trabalhadores rurais e ex-agricultor, atualmente cultiva imagens a partir de técnicas como desenho, pintura, fotografia e têxteis. A sua pesquisa artística lida com os contrastes entre a zona rural, a cidade e a cultura digital.

Web: <https://www.washingtondaselva.com/>

Zulmí Nascimento (Marabá, PA)

Iago Araújo (1993), vulgo Zulmí Nascimento, nascido em Marabá-PA, hoje vive entre Pará, Goiás e Bahia. Artista, Curador e Diretor Artístico. Mestrando em Dança pela Universidade Federal da Bahia (2023). Seus trabalhos são rios que confluem num fluxo nômade entre cinema, dança, circo e artes visuais. Pesquisa as culturas afro-indígenas e as danças tradicionais brasileiras. Idealizador da Plataforma Balsa.

Instagram: [@araujoiago/](https://www.instagram.com/araujoiago/)

AUTORES

SEÇÃO I – A TRAJETÓRIA E O PROTAGONISMO DO PROGRAMA CULTURA VIVA COMO POLÍTICA CULTURAL

CULTURA VIVA: 20 ANOS DE UMA TRAJETÓRIA COM DESAFIOS E CONQUISTAS **Márcia Helena Gonçalves Rollemberg**

Especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde pela Unicamp. Graduada em Serviço Social e em Educação Artística pela Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora-geral de Documentação e Informação do Ministério da Saúde (1994–2009). Diretora de Articulação e Fomento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN (2009–2011). Secretária da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), do Ministério da Cultura (MinC), de outubro de 2011 a janeiro de 2015. Gerente Executiva na Fundação João Mangabeira (2015–2023). Atualmente é Secretária da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), do Ministério da Cultura.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0416771531170667>

CULTURA VIVA COMUNITÁRIA E POLÍTICAS CULTURAIS EMANCIPADORAS NA AMÉRICA LATINA

Alexandre Santini

Mestre em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi Diretor de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC (2015–2016) e Secretário das Culturas de Niterói (RJ). Atualmente é Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1284037369876578>

UM CAFUNÉ NO BRASIL: A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA

Franklim Drumond de Almeida

Mestrando (2023) e Licenciado em filosofia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (2022). Graduado em Comunicação Social pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (2011). Gestor de projetos culturais com experiência em articulação de ações em rede. Membro do Grupo de Pesquisa Mística e Estética na FAJE. Desde 2020, membro do

Comitê Gestor da Política Estadual de Cultura Viva. Atuou na assistência social de alta complexidade coordenando um Abrigo Institucional
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7050742161739828>

O ACONTECIMENTO DA/NA CULTURA DIGITAL: OS VINTE ANOS DO PROGRAMA CULTURA VIVA E OS EFEITOS DE SENTIDO

Paula Daniele Pavan

Doutora e Mestra em Letras (área de Estudos da Linguagem, Especialidade Teorias do Texto e do Discurso) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Licenciada em Letras pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), *campus* São Borja. Atua como pesquisadora no Grupo de Estudos Pêcheuxtianos (UNIPAMPA) e no Grupo Discurso, arquivo, autoria e questões de gênero (UFRGS). Tem experiência docente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Produção Textual, lecionadas no Ensino Técnico e Superior. Tem interesse e atua nas seguintes áreas: Texto, Discurso, Cultura, Ciberespaço, Ensino de Língua Portuguesa, Leitura e Produção Textual.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9882497357887122>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2891-638X>

ENTREVISTA COM ALINE CÂNTIA

José Márcio Barros

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor e pesquisador do PPG Artes/UEMG e do Pós-Cultura/UFBA. Coordenador-geral do Observatório da Diversidade Cultural (ODC).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1604785658347017>

A ESTADUALIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA EM MINAS GERAIS: UMA RETROSPECTIVA NECESSÁRIA

Cláudia Houara de Castro

Graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Gestão Cultural Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Gestão da Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável pela

Faculdade Milton Campos. Gestora pública por 13 anos, na Representação Regional MG-MinC (2003-2016), desenvolvendo políticas públicas com os municípios de Minas Gerais na área do setor cultural. Coordenadora do Programa Cultura Viva em Minas Gerais, marcado pela diversidade cultural, realizando suas atividades junto aos Pontos de Cultura da Rede do Estado de Minas Gerais. Atualmente é integrante do Fórum de Museus de Belo Horizonte, do Fórum Permanente de Cultura de Minas Gerais e eleita para suplência da cadeira Arquivo, Museu e Memória, do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Belo Horizonte, para o período de 2023-2024.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2650356281861353>

CULTURA VIVA DAS GERAIS: A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA QUE CONSOLIDOU A POLÍTICA MUNICIPAL PARA PONTOS DE CULTURA EM BELO HORIZONTE E ALGUNS DE SEUS DESDOBRAMENTOS

Michelle Cristina Alves Silva

Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Políticas Públicas pela UFMG e em Produção e Crítica Cultural pela PUC Minas e licenciada em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atriz, dramaturga, produtora e gestora cultural, trabalhadora da cultura. Idealizadora da *Flores de Jorge Cia Cênica*. Como artista, já realizou diversas montagens, dentre as quais, o premiado solo *Apareceu a Margarida*, com prêmios nacionais e internacionais, percorreu com os seus trabalhos países da América Latina como Cuba, Colômbia, Uruguai e México. Na área da gestão cultural passou por importantes instituições como Galpão Cine Horto, Associação Campo das Vertentes e Rede Minas de Televisão. Atualmente é assessora de políticas culturais da vereadora Cida Falabella, em Belo Horizonte (MG).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0180762579107331>

Gustavo Bones

Artista de teatro e arte-educador, ativista das políticas culturais. Trabalhou com diversos grupos e coletivos teatrais e participou de mobilizações por políticas públicas de cultura. Há 7 anos, é Assessor Parlamentar da vereadora Cida Falabella, na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4188441865369935>

PROGRAMA CULTURA VIVA: AVANÇOS E LIMITAÇÕES NO DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES

Joelma Cristina Silva Moreira Stella

Doutoranda em Cultura e Sociedade pelo Pós-Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua em pesquisas nas áreas de identidade, memória, patrimônio, políticas culturais, audiovisual como tecnologia social, e direitos humanos e ambientais. Em 2023 defendeu a dissertação de mestrado intitulada “Meu avô imaginou uma festa: o surgimento de uma tradição e seus desdobramentos no tempo.” O trabalho é um estudo cartográfico a partir de entrevistas, memórias e fotografias.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0346306060659424>

Ricardo Silva Araujo

Mestrando em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com pesquisa nas áreas da animação, cultura pop, audiovisual como tecnologia social, meio ambiente e direitos humanos. Atualmente, pesquisa o mercado de animação em Salvador, financiada pela CAPES. Em 2010, fundou o canal *Icon Estúdio* no YouTube, hoje o canal tem mais de 67 conteúdos produzidos incluindo, animação e curta-metragem de ficção e documentário.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7112859737902568>

DA RESISTÊNCIA CULTURAL À TRANSFORMAÇÃO COMUNITÁRIA: A JORNADA DO SARAU DA QUEBRADA

Neri Silvestre

Produtor cultural, articulador e gestor cultural, guia de turismo, cozinheiro e poeta. Idealizador do *Sarau na Quebrada* e coordenador do *1 Ponto de Cultura* de Santo André, produziu diversos eventos relacionados ao audiovisual, música, literatura, gastronomia, turismo e economia criativa. Participou de diversos eventos, seminários, congressos e *podcasts* relacionados às temáticas da gestão cultural, políticas públicas e controle social, incluindo o I Congresso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária realizado em La Paz, Bolívia, em maio de 2013.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7470543068712101>

BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA CULTURA VIVA E AS EXPERIÊNCIAS DO PONTO DE CULTURA MOVIMENTO CONDOR NORDESTINO EM CORDEIROS/BA

Alyson Cavalcanti de Oliveira Damasceno

Bacharel em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especialista em Políticas e Gestão Cultural (CECULT/UFRB). Presidente do Conselho de Política Cultural de Cordeiros/BA. Membro do Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3340489551677088>

Yan Roberto Santos de Oliveira

Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduando em Bacharelado em Direito pela Direito pela Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). Diretor do Museu Professora Noêmia Lourenço da Silva (Itinerante e Virtual). Coordenador Geral do Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0470259417248740>



Lu Brito (Salvador, BA)
Sem título
Fotografia Digital
Canudos, BA, 2018